UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Sérgio Paes de Barros

Biopolítica, neoliberalismo e vulnerabilidade: os trabalhadores terceirizados na universidade pública

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Sérgio Paes de Barros

Biopolítica, neoliberalismo e vulnerabilidade: os trabalhadores terceirizados na universidade pública

(Versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social
Orientadora: Prof.ª Titular Leny Sato

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Barros, Sérgio Paes de.
Biopolítica, neoliberalismo e vulnerabilidade: os trabalhadores terceirizados na universidade pública / Sérgio Paes de Barros; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2015.
157 f.
Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Trabalho 2. Terceirização 3. Política 4. Biopolítica 5. Precarização 6. Psicologia Social I. Título.

HD4831

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sérgio Paes de Barros

Biopolítica, neoliberalismo e vulnerabilidade: os trabalhadores terceirizados na universidade pública

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

_____ em: _____/____/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Diferente de minha experiência de mestrado, o doutoramento foi acompanhado pela atividade docente ininterrupta que, se trazia elementos incríveis para o enriquecimento do texto, por outro lado deixava um rastro de cansaço permanente. Desta forma, estes anos de sobrecarga impactaram não só “ao professor-pesquisador”, mas a todo o círculo pessoal e familiar que precisou aprender a conviver com a ausência. Ao fim deste percurso, portanto, devo imensos agradecimentos:

À população que financia a USP, permitindo que pesquisas como esta sejam realizadas garantindo a autonomia na produção de conhecimento, bem como ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, por todo o suporte possível.

Aos trabalhadores que autorizaram e participaram desta tese. Os trabalhadores que foram sujeitos desta pesquisa possuem, certamente, coautoria deste trabalho.

À Professora Leny Sato, pela orientação desta tese e pelo contínuo apoio.

Aos Professores Fábio de Oliveira e Luís Guilherme Galeão da Silva, pelas inestimáveis contribuições durante o Exame de Qualificação desta Tese.

À Equipe da Secretaria do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, especialmente à Marinalva Almeida Santos Gil, por ser incrivelmente competente, prestativa e, principalmente, paciente.

Ao grupo de orientandos de mestrado e doutorado da Professora Leny Sato que me acompanharam neste percurso e, sempre que puderam, foram generosos com sugestões e comentários.

Aos meus amigos e amigas Thiago Fonseca, Renato Mori, Lia Vainer Schucman, Paola Giraldo, André Oda, Elaine Hashimoto, Daniel Chiacchio, Lúcia Paiva, Daniela Smid, Fabiana Catanzaro, Luiz Alberto, Matheus Menezes, Rafael Baioni, Gláucio “Zantus” Lins, Alexandre “Elka” Alvim, André “Tako”, José Fernando, Henrique Farina, Márcia Mareuse, Maria Isabel Strong, Thais G. Seltzer, João Roberto de Jesus, Kelly Miras, Mariana Salve de Carvalho, Beatriz Diniz, Ivan Cruz, Anisha Gonçalves, Paulo A. Françoso, Fernanda Cernea, Fernando P. Barros Jr. e demais, por todas as conversas e debates que tivemos. Muitas vezes, sem saber, contribuíram para as reflexões aqui presentes.

Ao Renato Mori e ao Luiz Fukushiro pela leitura e feedback do texto.

Aos meus alunos e ex-alunos, pela generosidade e paciência durante os duros anos de elaboração desta tese. Caso este caminho precise ser refeito, vocês continuarão a ser minha prioridade.

RESUMO

BARROS, S. P. (2015) *Biopolítica, neoliberalismo e vulnerabilidade: os trabalhadores terceirizados na universidade pública*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Após a década de 1970, o capitalismo, ao buscar sobreviver a mais uma crise, passou a reestruturar formas de organização da produção com impactos imensos no mundo dos trabalhadores, tanto no trabalho propriamente dito, quanto em suas formas de representação sindical, relações contratuais e, em larga medida, na própria subjetividade dos trabalhadores afetados. Dado este contexto, investigamos a tese de que a Reforma do Estado brasileiro na década de 90, em consonância aos preceitos Neoliberais, ao consolidar flexibilizações como o trabalho terceirizado em prol do fortalecimento da governança teria, inversamente, fragilizado boa parte da população trabalhadora com impactos econômicos, sociais e subjetivos, atuando na deterioração da inserção social, segurança e na própria auto percepção destes trabalhadores. Para empreender esta pesquisa, analisamos e confrontamos duas dimensões deste processo: de um lado, a própria Reforma do Estado, suas leis e discursos e, de outro, a experiência concreta de trabalhadores que vivenciam a condição de terceirização. Para realização do trabalho de campo junto a estes sujeitos, acompanhamos trabalhadores que exercem suas atividades dentro de uma universidade pública, seguindo a metodologia de pesquisa qualitativa com a utilização de múltiplas fontes de informação, como documentos, entrevistas individuais e em grupo, acompanhamento de treinamentos junto aos funcionários e conversas com os servidores públicos que convivem neste mesmo espaço. Concluímos que os trabalhadores terceirizados apresentam-se fragilizados e segregados no ambiente de trabalho. Fragilizados, pois regredidos da classe operária à classe proletária, recebendo o mínimo de subsistência e sem a segurança disponibilizada, mesmo que pequena, a trabalhadores não terceirizados. Segregados no ambiente, pois ao serem assalariados precarizados dividindo o mesmo ambiente com assalariados servidores públicos, são isolados em um grupo que não se reconhece como os demais, buscando em si mesmos as explicações para esta condição, de forma a considerarem-se mais culpados do que vítimas. Para analisar os resultados, recorremos à teoria de R. Castel sobre vulnerabilidade, desfiliação e crise da sociedade salarial para dar conta do processo de precarização e recorremos à M. Foucault, no que diz respeito à teoria sobre a lógica Biopolítica, para a compreensão das políticas neoliberais como uma política que administra mortes, entregando trabalhadores ao “deixar morrer” enquanto concentra os esforços em “fazer viver” à entidade *mercado*.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Terceirização; Política; Biopolítica; Precarização; Psicologia Social.

ABSTRACT

BARROS, S.P. (2015) *Biopolitics, neoliberalism and vulnerability: the outsourced workers at public universities.* Doctoral Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

After the 1970s, capitalism, seeking to survive another crisis, began to restructure forms of organizing production with huge impact in the world of workers, both in the work itself, and also in its forms of union representation, contractual relations and to a large extent, the very subjectivity of the affected workers. In this context, we investigate the thesis that the Brazilian State Reform in the 90s, in line with the Neoliberal precepts, as it consolidated flexibilities such as the outsourced work in order to strengthen governance, did actually weaken much of the working population with economic, social and subjective impact, decreasing social inclusion, safety and the very own self perception of these workers. In order to do this research, we analyzed and compared two dimensions of this process: on the one hand, the very State Reform, its laws and its details and on the other, the concrete experience of workers who experienced outsourcing. In order to carry out the field work with these subjects, we followed workers who performed activities within a public university, using a qualitative research methodology with the use of multiple information sources, such as documents, individual and group interviews, training follow-ups with employees and conversations with civil servants who worked in the same environment. We concluded that the outsourced workers have been weakened and segregated in the workplace. Weakened because they regressed from a working class to a proletarian class and because they now receive minimum subsistence and have no employment stability provided, however small, different from those who are not outsourced workers. They are segregated in the workplace, because they are precarious employees sharing the same workplace with civil servants, they are isolated in a group that is not recognized and are trying to find in themselves an explanations for this condition considering themselves more as the guilty ones than as the victims. To analyze the results, we used R. Castel's theory of the vulnerability and disaffiliation and the crisis of the wage society to handle this precarious process and we also resorted to M. Foucault, with regard to the theory of Biopolitics logic to understand neoliberal policies as a policy that manages deaths, letting workers "die" while focusing efforts in making the market entity "live".

KEYWORDS: Work; Outsourcing; Politics, Biopolitics, Precariousness; Social Psychology.

LISTA DE SIGLAS

Cepeusp	Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IES	Instituição de Ensino Superior
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PQVT	Programa de Qualidade de Vida para os Trabalhadores
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RU	Restaurante Universitário
Sintusp	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo
TST	Tribunal Superior do Trabalho
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Cap.1) Introdução..... 3

1.1) Saúde do trabalhador e terceirização 12
1.2) Pontos de partida: vulnerabilidade no mundo do trabalho e a gestão da saúde dos trabalhadores..... 16
1.2.1) Emprego instável e o risco de desfiliação social 16
1.2.2) Governamentalidade e biopolítica na gestão de saúde..... 18
1.3) Questões norteadoras para elaboração desta tese 22
1.4) Percurso metodológico 24

Cap. 2) A reforma do Estado no Brasil na década de 1990: princípios e análise crítica do processo de enxugamento do Estado 27

2.1) O papel do Estado e sua re-delimitação..... 34
2.2) A noção de concessão 36
2.3) Sobre a publicização 42
2.4) O processo de terceirização no bojo da reforma do Estado na década de 1990 43

Cap.3) Os terceirizados e as relações humanas fraturadas no ambiente de trabalho 46

3.1) Caracterização da empresa terceirizadora de mão de obra 46
3.2) O privado dentro do público: contradições explícitas 47
3.2.1) Trabalhos informais durante a jornada de trabalho “oficial” 51
3.2.2) Servidores públicos e terceirizados: dois pesos, duas medidas..... 53
3.3) O nada invisível capital social das trabalhadoras terceirizadas 55
3.4) Conflitos entre dilemas éticos e limites legais 61
3.4.1) Entre direitos e favores: a enfermaria..... 63
3.5) Discursos disciplinares aos trabalhadores terceirizados..... 65
3.6) Percepções gerais dos funcionários terceirizados: reflexões sobre a indignidade..... 73

Cap. 4) Precarização do trabalho e desfiliação ou "o capitalismo que encolhe sociabilidades" 76

4.1) Sobre este capítulo 76
4.2) Condição salarial: da indignidade ao orgulho 77
4.3) Entre a ideologia liberal e o cotidiano proletário de incertezas 81
4.4) O liberalismo e o encolhimento das liberdades 89
4.5) Propriedade social e segurança 94
4.6) Política neoliberal: desarticulação social e individualismo 103

Cap. 5) Neoliberalismo e biopolítica: *o deixar morrer* de trabalhadores em um mundo sem trabalho 108

5.1) Sobre este capítulo 108
5.2) Do poder disciplinar à lógica biopolítica 109
5.3) Sobre o biopoder 115
5.4) Desfiliação e tanatopolítica 125
5.5) Governamentalidade e o abandono dos terceirizados 126

Cap. 6) Cotidiano, trabalho e política: articulações para repolitizar o ambiente de trabalho administrado 134

Cap. 7) Considerações finais 140

Referências bibliográficas 145

Cap.1) Introdução

> "A insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada que afeta hoje, no cerne de uma economia altamente desenvolvida, o conjunto dos trabalhadores e até aqueles que não estão ou ainda não foram diretamente atingidos."
> Pierre Bourdieu, *A precariedade está por toda parte* (1998a, p. 121)

Segundo Antunes (2007), a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, desde suas formas de inserção na estrutura produtiva até as formas de representação sindical e política. Para este autor, as modificações foram tão intensas que se pode afirmar que a "classe que vive do trabalho" sofreu a crise mais profunda daquele século, não só por atingir sua *materialidade*, mas também por trazer profundas repercussões em sua *subjetividade* (p. 23) e, no inter-relacionamento desses dois níveis, afetar sua *forma de ser*.

São diversos os processos produtivos que convivem mutuamente, não se resumindo mais ao fordismo e ao taylorismo. Atualmente, o neofordismo, o neotaylorismo e o pós-fordismo, entre outros, são possibilidades e costumam conviver simultaneamente dentro de uma mesma unidade fabril.

O "cronômetro" e a produção em série e de massa são "substituídos" pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade e, concomitantemente, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (Antunes, 2007).

> Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a "gestão participativa", a busca da "Qualidade Total" são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado (Antunes, 2007, p. 24)

O modelo japonês se mescla ao fordismo ou o substitui, e as transformações da realidade social do trabalhador abrangem também os direitos do trabalho, vide desregulamentações e flexibilizações.

O fenômeno da terceirização de mão de obra no Brasil constitui um importante fator de reorganização da força produtiva, com inúmeros impactos na vida dos trabalhadores, seja devido à insegurança oriunda da precarização dos vínculos trabalhistas, seja em sua saúde.

Esse processo de flexibilização de vínculos trabalhistas e consequente precarização de laços sociais e da saúde devem ser compreendidos no contexto da globalização, do processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais sem, contudo, perder de vista a especificidade da sociedade brasileira (Miranda, 2005).

> No caso brasileiro, a maioria das pesquisas tem demonstrado que a reestruturação, no setor industrial, ocorre fundamentalmente através da introdução de novos padrões de gestão e organização do trabalho e menos através de inovações tecnológicas. Esses novos padrões de gestão e organização do trabalho são inspirados no "modelo japonês", ou toyotismo, constituídos por práticas de gestão em que a Qualidade Total e a Terceirização assumem papéis centrais. (Borges; Druck, 2002, p. 112)

Dentre os fatores que compõem o modelo de organização do trabalho denominado "modelo japonês", a terceirização consiste na prática de ampliação da margem de lucro mediante a exposição ao menor risco possível, de modo que ao trabalhar-se com fornecedores, transfere-se parte do risco para este "parceiro".

Internacionalmente, a ampliação da margem de lucro também tem sido relacionada ao aumento da produção, obtida por inovações produtivas de caráter tecnológico. Entretanto, o Brasil tem optado em priorizar a prática do enxugamento de postos, o que seria apenas uma das possibilidades dentro de uma racionalidade típica do *just in time* toyotista. Dessa forma, a fim de buscar o aumento do lucro, ao invés de se focar no aumento da produção, tem-se optado pela manutenção da produção, porém com a progressiva diminuição do custo com mão de obra.

Quando os esforços de se fazer os trabalhadores renderem o máximo possível chegam ao limite e não se pode reduzir ainda mais o quadro de funcionários, a terceirização aparece como uma possibilidade de diminuir os custos com a mão de obra e de torná-la mais rapidamente variável quantitativamente para se adequar à demanda

momentânea da produção, porém sem comprometer o empregador a estruturar um vínculo estável de trabalho.

A chamada flexibilização do modelo japonês incluiria, portanto:

> [...] a ideia de transferência ou de repasse a outro, a um terceiro, assim como a referência à necessária flexibilidade como alternativa para redução dos custos e para atender a "urgência produtiva". (Druck; Franco, 2007, p. 26-27)

Frente à crise do petróleo da década de 70, as inovações oriundas da perspectiva da acumulação flexível ampliavam o espectro de ação das empresas, acelerando as movimentações de mão de obra, principalmente na crescente área de prestação de serviços.

> Um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. […] envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços". (Harvey, 2003, p. 140)

Assim, a utilização extensiva da terceirização/subcontratação conduz a um agravamento das condições de trabalho e ao aumento do grau de informalidade do mercado (Araújo et al., 2009).

Segundo Borges e Druck (2002, p. 114), ao final da década de 1990, 53% das empresas petroquímicas haviam terceirizado as áreas de segurança e medicina do trabalho de forma a se distanciarem da gestão dessas questões e tornando essa dimensão fundamental do trabalho em mais um negócio de mercado. As autoras, ao compararem um estudo próprio do início da década de 1990 (Borges; Druck, 1993) com a situação da terceirização em empresas petroquímicas da Bahia após uma década

(Borges; Druck, 2002), apresentam um alarmante quadro de crescimento das atividades terceirizadas, mesmo as consideradas "nucleares"[1] para o processo produtivo:

> No início dos anos 90 (período estudado na primeira pesquisa), já se introduziram mudanças qualitativas relevantes, sendo que a mais importante delas é a terceirização de áreas nucleares das empresas, processo que se tornou comum no final da década. Era o caso da produção/operação, que começou a ser terceirizada a partir de 1990, atingindo 9% das empresas; laboratórios/processos, que também começou a ser terceirizada naquele mesmo ano, ocorrendo em 7% das empresas. […] a manutenção corretiva – que até 1989 era terceirizada em 23% das empresas e chegou a 54% em 1994 e a manutenção preventiva (paradas) que, no período 1990/94, era terceirizada por 21% das empresas, atingindo 65% do total pesquisado.
>
> Em 2000, a manutenção elétrica e a manutenção de máquinas e equipamentos são terceirizadas por 47% e 33% das empresas, respectivamente, enquanto que caldeiraria e a usinagem são terceirizadas por 27% e 20% das empresas petroquímicas. Todas essas áreas são consideradas como essenciais para o processo de produção e, portanto, áreas nucleares. (Borges; Druck, 2002, p. 114-115)

Os argumentos para terceirizar, em geral, remetem à redução de custos, redução de pessoal, simplificação da estrutura da organização e a possibilidade de concentrar o foco da empresa na execução de seu principal negócio. Em sua pesquisa, Borges e Druck (2002) apresentam o alarmante fato de que todas as empresas pesquisadas foram acionadas na justiça pela existência de processos ligados ao processo de terceirização. Segundo as autoras, 36% das empresas estavam sendo processadas por ações que pediam o reconhecimento de vínculo empregatício e 93% delas para assumir responsabilidade solidária ou subsidiária pelos débitos trabalhistas dos seus terceiros.

O processo de terceirização, em seu desenrolar, não ficou restrito à esfera empresarial de mercado, mas tem tido profunda imersão nos serviços e na administração pública. Alves (2010), ao analisar o caso das terceirizações na

---

[1] Apesar de não terceirizar aquilo que poderia ser considerado "atividade fim", as empresas têm terceirizado "atividades nucleares", ou seja, atividades indispensáveis ao seu processo produtivo.

Universidade de São Paulo, afirma que o Estado neoliberal constituído no Brasil na década de 1990 ampliou de forma significativa a terceirização das atividades de serviços públicos.

No Brasil, a descentralização do poder público no tocante a terceirizar e subcontratar datam do ano de 1967, por meio do Decreto Lei nº 200/1967. Porém, essa prática não foi amplamente utilizada, como posteriormente implementada na década de 1990, devido à facilidade na época em se contratar sem a necessidade de realização de concurso público.

A regulamentação vigente, entretanto, veio no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997:

> Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
>
> §1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.
>
> §2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.
>
> Art. 2º A contratação deverá ser precedida e instruída com plano de trabalho aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem esta delegar competência, e que conterá, no mínimo:
>
> I – justificativa da necessidade dos serviços;
>
> II – relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada;
>
> III – demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.
>
> Art. 3º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato exclusivamente como prestação de serviços.

Atualmente, mais de 15 anos após a reforma do estado da década de 1990, quando se optou pela diminuição do tamanho do Estado e pelo máximo enxugamento de postos ligados às carreiras de Estado (trabalhadores estatutários), as instituições públicas passaram a conviver com um duplo regime jurídico: os trabalhadores estatutários e os "empregados"[2].

A condição estrutural do trabalho terceirizado, como apresentaremos no decorrer da tese, possui especificidades que se traduzem em dificuldades cotidianas aos trabalhadores terceirizados, principalmente quando esses sujeitos convivem diretamente com outros trabalhadores cujo regime jurídico é tão oposto, como é o caso dos servidores públicos. No caso desta pesquisa, teremos como campo principal de pesquisa os impactos do neoliberalismo na vida dos trabalhadores, em diálogo primordialmente com o trabalho terceirizado exercido em uma instituição pública de ensino superior.

Se, por um lado, o próprio trabalho terceirizado traz elementos que prejudicam a saúde dos trabalhadores, como a imposição da empresa aos trabalhadores de não desenvolverem vínculos com as pessoas do local,[3] no caso do exercício dessa atividade em um lugar onde os demais trabalhadores possuem estabilidade e direitos garantidos, como no caso desta pesquisa, acaba-se por exacerbar contradições que agravam ainda mais a condição destes funcionários.

Nesse sentido, a fala de uma gestora dos trabalhadores terceirizados explicita tal problema:

> *Trabalhar aqui* [enquanto terceirizada em uma instituição pública] *não é igual a trabalhar em outros lugares, mesmo na terceirizada. Você viu que tem um pessoal ficando reunido no salão de entrada, né?* [referindo-se à técnicos administrativos que estavam em greve no momento desta entrevista]. *Eles pediram pra deixar o local arrumado, com as mesas e cadeiras, porque estão se reunindo ali todo*

---

[2] Na Instituição pública de ensino superior pesquisada, a designação atual é "contratado" ao invés de "empregado", para se referir aos trabalhadores com contrato temporário junto à administração pública.

[3] Explicitaremos esta questão no capítulo 3.

> *dia, né. Eles pediram isso, mas e quando a gente pediu pra uns deles* [do almoxarifado] *pra pegar material de limpeza? Disseram que só na outra semana, porque estão de greve. Ou seja, como é que a gente faz? Vai limpar como? A gente não pode reclamar. Não pode nem tocar no assunto.* (Lucinda, trabalhadora terceirizada da Speed há 1 ano).

Em diversos momentos, trabalhadores terceirizados entrevistados citaram o choque em trabalhar num ambiente onde os demais trabalhadores (nesse caso, os servidores públicos) podiam fazer greve por melhores condições. Cartazes espalhados pela instituição afirmavam: "Greve é um direito". A percepção dos terceirizados sobre sua própria atividade, de precariedade e contradições, é diariamente reforçada pela visão dos demais trabalhadores da instituição que, mesmo em condições muito melhores, se recusavam a continuar a jornada de trabalho, pois a consideravam precarizada.

Segundo dossiê elaborado pelas entidades Dieese[4] e CUT[5] (2011):

> Além das desvantagens durante a execução dos serviços as quais os trabalhadores terceirizados estão expostos se comparados àqueles contratados diretamente, o fim dos contratos também costuma ser um momento especialmente difícil para trabalhadores terceirizados. Principalmente nos setores de vigilância e asseio e conservação os calotes são constantes, ou seja, a empresa "desaparece" e os trabalhadores(as) não recebem as verbas indenizatórias as quais têm direito com o fim do contrato. A contratação destes serviços, seja pelo setor público ou pelo setor privado, não é cercada dos devidos cuidados mínimos com relação à empresa contratada, dando margem a seguidos golpes contra os trabalhadores/as.
>
> No caso do setor público, com o objetivo de vencer o processo licitatório e serem contratadas para execução do serviço, muitas empresas, criadas exclusivamente com este objetivo, apresentam

---

[4] O Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

[5] A CUT é a Central Única dos Trabalhadores, sendo a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a quinta maior do mundo, com 3. 806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base (consulta em abril de 2014).

> valores de contrato abaixo dos valores necessários para cumprimento das obrigações trabalhistas cabíveis em processos rescisórios, ou seja, os chamados preços inexequíveis.
>
> O resultado desta prática para os trabalhadores é o desemprego repentino, acompanhado da falta de pagamento. Além disso, a perspectiva de regularização da situação é muito pequena, os trabalhadores acionam a justiça e não são assistidos pela empresa contratante da terceirizada. (Dieese; CUT, 2011, p. 13)

Entretanto, o descaso com os trabalhadores terceirizados, no caso de falência da empresa terceirizadora de mão de obra, não deixa o órgão contratante sem responsabilização. Segundo o inciso IV do Enunciado nº 331 do TST, a falta de pagamento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, acarreta a responsabilização do tomador dos serviços, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que tenham atuado no processo de contratação. Por exemplo, segundo levantamento do Dieese e da CUT, em 2010 a Petrobras foi autuada em R$ 383,3 milhões devido a evasão fiscal à previdência por parte das empresas terceiras (Dieese; CUT, 2011, p. 14).

Em nosso trabalho de campo, entrevistas junto a servidores públicos levantaram questões sobre a preocupação frente aos terceirizados: é reincidente a questão da "invisibilidade" do trabalhador terceirizado, principalmente os ligados aos serviços de limpeza, preocupação esta que aumentou consideravelmente após a notoriedade de estudos que indicavam que esses profissionais passavam despercebidos junto aos demais.

Porém, para parte dos servidores públicos entrevistados, esse seria o principal fator de sofrimento dos trabalhadores terceirizados, condição "*praticamente resolvida com a educação de dar bom-dia, boa-tarde e boa-noite, como por saber o nome destas pessoas*" (Soraia, técnica administrativa, servidora pública há 3 anos). Nessa perspectiva não se diferencia um trabalhador de serviços gerais de limpeza com vínculo estatutário de outro com vínculo mediante empresa terceirizada. Não se percebe, assim, que especificidades da condição do trabalho terceirizado existem organicamente a esta forma de trabalho e modalidade de contrato.

A terceirização, para ser lícita, deve ser orientada para a contratação de mão de obra destinada apenas para a realização de "atividades meio" e nunca de "atividades fim". Também devem estar ausentes a pessoalidade e subordinação direta, o que caracterizaria fraude trabalhista devido à contratação de mão de obra por "empresa interposta"[6] (Amorim, 2011; Dieese; CUT, 2011). Inicialmente direcionada para a contratação de profissionais de vigilância e segurança, atualmente são os trabalhadores da área de limpeza e manutenção os profissionais que possuem maior percentual de contratação. Porém, segundo o dossiê Dieese-CUT (2011), a fraude trabalhista pela existência de empresa interposta tem sido encontrada estruturalmente no trabalho em bancos. São esses trabalhadores que processam documentos para o banco, trabalhando diretamente com cheques e autenticação de documentos, o que além de caracterizar atividade fim dos bancos, coloca esses trabalhadores sob ordens diretas da empresa contratante que, inclusive, define os procedimentos de execução das tarefas (característica que, por si só, configura "empresa interposta" e, consequentemente, um quadro de terceirização ilegal).

Após uma greve de trabalhadores terceirizados na Universidade de São Paulo em 2011, diversas complicações dessa modalidade de vínculo dentro da administração pública foram levantadas. Por exemplo, ao comparar a greve dos terceirizados em uma instituição pública com outra ocorrida em empresa de mercado, o professor de história econômica Alexandre Barbosa afirmou: "O pessoal deixa de comprar roupa na Zara, mas alguém vai deixar de estudar na USP? O bem que a USP fornece não é um bem de mercado" (Montesanti; Linhares, 2011), o que demonstra a diferença de impacto social da greve realizada dentro da Administração Pública.

Nesta mesma publicação, o Sintusp, ao ser questionado, afirmou lutar pela ampliação dos direitos dos trabalhadores da USP aos terceirizados, como disponibilização da creche, restaurante universitário, Cepeusp e Hospital Universitário. Nesse caso, vemos a mesma questão do convívio de trabalhadores que não apenas possuem vínculos e planos de carreira diferentes, mas direitos muito diversos. Na

---

[6] Segundo o Parágrafo 1º do Enunciado nº 331 do TST: "A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário" (Brasil, 2003).

ocasião, os trabalhadores terceirizados recebiam, após os descontos, menos de um salário mínimo e realizaram a greve após ficarem quatro meses sem receber os salários.

1.1) Saúde do trabalhador e terceirização

Segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), a preocupação com a saúde do trabalhador só passou a ser alvo de atenção a partir do progressivo desaparecimento de modalidades forçadas de trabalho e com o crescimento do trabalho enquanto atividade livre.

Após a Revolução Industrial, um modelo médico pautado pela busca da unicausalidade se desenvolve e, a partir da Inglaterra, passa a estruturar uma determinada perspectiva de saúde disponibilizada aos trabalhadores das fábricas.

> A presença de um médico no interior das unidades fabris representava, ao mesmo tempo, um esforço em detectar os processos danosos à saúde e uma espécie de braço do empresário para recuperação do trabalhador, visando ao seu retorno à linha de produção, num momento em que a força de trabalho era fundamental à industrialização emergente. Instaurava-se assim o que seria uma das características da Medicina do Trabalho, mantida, até hoje, onde predomina na forma tradicional: sob uma visão eminentemente biológica e individual, no espaço restrito da fábrica, numa relação unívoca e unicausal, buscam-se as causas das doenças e acidentes. (Minayo-Gomez; Thedim-Costa,1997, p. 22)

Na perspectiva da unicausalidade, para cada doença haveria um agente etiológico e, quando presente no ambiente de trabalho, essa ótica de saúde se pautava fundamentalmente em procurar isolar riscos específicos e na medicação de sintomas. Essa medicina do trabalho, portanto, pouco refletia sobre o contexto e impactos da organização do trabalho. “A rotatividade da mão de obra, sobretudo quando se intensifica a terceirização, representa um obstáculo a mais nesse sentido” (Minayo-Gomez; Thedim-Costa, 1997, p. 23).

Baseada na Higiene Industrial, a Saúde Ocupacional passou a apresentar uma perspectiva multicausal, em que um conjunto de fatores podem incidir no aparecimento

de alguma doença. Porém, a área repetiu fragilidades da Medicina do Trabalho ao deixar de considerar contextos mais amplos de trabalho, bem como sua organização. Privilegiou a proteção individual do trabalhador, em detrimento da saúde coletiva, e acabou por fortalecer a ótica dos acidentes e doenças enquanto responsabilidade individual dos trabalhadores.

Segundo Lacaz (2000, p. 153):

> Ciborra e Lanzara (1985), assessores de uma central sindical italiana, criticam a noção de qualidade de vida no trabalho e propõem a terminologia *qualidade do trabalho* – mais adequada, na medida que procura incluir todas as características de uma certa atividade humana –, apontando que ela encerra uma atividade clínica, voltada à mudança de hábitos de vida e por isso atribuindo ao próprio trabalhador a responsabilidade de adaptar-se, de modo a *optimizar* sua qualidade de vida e de trabalho.

Entretanto, a partir de uma articulação de profissionais oriundos de diversas áreas de conhecimento e com uma perspectiva mais próxima do trabalhador enquanto sujeito social, fortalece-se a área denominada Saúde do Trabalhador:

> Em síntese, por Saúde do Trabalhador compreende-se um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. Essa perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana. (Minayo-Gomez; Thedim-Costa, 1997, p. 23)

Segundo Dejours (1986), o conceito de saúde que tem norteado a prática dentro de ambientes de trabalho remete mais às condições físicas do trabalho do que a outros fatores de seu contexto. Por condições de trabalho, nos referimos aos fatores ligados aos riscos físicos, químicos e biológicos. Segundo este autor, para uma abordagem satisfatória do tema da saúde dos trabalhadores, é inevitável abordar-se a *organização do trabalho*.

Nesse sentido, temos primeiramente a questão da organização das pessoas no ambiente, com seu contexto de hierarquia, relacionamentos etc. Porém, a análise de um ambiente remete também à avaliação da tarefa realizada, sua natureza, repetitividade, ciclo de realização, grau de liberdade para humanização da atividade, entre outros. Segundo Minayo-Gomez e Lacaz, (2005), "[...]poucas são as teses que focalizam problemas gerais da área, temáticas relativas à política, modelos e serviços de atenção à saúde dos trabalhadores e aos processos da vigilância" (p. 802).

No caso dos trabalhadores terceirizados, a investigação do impacto dessa forma de contrato em sua saúde é de extrema importância para termos plena noção de como a flexibilização trabalhista está afetando a classe trabalhadora.

Por exemplo, ao se analisar o tempo de jornada de trabalhadores bancários com a jornada exigida dos terceirizados na mesma instituição, verifica-se que são duas condições completamente diferentes, com respectivos impactos na saúde:

Jornada de trabalho individual contratada nos bancos e nas empresas terceirizadas	
Trabalhadores bancários	30 horas semanais
Trabalhadores terceirizados dentro do banco	44 horas semanais
50 trabalhadores bancários (jornada 6 horas)	1500 horas semanais
34 trabalhadores terceirizados (jornada 8h 48 min)	1496 horas semanais

(Adaptado de Dieese; CUT, 2011, p. 11)

Pelo dossiê *Terceirização e desenvolvimento: uma história que não fecha*, elaborado pelo Dieese e pela CUT, fica claro que a terceirização em diversos ramos constitui um retrocesso na luta por melhores condições de trabalho e melhorias na saúde dos trabalhadores. Quando cadastrados como "comerciários", os trabalhadores citados na tabela acima permanecem em jornada de 44 horas semanais por seis dias, realizando as mesmas atividades dos bancários, cuja legislação determina jornada de 30 horas semanais em apenas cinco dias úteis por semana.

Essa tabela também demonstra a falácia do apregoado aumento de vagas de emprego mediante o processo de flexibilização, visto que com mão de obra terceirizada, 36 trabalhadores somam praticamente a mesma quantidade de horas de 50 trabalhadores não terceirizados, no caso dos bancários, por exemplo.

O trabalho de funcionários terceirizados, que são contratados como realizadores de atividades meio, como vigilância e limpeza, por exemplo, pode ser influenciado não apenas pelas condições físicas, químicas e biológicas a que estão expostos esses sujeitos, mas também pode ser impactado pelo contexto de terceirização que sustenta seu vínculo contratual. Nesses casos, uma análise do trabalho terceirizado e seus impactos na saúde desses profissionais deve levar em conta quais as diferenciações realizadas no cotidiano da instituição entre os trabalhadores "efetivos" do local e os terceirizados. Cabe perguntar, portanto, se existem mecanismos institucionais para a promoção de saúde dos trabalhadores efetivos e, caso exista, se estão disponibilizados a todos os funcionários que trabalham "no local" ou se existem variações conforme o vínculo contratual.

A questão que se coloca aqui é: sendo a terceirização um procedimento aplicado para diminuir os custos com a mão de obra e "desresponsabilizar" o ambiente com serviços de atividades meio que podem ser realizados por terceiros, o corte de gastos alcançaria a preocupação com a saúde dos trabalhadores?

Segundo Heloani e Capitão (2003, p. 105):

> [...] o discurso manifesto encontrado nos folhetins que tratam das relações de trabalho parece demonstrar insistente preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos que trabalham. Todavia, encontra-se uma política mundial de ajuste de custos que leva governos e empresas a minguarem as conquistas sociais alcançadas no último século pela classe trabalhadora.

1.2) Pontos de partida: vulnerabilidade no mundo do trabalho e a gestão da saúde dos trabalhadores

Como a ida ao campo de pesquisa nunca se dá de forma totalmente "desarmada"[7] (Ezpeleta; Rockwell, 1986; Velho, 1987), partimos de uma hipótese em que nos parecia relevante pesquisar se a terceirização, mesmo que aumente o poder de governança do Estado, não provoca, inversamente, o aumento da vulnerabilidade de seus cidadãos. Nesse sentido, alguns autores foram fundamentais para instrumentar a ida ao campo.

1.2.1) Emprego instável e o risco de desfiliação social

Castel (1997, 2010), com suas análises sobre as metamorfoses da sociedade salarial (Castel, 1997) e sobre o processo de vulnerabilidade e desfiliação dos sujeitos (Castel, 2010), constituiu importante referencial de partida.

Objetivando compreender a lógica do processo de marginalização que levaria o sujeito à situação de vulnerabilidade, podendo chegar à desfiliação, Castel (1997) propõe que as situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional.

Assim, todo indivíduo pode ser situado com a ajuda desse duplo eixo, pensado pela relação entre sua situação de trabalho e sua integração com outros indivíduos. Com relação ao trabalho, podemos configurar três situações: trabalho estável, trabalho precário e não trabalho. Com relação à inserção relacional, também temos três gradações: inserção relacional forte, fragilidade relacional e isolamento social.

> Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a **zona de integração** (trabalho estável e forte inserção relacional,

[7] Visto que o pesquisador é situado num espaço, num tempo e numa formação social determinada, não é possível ir ao campo sem que se carregue pressupostos teóricos e expectativas. Portanto, a explicitação do "ponto de onde se parte" é necessária.

> que sempre estão juntos), a **zona de vulnerabilidade** (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de **zona de desfiliação** para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (Castel, 1997, p. 23)

O indivíduo em situação de rua, classicamente, estaria situado na zona de desfiliação, sem trabalho e sem uma rede de apoio. Castel (1997) propõe também uma quarta zona, a zona de assistência, para aqueles que não são marginalizados simbolicamente como os da terceira zona, mas são reconhecidos pela sociedade como impossibilitados de trabalhar (seja por deficiência, idade etc.).

Castel, ressaltando o dinamismo do processo de desfiliação, conclui:

> As "zonas" que distingui não são dadas em definitivo, suas fronteiras são móveis, operando-se passagens incessantes de uma a outra. A **zona de vulnerabilidade**, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o **fim de um percurso**. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação. (Castel, 1997, p. 26)

Castel, ao comentar a situação na França, afirma que a "retomada da vulnerabilidade" se deu devido à precarização do trabalho e da fragilização dos apoios relacionais.

No Brasil, a ocorrência de migrações em busca de melhores condições de vida, principalmente melhores oportunidades de trabalho, promove acentuado processo de desenraizamento sociocultural desses migrantes (Bosi, 1999). Para os migrantes, os apoios relacionais tendem a ser um ponto de fragilidade.

Nesse sentido, analisamos que os trabalhadores terceirizados, caso não tenham uma rede relacional de apoio que lhes garanta sobrevida, se vierem a perder o emprego, são propriamente a linha de frente para se tornarem os próximos usuários do sistema de assistência social. No caso desta pesquisa, ao investigarmos o trabalho terceirizado em uma instituição pública, vemos que os trabalhadores se sentem precarizados pelo

simples fato de não saberem se terão emprego ao final do contrato de licitação[8] que sustenta o contrato da empresa terceirizadora de mão de obra e a administração pública.

A partir da política de enxugamento e ajuste de custos, a reforma do Estado realizada no Brasil na década de 1990 propunha que, a partir dessas modificações na organização dos trabalhadores:

> Será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição (Bresser-Pereira, 1997, p. 52).

O suposto fortalecimento do Estado, então, se dá pela precarização da proteção social e, portanto, do acesso à cidadania. Se o Estado democrático, por sua vez, carece de cidadãos para existir, coloca-se, mediante essa perspectiva, uma contradição que ressalta a relevância de se investigar como o processo de reforma atingiu os sujeitos fortalecendo-os ou fragilizando-os.

1.2.2) Governamentalidade e biopolítica na gestão de saúde

Em nossa pesquisa de mestrado (Barros, 2010), analisamos a empresa ESB, onde alguns trabalhadores estavam dispostos ao poder disciplinar, penetrante e sutil, enquanto outros trabalhadores, como os terceirizados, estavam imersos em modalidades violentas nada sutis de controle. **A esses trabalhadores terceirizados não era permitido dar entrevistas ao pesquisador, configurando seu discurso como "interdito" e afastando-os da lógica do poder disciplinar foucaultiano**.

No caso desses trabalhadores, aos quais não pudemos nos aprofundar na ocasião do mestrado, percebemos que um mesmo espaço de trabalho era composto por diversas lógicas de organização e controle. Se nas áreas administrativas foi frutífero o trabalho com conceitos foucaultianos relativos ao *poder disciplinar*, junto aos

---

[8] Na administração pública, a contratação de prestadora de mão de obra terceirizada se dá por tempo determinado e é vinculada a um procedimento licitatório em que o menor preço é a regra, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

terceirizados, nos quais a exploração se dava de forma violenta e nada dócil, a teoria do poder disciplinar deste autor encontrava seus limites.

Naquele caso, a interdição da pesquisa junto aos terceirizados demonstrava a existência não apenas do poder disciplinar, dedicado a *docilizar os corpos*, mas também de um outro tipo de poder que foca não o corpo individual, mas os sujeitos enquanto *espécie*: o *biopoder*.

Para Foucault (2008a), o biopoder tem como agente máximo o Estado moderno, cuja biorregulamentação volta-se não para o "fazer morrer" (como no poder soberano medieval), mas para o "fazer viver", encompridando o ciclo produtivo da vida humana coletiva, porém de maneira minuciosamente controlada.

Em seu curso "Em defesa da sociedade" (Foucault, 2005), inicialmente o *welfare state* é analisado como um exemplo paradigmático da sociedade biopolítica. Como se trata de "fazer viver" e, em alguns casos, "deixar morrer", a biopolítica teria feito nascer sistemas de seguridade social, de previdências públicas e privadas, de poupanças. Porém, em seu curso "Nascimento da biopolítica" (Foucault, 2008a), é o neoliberalismo que se torna o agente biopolítico.

> Após ter analisado o modus operandi do biopoder em suas formas estatais mais evidentes, no nazismo e no socialismo realmente existente, Foucault deu outra guinada em sua pesquisa e começou a investigar e antecipar como se darão as novíssimas formas de controle biopolítico, não mais sob o eixo dos exageros do poder soberano estatal, mas agora segundo o eixo flexível das economias de mercado influenciadas pelo neo-liberalismo econômico da chamada Escola de Chicago. (Duarte, 2008, p. 6)

Inicialmente identificado no Estado, pesquisas posteriores articularam o acirramento do biopoder justamente nesta era caracterizada pelo desmonte do Estado de bem-estar social. Hardt e Negri (2004) articulam a ideia de biopoder com a noção deleuziana de sociedade de controle e afirmam que o biopoder e a sociedade de controle são os substratos da nova ordem mundial que eles denominam "império".

As práticas biopolíticas passaram então a ser exercidas por empresas capitalistas em suas estratégias de gestão de saúde dos funcionários. A aqueles que aceitam suas ideologias, aplica-se o "fazer viver", operado pelo acesso a trabalho, seguro saúde,

alimentação etc. (ou seja, acesso ao mercado). Aos que não lhe interessam, são entregues ao “deixar morrer”.

Entrega-se ao mercado financeiro o campo de regulação, e este passa a se fazer presente até mesmo dentro das esferas públicas (Foucault, 2008a).

Como veremos, a implantação dos processos de flexibilização, incluindo-se aí a terceirização de atividades que antes eram realizadas diretamente pela administração pública, aparece como argumento de fortalecimento do Estado e dos cidadãos (Bresser-Pereira, 1997, p. 53). Nesta argumentação, o fortalecimento se dá pelo aumento do poder de governança alcançado pelo Estado que agora poderia focar suas energias naquilo que lhe seria “monopólio”, como legislar, julgar etc.

Porém, outros autores, como Foucault (2005, 2008a) e Hardt e Negri (2004), ao analisarem o neoliberalismo, afirmam que justamente a concessão ou terceirização de funções do Estado às empresas privadas gera, verdadeiramente, o fortalecimento desse Estado, porém por motivos muito diversos dos autores citados anteriormente.

O estado neoliberal, diferentemente do estado de bem-estar social, tem seu poder fortalecido por ser capaz de “escolher a quem cuidar”, podendo agir com poderes de “mando e desmando”, próprios das empresas privadas. Daí a relevância da noção de biopolítica para refletir sobre os impactos da terceirização. A lógica biopolítica faria com que alguns recebessem a atenção do Estado de forma a que este engendre o poder de “fazer viver”. Porém outros sujeitos, excluídos dos direitos básicos de cidadania, sentiriam o inverso: o poder que o Estado tem de “deixar morrer” aqueles que, segundo Castel (2013, p. 513), configuram os supranumerários ou “sobrantes”.

> A reforma do aparelho do Estado no Brasil significará, fundamentalmente, a introdução na administração pública da cultura e das técnicas gerenciais modernas. (Brasil, 1997, p. 18)

A questão que Foucault (2005, 2008a) trabalha enquanto biopolítica demonstra que o estado mínimo neoliberal consegue realizar ações que antes somente as empresas privadas podiam fazer. Ações com impactos precarizantes na vida de seus funcionários, sendo que estes, mesmo contratados pela administração pública mediante terceirização ou contrato temporário direto, estão menos amparados que quando em empresas privadas, pois o contrato com a administração pública é sempre de prazo determinado.

O paradoxo colocado é que a gestão da vida pelo Estado não sai incólume do "deixar morrer" operado pelo mercado. Segundo Foucault (2008a, p. 165), para a biopolítica neoliberal "[...] é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado".

Esta inversão de papéis que o neoliberalismo produziu ao flexibilizar o Estado, fazendo-o funcionar como uma empresa, torna a teoria da lógica biopolítica como relevante para a análise de quais impactos o trabalho terceirizado dentro da administração pública são gerados tanto na saúde dos sujeitos entrevistados, quanto em sua segregação frente aos demais servidores estatutários.

1.3) Questões norteadoras para elaboração desta tese

Devido à crise fiscal e inflacionária da década de 1980, o processo de flexibilização e a implementação do trabalho terceirizado, segundo o governo brasileiro em 1997 (Bresser-Pereira, 1997), constituiria a única opção viável de fortalecimento da *governança*, concebida como a capacidade financeira e administrativa para transformar em realidade as decisões que toma.

A ideia de fortalecimento do Estado e consequente fortalecimento do cidadão, que consta em documento oficial do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado do governo brasileiro de 1997, deixa claro que a reforma do Estado – com a terceirização, publicização e concessões, possuiria como foco responder às demandas dos cidadãos: "O resultado dessa reforma será um Estado mais eficiente, que responda a quem de fato deve responder: o cidadão" (Bresser-Pereira, 1997, p. 52). E, segundo esse governo, o Estado que a sociedade quer é "[...] um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição" (p. 52).

Para reforçar ainda mais essa reforma que envolve a flexibilização dos direitos trabalhistas, o processo de desregulação e a implementação do trabalho terceirizado em massa no Brasil, o então ministro Bresser-Pereira, do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso afirmava:

> A Reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada (Bresser-Pereira, 1997, p. 53)

Porém, apesar de esta ser a ótica oficial documentada pelo governo que mais aplicou tais medidas,[9] veremos que esse processo atingiu drasticamente a vida cotidiana dos trabalhadores afetados, bem como de suas famílias.

---

[9] Apesar dos governos seguintes (PT) continuarem a tomar medidas de cunho neoliberal, o ritmo foi atenuado.

Assim, tal como superficialmente observado em nossa pesquisa de mestrado (Barros, 2010), talvez existam contradições diretas entre o discurso neoliberal de flexibilização e o seu impacto na vida dos trabalhadores terceirizados.

Por exemplo, como supor o fortalecimento do Estado e seus cidadãos se estes possuem a condição de cidadania garantida pelo acesso a direitos que, justamente, são fragmentados quando inseridos na lógica do trabalho terceirizado, notadamente precarizado?

Ao atingir a classe-que-vive-do-trabalho[10] (Antunes, 2007), esta estaria mais forte pelo barateamento do Estado ou, pelo contrário, o suposto fortalecimento do Estado se deu às custas da fragilização de toda uma parcela da classe trabalhadora?

Partindo de nossa experiência no mestrado com a análise do poder disciplinar em organizações de trabalho, esta pesquisa tem como norte analisar os diferentes impactos do trabalho terceirizado na saúde e nos laços sociais dos trabalhadores, articulando o processo de terceirização com os conceitos de desfiliação (Castel, 2013) e com a teoria foucaultiana do biopoder (Foucault, 2003, 2005, 2008a), ou seja, considerando a gestão da saúde desses trabalhadores numa perspectiva teórica para além do poder disciplinar.

Para respondermos a essas questões, analisamos os documentos da reforma do Estado brasileiro da década de 1990, apresentamos um rigoroso trabalho com as análises de Robert Castel (2013) sobre a precarização do trabalho após o colapso de Estados de Bem-Estar social na década de 1970 e articulamos a noção de lógica biopolítica em Foucault (2005, 2008a) com as entrevistas e vivências junto a trabalhadores terceirizados na administração pública. Para a realização desta pesquisa, acompanhamos funcionários terceirizados que trabalham em uma universidade pública.

---

[10] A noção de *classe-que-vive-do-trabalho* refere-se à classe de trabalhadores que possuem apenas tão somente sua força de trabalho para vender àqueles que possuem os meios de produção.

1.4) Percurso metodológico

A pesquisa foi conduzida mediante:

1 - Revisão bibliográfica de produções acadêmicas da Psicologia Social e do Trabalho e referências teóricas sobre novas morfologias do trabalho.

2 – Análise crítica de documentos oficiais de diferentes gestões do governo federal, do processo da reforma do Estado da década de 1990 e da implantação do processo de terceirização no Brasil. Esta análise constituiu o segundo capítulo, chamado "A reforma do Estado no Brasil na década de 90: princípios e análise crítica do processo de enxugamento do Estado".

3 - Entrevistas semiestruturadas a trabalhadores, na qual entrevistamos:

a.) Funcionários terceirizados que trabalham na instituição de ensino superior (IES) pesquisada.

b.) Servidores públicos lotados na IES pesquisada.

c.) Representantes da empresa de terceirização contratada pela IES pesquisada.

3.1) Nas entrevistas, buscamos contemplar:

a.) A perspectiva desses trabalhadores sobre o que concebem enquanto saúde do trabalhador.

b.) A avalição dos trabalhadores sobre os dispositivos de suporte à saúde disponibilizados no campus, bem como quanto ao impedimento dos trabalhadores terceirizados de usufruírem desses mecanismos.

c.) Os discursos sobre saúde apresentados para os trabalhadores (mediante materiais informativos, palestras etc) e as reações destes, bem como críticas e reinterpretações.

3.2) As entrevistas, sempre que possível, buscaram documentar os seguintes temas na vida dos trabalhadores entrevistados:

- História de trabalho
- Qualificação Profissional
- Ambiente de trabalho, relações interpessoais e tarefas profissionais
- Perspectiva das condições de trabalho e seus impactos na vida pessoal

- Concepção de saúde

Apesar de apresentarmos dados obtidos junto ao campo em todos os capítulos, condensamos as entrevistas e vivências prioritariamente no terceiro capítulo desta tese: “Os terceirizados e as relações humanas fraturadas no ambiente de trabalho”. Nesse capítulo, buscamos relacionar as falas dos trabalhadores terceirizados e dos servidores públicos entre si, confrontado as diferentes formas de se vivenciar o mesmo ambiente de trabalho. Apresentamos também diversos problemas vividos pelos terceirizados, como a precarização dos vínculos trabalhistas e sociais, que serão objeto de análise nos capítulos seguintes.

4 – Explicitação e análise do colapso da sociedade salarial, bem como o impacto dessa crise junto aos trabalhadores terceirizados. Para tanto, subsidiamos essa argumentação nas análises de Robert Castel (2013) acerca da precarização social pós-crise de 1970. A discussão encontra-se no capítulo 4 desta tese: “Precarização do trabalho e desfiliação ou ‘o capitalismo que encolhe sociabilidades’”. Nesse capítulo, apresentamos, portanto, um trabalho minucioso sobre a constituição e ruptura da sociedade salarial que atualmente impacta a realidade dos trabalhadores, em especial os precarizados, como os acompanhados no trabalho de campo.

5 – Revisão bibliográfica sobre o neoliberalismo e seus impactos na subjetividade dos trabalhadores. Nesse tema, optamos por trabalhar com a noção de biopolítica em Foucault (2005, 2008a), por compreendermos que essa teoria dá conta de subsidiar o contraditório espaço de trabalho pesquisado, onde convivem servidores públicos, com direitos resguardados, e funcionários terceirizados, “abandonados à própria sorte”. Pela complexidade dessa análise, explicitamos inicialmente de forma rigorosa os conceitos utilizados na argumentação para posterior relação com as falas e situações vislumbradas no trabalho de campo. Essa análise constitui o quinto capítulo desta tese: “Neoliberalismo e biopolítica: o deixar morrer de trabalhadores em um mundo sem trabalho”.

Consideramos que uma teoria que pôde nos oferecer uma integração do cotidiano do trabalhador, suas estruturas sociais e relações de classe, bem como suas formas históricas, consistiu na teoria da vida cotidiana de Agnes Heller (2008). Trata-se

de uma leitura materialista histórico-dialética[11] que pode nos revelar dimensões da relação homem-trabalho e sua relação com a sociedade não só por meio de suas formas de reprodução, mas também de resistência, possibilitando assim uma análise crítica que possa contribuir para esse campo de estudo no Brasil. A utilização de conceitos dessa autora, bem como sua relação com o trabalho de campo, está estruturada no sexto capítulo desta tese: "Cotidiano, trabalho e política: articulações para repolitizar o ambiente de trabalho administrado".

É necessário esclarecer que o objeto deste estudo não é especificamente "o trabalhador terceirizado da instituição pesquisada", mas os impactos e influência do neoliberalismo na vida dos trabalhadores mais afetados pelas transformações no mundo do trabalho. Assim, outros sujeitos poderiam fazer parte dos depoimentos, como funcionários de ONGs, OSCIPS, EBERHS etc., bem como os próprios docentes das universidades públicas, pressionados por indicadores de ordem utilitarista neoliberal. Porém, por limites práticos, escolhemos o grupo focado pela clareza (e brutalidade) com que são atingidos pelas transformações descritas.

Portanto, em nenhum momento almejamos a "descrição densa" das histórias de vida e o levantamento de especificidades locais que não pudessem ser dialogados com a política analisada. Pelo contrário, o relacionamento com os trabalhadores terceirizados, ao invés de tê-los como objeto, convidou-os a debater o neoliberalismo e a precarização, estes sim objetos de análise, conforme explicitado no último capítulo.

---

[11] A contribuição da perspectiva materialista sócio-histórica sobre o fenômeno do *poder* costuma ser vista como incompatível com a perspectiva foucaultiana, porém, apesar de adequada quando pensada na formulação de Foucault sobre o poder disciplinar, nesta tese dialogaremos com esse autor em sua teoria sobre a lógica biopolítica que, ao contrário da anterior, analisa o Estado como fonte centralizadora de controle e poder e, por isso mesmo, lócus privilegiado de luta e resistência. Aprofundaremos e embasaremos essa análise no capítulo 5 desta tese.

Cap. 2) A reforma do Estado no Brasil na década de 1990: princípios e análise crítica do processo de enxugamento do Estado

Após a crise do petróleo na década de 1970, o Brasil, que passava por ajustes monetários e crescente inflação, passou a aderir cada vez mais ao chamado Consenso de Washington, cujas propostas passavam pela diminuição da intervenção do Estado no mercado e o fortalecimento do Estado mínimo, em oposição ao Estado de Bem-estar social. Como efeito desse contexto, na década de 1990, durante os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, houve uma série de reformas das leis que regiam o trabalho terceirizado e a subcontratação.

Em documento elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado do governo de Fernando Henrique Cardoso, o então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira sustentava que a reforma do Estado seria pautada por uma série de postulados específicos, como a redução do tamanho do Estado por meio da redução de seus funcionários, privatizações, publicizações e terceirizações, almejando, mediante essas opções, o aumento da governabilidade da administração pública.

Esta reforma do Estado envolveu, portanto, quatro problemas interdependentes: a delimitação do tamanho do Estado, que seria um problema econômico-político, a redefinição do papel regulador do Estado, a recuperação da governança e o aumento da capacidade política do governo de intermediar interesses e governar. É na delimitação do tamanho do Estado que estariam envolvidas as ideias de privatização, publicização e terceirização. A desregulação diria respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do *mercado* (Bresser Pereira, 1997, p. 7).

No documento oficial intitulado *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*, o então ministro Bresser-Pereira afirma categoricamente que a proposta daquela reforma é fortalecer o Estado, e não enfraquecê-lo. Chega, inclusive, a criticar o que chama de neoliberalismo conservador, pois este postula que a

coordenação do sistema econômico se dê apenas pelo mercado, enquanto que ele deve ser realizado também pelo Estado: “O primeiro [o mercado] coordena a economia através de trocas, o segundo [o Estado], através de transferências para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente segundo o julgamento político da sociedade” (Bresser-Pereira, 1997, p. 9). Nesse caso, o ex-ministro afirma explicitamente estar se referindo aos economistas Friedrich Hayek e Milton Friedman, entre outros.

A aceleração do desenvolvimento tecnológico ocorrida na segunda metade do século passado havia gerado uma profunda transformação no sistema econômico mundial. A globalização, dentro desse contexto, teria enfraquecido a autonomia dos estados nacionais e tornado ultrapassadas suas políticas econômicas baseadas em países relativamente fechados. Na década de 1990, portanto, o governo passou a rever o papel do Estado em termos de “proteção contra a concorrência” para se basear na política deliberada de “estimular e preparar as empresas e o país para a competição generalizada” (Bresser-Pereira, 1997, p. 11). A proposta político-econômica no período é abandonar a perspectiva de que Estado e mercado são alternativas polares para se transformarem em fatores complementares de coordenação econômica.

Se na década de 1930 a crise do capitalismo global remetia a uma crise do mercado – este então descontrolado por Estados nacionais que o deixaram navegar à deriva, a crise da década de 1980 tinha contextos bem diversos.

A avaliação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado brasileiro em 1997 era de que a crise oriunda da década de 1980 demonstrava que o Estado, ao assumir a função de papel estratégico na promoção do progresso e responsabilidade pela garantia de distribuição de renda, havia sofrido um:

> [...] crescimento explosivo do Estado não apenas na área da regulação, mas também no plano social e no plano empresarial. Para isto cresceu a carga tributária, que de 5 a 10 por cento no início do século passou para 30 a 60 por cento do Produto Interno Bruto do país, e aumentou o número de burocratas públicos, que agora não se limitavam a realizar as tarefas clássicas do Estado. O Estado tornava-se um Estado Social-Burocrático na medida em que, para promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico, contratava

> diretamente, como funcionários públicos, professores, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, artistas, etc. (Bresser Pereira, 1997, p. 13)

Porém, segundo Bresser-Pereira, as "distorções" desse sistema não tardaram a aparecer. Segundo a avaliação do ex-ministro, os investimentos do Estado foram capturados por interesses de empresários, da classe média e de burocratas públicos. Se, inicialmente, as empresas estatais poderiam funcionar como um poderoso mecanismo de realização de poupança forçada, na medida em que geravam enorme lucro (principalmente por estarem inseridas de forma monopolista na economia nacional) e este era reinvestido, com o passar do tempo estas empresas estatais viram seus lucros sumirem e demonstraram-se ineficientes ao adotarem padrões burocráticos de administração.

Essa suposta condição de ineficiência das empresas públicas ao operarem a gerência burocrática, segundo Bresser-Pereira, tornou "necessária" sua substituição por uma administração pública gerencial:

> Na realização das atividades exclusivas de Estado e principalmente no oferecimento dos serviços sociais de educação e saúde, a administração pública burocrática, que se revelara efetiva em combater a corrupção e o nepotismo no pequeno Estado Liberal, demonstrava agora ser ineficiente e incapaz de atender com qualidade as demandas dos cidadãos-clientes no grande Estado Social do século vinte, tornando necessária sua substituição por uma administração pública gerencial. (Bresser-Pereira, 1997, p. 13)

Apresentando as consequências dessa situação, Bresser-Pereira deixa claro que a crise fiscal do Estado levou à crise dos anos 80 materializada na forma da crise da dívida externa. Afirma, para tanto, que diversos fatores contribuíram para tal, como o desequilíbrio entre as demandas da população e sua capacidade de atendê-las, a captura do Estado por interesses privados e também sua ineficiência administrativa.

Nesse momento vemos que a "captura do Estado por interesses privados" (Bresser-Pereira, 1997, p. 13) aparece como **problema**. Porém, conforme

apresentaremos no decorrer desta tese, a entrega do Estado aos interessados (privados) em administrá-lo gerencialmente será, paradoxalmente, apresentada como **solução**.

Naquilo que o então governo de Fernando Henrique Cardoso denominou "crise da governança", o Estado viu sua poupança pública tornar-se negativa e escancarava suas limitações gerenciais. A crise apresentou-se por episódios hiperinflacionários, e o Estado, na autoavaliação deste governo, de agente do desenvolvimento, se transformava em seu obstáculo.

Somando-se à *suposta* ineficiência administrativa pública e à intervenção dos interesses privados junto ao Estado, a avaliação que o então governo federal fazia considerava que boa parte da dificuldade em se solucionar as crises destacadas era agravada pela globalização que se efetuava nas referidas décadas.

A globalização trouxe uma diminuição dos custos de comunicação e transporte e elevou o nível da competição internacional a patamares antes impensáveis. O aumento da força e abrangência do mercado colocou em cheque as barreiras criadas pelos estados nacionais. Os Estados sentiram uma perda relativa de autonomia na formulação de políticas macroeconômicas e uma clara limitação na sua capacidade de "isolar" sua economia da competição internacional.

A globalização, por um lado, e a diminuição dos lucros das empresas estatais, de outro, obrigaram a uma análise da situação que preparasse um novo plano de ação. No caso do governo do PSDB, a escolha fica clara em seu documento ministerial oficial:

> A globalização impôs, assim, uma dupla pressão sobre o Estado: de um lado representou um desafio novo – o papel do Estado é proteger seus cidadãos, e essa proteção estava agora em cheque; de outro lado, **exigiu que o Estado, que agora precisava ser mais forte para enfrentar o desafio, se tornasse também mais barato**, mais eficiente na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente. (Bresser-Pereira, 1997, p. 14-15, grifos nossos).

Era fundamental, na perspectiva do grupo que governava o Brasil na segunda metade da década de 1990 que o Estado ficasse mais barato. Para esse governo, a crise em que o país se encontrava na década de 1980 se apresentava mais prontamente pela crise fiscal, pelo esgotamento das suas formas de intervenção e pela *obsolescência da*

forma burocrática de administrá-lo. É importante notar como o documento ministerial oficial busca, paulatinamente, desqualificar a gestão pública e a nomeia como "administração burocrática", em contraposição a uma "moderna administração pública gerencial". Os impactos dessa política serão duradouros e profundos nos movimentos sindicais e no cotidiano dos trabalhadores diretamente afetados. A própria ideia de cidadania está em jogo, como pode-se notar pelo uso do termo "cidadãos-clientes", demonstrado aqui em citação anterior.

A crise fiscal era explicitada pela dificuldade crescente do Estado em gerar uma poupança pública e em financiar políticas públicas. A crise do modo de intervenção aparecia de maneira tríplice: crise do *welfare state* no primeiro mundo, enfraquecimento das indústrias nacionais na maioria dos países em desenvolvimento e substituição dessas por importações e, nos países comunistas, crise do estatismo. Evidencia-se a preocupação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado em 1997 com o que descreviam como "[...] forma burocrática de administrar o Estado" (Bresser-Pereira, 1997). A superação desta seria, para esse grupo político, emergencial, visto os custos crescentes, a "[...] baixa qualidade e ineficiência dos serviços sociais prestados pelo Estado através do emprego direto de burocratas estatais"[12] (Bresser-Pereira, 1997, p. 15).

A perspectiva do ministério era a de construir um estado social-liberal. Consideravam que diversos grupos políticos presentes no Brasil naquele momento não estavam diagnosticando adequadamente o contexto de crise. Segundo o então ministro, a "[...] esquerda tradicional, arcaica e populista, entrou em crise e ficou paralisada" (Bresser-Pereira, 1997, p. 15), antes culpando o imperialismo e agora culpando a globalização, enquanto que a direita neoliberal passou a argumentar pelo Estado mínimo e do pleno controle da economia pelo mercado. Segundo este grupo político, devia-se privatizar de forma radical, pois o Estado teria como função apenas garantir a

---

[12] Interessante notar como burocratas estatais gestores de um ministério de Estado produzem um documento oficial afirmando que o problema do Estado são os próprios burocratas estatais, ineficientes e cada vez mais distantes do mercado internacional. Apesar de inicialmente paradoxal, pois ao confiarem em seu próprio julgamento, estariam se contradizendo, visto que "não se deveria" esperar eficiência de burocratas estatais, mais adiante veremos que de fato se terceiriza uma boa parcela da avaliação de como o Estado deve proceder, ao analisarmos a adoção de cartilhas internacionais como as sugestões do FMI e do Consenso de Washington, por exemplo.

propriedade e os contratos, devendo, portanto, desvencilhar-se de todas as suas funções de intervenção nos planos econômico e social.

O grupo no poder – do qual o então ministro Bresser-Pereira fazia parte do alto escalão – teria, segundo seu próprio documento ministerial, compreendido e "diagnosticado com clareza" a crise como "crise do Estado". O governo, no documento, se apresenta como "centro-esquerda pragmática" (Bresser-Pereira, 1997, p. 16). Importante ressaltar aqui um posicionamento do ministro Bresser-Pereira sobre como o então governo de Fernando Henrique Cardoso agiu após a avaliação da crise:

> A centro-esquerda pragmática, social-democrática ou social-liberal, diagnosticou com clareza a Grande Crise como uma crise do Estado, delineou a interpretação social-democrática ou social-liberal da crise do Estado em substituição a interpretação nacional-desenvolvimentista, **e adotou as propostas da centro direita pragmática visando obediência aos fundamentos macroeconômicos[13]** – ou seja, políticas econômicas que envolvem ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas, preços de mercado […] (Bresser-Pereira, 1997, p. 16, negritos nossos)

A reforma do Estado brasileiro, operada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso,[14] foi também adotada por uma grande coalizão de centro-esquerda e de centro-direita que foi vista em diversos países da América Latina e Leste Europeu. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento priorizaram empréstimos para reformas de Estados nacionais.

A proposta era justamente deixar os Estados menores e mais centrados naquilo que deviam fazer e que, segundo a perspectiva desse grupo no poder, fortaleceria o Estado por aumentar-lhe a governança, sua capacidade de financiar ações em saúde e educação, por exemplo.

---

[13] Quando afirma ter agido "visando obediência aos fundamentos macroeconômicos", Bresser-Pereira declara, na verdade, ter agido visando obediência às cartilhas do Consenso de Washington e do FMI.

[14] Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002).

Em resumo, são quatro os processos básicos da reforma do Estado da década de 1990 que, segundo o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, em 1997, prepararíam para o estado social-liberal:

> a) delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e "publicização"; b) redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentam o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade da competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; c) aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas do Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e finalmente; d) aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (Bresser-Pereira, 1997, p. 18-19)

É afirmado explicitamente no documento que o objetivo dessas reformas é, exclusivamente, aumentar a governança e a governabilidade[15] e, exatamente por tal razão, diminuir o Estado, em nenhum momento, é visto como enfraquecimento deste.

Apresentaremos agora os principais processos utilizados para esse aumento de governabilidade: a privatização, a publicização, a terceirização e a desregulação.

---

[15] Retomaremos esta questão, após a análise das entrevistas.

2.1) O papel do Estado e sua re-delimitação

O governo do PSDB, em seus dois mandatos a partir da segunda metade da década de 1990, concluiu que o Estado havia chegado a um tamanho excessivo, seja pelas suas distorções, seja pelas "esperanças demasiadamente grandes que foram nele depositadas pelos socialistas" (Bresser-Pereira, 1997, p. 21). Entre 1960 e 1995, o Estado havia dobrado o seu tamanho.

A proposta, neste momento, foi distinguir três áreas de atuação:

a.) As atividades exclusivas do Estado.

b.) Os serviços sociais e científicos do Estado (a serem publicizados).

c.) A produção de bens e serviços para o mercado[16] (a serem terceirizados).

O então governo (gestão FHC, em 1997), ao definir quais as atividades exclusivas do Estado, fundamentou-se na seguinte atribuição: o Estado é a organização burocrática que possui o poder extroverso sobre a sociedade civil existente em um território. Extroverso, pois o Estado possui poder para além de seus funcionários, diferentemente das instituições privadas e públicas não estatais. O Estado possui o "poder de Estado". **Este poder, por sua vez, deve "assegurar a ordem interna – ou seja, garantir a propriedade e os contratos"** (Bresser-Pereira, 1997, p. 22). Essa perspectiva, por sua vez, coloca este governo como claramente liberal, e mais: caminhamos, na análise do documento sobre a Reforma do Estado Brasileiro, a um acirramento de posições: se essa é a principal característica do Estado, veremos a lógica presente nesta "diminuição e barateamento do Estado" migrar para uma clara posição neoliberal.[17]

São exemplificadas outras características, mas é o mercado que é apresentado como protagonista na definição da função do Estado. Após essa designação, argumenta-se que o Estado deve defender o país contra o inimigo externo e promover o

---

[16] Durante o governo de FHC foram privatizadas diversas empresas de produção de bens, como a Vale do Rio Doce.

[17] Analisaremos, em momento oportuno, a perspectiva foucaultiana do neoliberalismo (Foucault, 2008a).

desenvolvimento econômico e social. O Estado, em termos econômicos, deve então "complementar o mercado através de transferências financiadas pelos impostos".

Na argumentação do então governo de 1997, a reforma para diminuição do Estado precisava ser orientada por um claro diagnóstico sobre aquilo que seria exclusividade deste. Após essa avaliação, tudo aquilo que não fosse de seu controle exclusivo deveria ser, portanto, alvo de controle privado ou "socialmente" controlado após concessão a organizações públicas não estatais (também chamadas de organizações não governamentais).

Fora as atividades do característico Estado liberal, teríamos aquelas correspondentes ao Estado social. São atividades que impactam positivamente a sociedade e não são devidamente remuneradas pelo mercado. Neste rol, temos as atividades de formular políticas na área econômica e social e a realização de transferências de valores para a educação, saúde, assistência social, previdência social, seguro desemprego, proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e artístico etc. (Bresser-Pereira, 1997, p. 23).

A apresentação dessa argumentação evidencia algo que será analisado pormenorizadamente no capítulo das entrevistas: segundo a lógica neoliberal, há a privatização e terceirização daquilo que o mercado remunera adequadamente, por isso não há uma preocupação com a precarização desses serviços, muito menos com a precarização do trabalho dos sujeitos que antes exerciam suas atividades profissionais diretamente pelo Estado. No caso desta pesquisa, entrevistas com trabalhadores terceirizados em uma universidade pública trarão diversas questões quanto à precarização no trabalho e quanto à premissa exposta copiosamente pelo então ministro do governo de que são atividades "adequadamente remuneradas pelo mercado" (Bresser-Pereira, 1997).

A delimitação do que é exclusivo do Estado torna-se fundamental, pois tudo o que puder ser alvo de terceirização e concessão será "flexibilizado". A reforma da década de 1990 trabalha justamente com a lógica do "sistema enxuto" e a medida exata do *just in time* do modelo japonês de organização do trabalho (E. Oliveira, 2004; Hirata; Zarifian, 1991). Nessa lógica de enxugamento que, de tão "enxuto", alguns autores irão chamar de *liofilização* (Antunes, 2007), para além das técnicas toyotistas restritas – como o Kanban e Andon, por exemplo –, é visível na década de 90 a implantação do que

Alves (2002) designa como *toyotismo sistêmico,* ou seja, um conjunto de práticas de organização do trabalho e das relações entre fornecedores de mão de obra e o processo de terceirização. Essa prática, pensada para empresas trabalharem o máximo possível com fornecedores ao invés de empregar diretamente trabalhadores, aparece aplicada às funções do Estado na hora da delimitação de seu papel perante a sociedade brasileira:

> Os investimentos na infraestrutura e nos serviços públicos **não são**, a rigor, uma atividade exclusiva de Estado, na medida em que podem ser objetos de concessão. (Bresser-Pereira, 1997, p. 24, negritos nossos)

Após essa conclusão, o documento expressa claramente que, devido ao fato de serem áreas de obrigação do Estado, no fim das contas, este tem de investir diretamente nesses setores. Porém, mesmo que responsabilidade exclusiva do Estado, caso seja interessante ao setor privado ou ao setor "público não estatal" – vulgo ONGs etc. –, a mera possibilidade da concessão abriria, ao Estado, a possibilidade de se "dedicar a outras causas". Há uma argumentação de que se pode privatizar, terceirizar e concessionar tudo aquilo que as instituições não estatais quiserem controlar. O interesse do outro, nesse caso, é o critério para a "flexibilização".

O que deve ser mantido dentro do Estado, com exclusividade, serão os núcleos estratégicos de delimitação de políticas públicas,[18] agências executivas e agências reguladoras.

2.2) A noção de concessão

No modelo estatista de tipo soviético, o próprio Estado investia e intervinha em áreas como mineração, infraestrutura e setores industriais diversos. Argumenta-se

[18] É notável o fato de que esta reforma de Estado não apresente nenhum questionamento à "terceirização" da elaboração de políticas públicas presentes no financiamento privado de campanhas políticas. Ou seja, esta reforma, em diversos momentos, como mostraremos no decorrer da tese, traz uma reforma política associada, porém travestida com uma aura de caráter neutro da tecnocracia gerencial.

nesta reforma do Estado brasileiro que, fora o exemplo dos modelos soviéticos, todas essas áreas costumam ser trabalhadas por setores privados. No Brasil, entretanto, os setores privados não tinham, durante o século XIX, meios para investir nessas áreas, de forma que o próprio Estado necessitava fazer esses investimentos. A argumentação do Ministério da Reforma do Estado apresenta o investimento estatal como "pontapé inicial". A questão, para o então governo reformista, é que essa prática estatal no Brasil nunca foi ideológica, mas meramente pragmática e técnica.

Porém, dentro das averiguações supostamente técnicas, o documento do Ministério da Reforma de Estado lamenta a crise fiscal do Estado a partir da década de 1980 e diz:

> Por outro lado, ficou definitivamente claro que a atividade empresarial não é própria do Estado, já que pode ser muito melhor e mais eficientemente controlada pelo mercado do que pela administração [pública]. (Bresser-Pereira, 1997, p. 24).

Dentre diversas contradições encerradas pela citação acima apresentada, podemos elencar como o fato de que o governo que viu disparar a crise fiscal era não democrático, ainda da ditadura militar no Brasil, governo este que financiou diversas empresas[19] e atuou para o desaparecimento de outras. Não se podia concluir com tal clareza que a atividade empresarial "pode ser muito melhor e mais eficientemente controlada pelo mercado", visto que Estado e mercado possuíam (e ainda possuem, vide o poder empresarial na política pública) relações das mais perversas.

Aqui, verificamos *o mercado aparecendo como fator de veridição*, ou seja, o mercado é a referência para se determinar se algo funciona ou não. Essa transição é o que marca, para diversos autores, como Foucault (2008a), o pensamento liberal para o neoliberal e é o porquê deste ser tão cruel em suas nuances.

Segundo Foucault (2008a):

---

[19] Empresas como a Rede Globo de Televisão, Sistema Brasileiro de Televisão e diversas outras de telecomunicações, por exemplo, em parte sustentadas e privilegiadas pelo governo militar.

> Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço etc., ele constitui nesse sentido um lugar de veridição, quero dizer, um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funciona com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida evidentemente considerável) indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental. Digamos em termos simples e bárbaros que o mercado, de lugar de jurisdição que era até o início do século XVIII, está se tornando, por meio de todas essas técnicas que, por sinal, evoquei ano passado a propósito da escassez alimentar, dos mercados de cereais etc., um lugar que chamarei de lugar de veridição. O mercado deve dizer a verdade, deve dizer verdade em relação à prática governamental. Seu papel de veridição é que vai, doravante, e de uma forma simplesmente secundária, comandar, ditar, prescrever os mecanismos jurisdicionais ou a ausência de mecanismos jurisdicionais sobre os quais deverá se articular. (Foucault, 2008a, p. 45).

O mercado, como entidade regulatória sustentada pela suposta "natural eficiência técnica", possuiria inclusive uma *neutralidade para regular-se*, pois conforme consta no documento ministerial: "Além do controle pelo Estado ser ineficiente quando comparado com o mercado, o controle estatal tem ainda o problema de submeter as operações das empresas a critérios políticos" (Bresser-Pereira, 1997, p. 24).

O mercado aparece aqui como entidade "à parte" do mundo político. Na argumentação do governo para a consolidação da política neoliberal no Brasil, entregar ao mercado é "despolitizar o campo para entregá-lo às flutuações livres da demanda da população brasileira". Terceirizar, concessionar e privatizar não são apenas uma política econômica, mas, na visão do então governo, uma atitude de neutralização de interesses

políticos, no sentido de despolitizar ideologicamente essas instituições. Aqui, essa "despolitização" atinge papéis consagrados ao Estado nas décadas anteriores e presentes na perspectiva de Estado social. O mercado aparece, no documento aqui paulatinamente analisado, como área neutra, onde as empresas estatais poderiam ser, quando entregues à administração não estatal, "libertadas" do suposto domínio ideológico.

Esse rumo argumentativo, presente no discurso neoliberal oficial do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, encerra a diminuição do Estado, na reforma de seu papel, como diminuição de sua preocupante prolongação ideológica. Aqui, vemos uma preocupação com o Estado "em sua forma repressiva", algo análogo ao descrito por Althusser (1996) como "aparelhos ideológicos de Estado".

Na perspectiva de Althusser, o Estado é a fonte de onde emana o poder. "O Estado não tem sentido a não ser em função do poder estatal. Toda a luta política de classes gira em torno do Estado" (Althusser, 1996, p. 113). O Estado possui uma ação repressiva, opressiva sobre os sujeitos: "O Estado é o Aparelho Repressivo de Estado". Essa é uma questão trabalhada por Foucault (2008a) ao analisar a ótica neoliberal, que vê o Estado como "governando sempre demais", como um perigo que deve ser mantido sob controle.

O mercado enquanto princípio de veridição apresenta uma perspectiva na qual este não seria apenas mais eficiente, mas também "mais justo". Conforme já citado, as empresas de mercado seriam, pelo documento ministerial de 1998, mais eficientes e menos susceptíveis à políticas desvirtuantes.[20]

O mercado, tido como fiel da balança, é apresentado como referência de suposta neutralidade política. Essa caracterização fica mais clara no trecho que se segue:

> Durante muito tempo estatização e privatização foram objeto de amplo debate ideológico. Hoje esse debate está superado. Existe um relativo consenso de que é necessário privatizar – dada a crise

[20] Daí deriva-se uma das questões fundamentais analisada junto aos trabalhadores de serviços terceirizados dentro de uma universidade pública: este trabalho terceirizado, fora a redução de custos obtida pela flexibilização de vínculos, estaria sendo organizado de maneira a ter menos viés político e de maneira mais justa, como os documentos da reforma do Estado e as teses neoliberais propunham?

> fiscal – e conveniente privatizar, dada a maior eficiência e a menor subordinação a fatores políticos das empresas privatizadas. (Bresser-Pereira, 1997, p. 24-25)

Se, após quase vinte anos da reforma do Estado e das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, ainda existe o debate intenso sobre as privatizações, na época o debate era vivo e forte. O "discurso oficial" busca apagar da memória o debate, insinuando um tal "relativo consenso" de que é necessário privatizar.

Segundo Chaui:

> Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado. (Chaui, 2006, p. 15-16)

Ao argumentar a superação do debate ideológico, o movimento de flexibilização (privatização, publicização e terceirização) é apresentado como um debate meramente técnico. Dessa forma, esse governo se apresenta como não responsável pelos impactos políticos da flexibilização (a precarização do trabalho e dos laços sociais, como veremos nas entrevistas), *visto que eles não teriam tomado sequer decisão política*. O discurso oficial do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado então se apresenta como um discurso "pós-político", de superação do debate ideológico e de mera implementação de medidas técnicas, elaboradas por "especialistas" e validada por "autoridades no assunto". O discurso oficial da reforma do Estado, apesar de apresentar-se "pós-ideológico", sustenta-se em lacunas que, quando questionadas, demonstram a fragilidade política em sua base. A *tecnocracia* e sua suposta neutralidade surgem como oposta à política, esta sim, interessada.

> O que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento? Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Sabemos

> também que haverá tantos discursos competentes quantos lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. Sabemos também que é um discurso que não se inspira em ideias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação. (Chaui, 2006, p. 23)

A proposta de que as empresas privadas são menos propensas às intervenções políticas rompe com o cotidiano da democracia brasileira, em que, por exemplo, campanhas políticas são financiadas justamente por empresas privadas. O governo, ao terceirizar serviços de segurança e limpeza, como veremos, satisfaz à demanda de diversas agenciadoras de trabalho terceirizado, ao invés de satisfazer a demanda da população civil ou das classes trabalhadoras, especificamente.

Mais que retomar o debate clássico sobre se algo é ou não ideológico, no sentido de se é verdade ou mentira, a apropriação do tema em Foucault, por exemplo, traz as seguintes questões: Como isso veio a ser tomado como verdade? No caso, como veio a ser possível que se diga em "relativo consenso de que é necessário privatizar"? Qual a história por trás dessa suposta necessidade? E, tão importante quanto: A quem interessa que isso seja verdade? No caso, interessa aos trabalhadores? Aos contribuintes? Às empresas? Se, ainda por cima, perguntarmos se "interessa ao mercado", retomando a argumentação de que a entrega dos serviços estatais ao mercado o fortaleceria, pois faria correr mais valores em seus fluxos, então estamos frente a um mercado interessado, não mais neutro.[21]

---

[21] Este dado é de extrema importância, pois retomaremos, no capítulo sobre neoliberalismo e biopolítica, que se passa a governar para o mercado, e não mais para os cidadãos. Nesse sentido, medidas como terceirizações fortalecem o mercado, apesar de enfraquecer a classe social que vive do trabalho.

2.3) Sobre a publicização

Publicizar, verbo utilizado na reforma do Estado brasileiro, se refere a reduzir seu tamanho, porém sem tornar privado seu alvo. Seria aqui alvo de publicização aquilo que está entre as atividades exclusivas do Estado e a produção de bens para o mercado. Incluem-se aqui diversas atividades científicas e sociais, como escolas, universidades, creches, hospitais, museus etc.

Se, por um lado, a ordem é enxugar o Estado, por outro, essas áreas demandam garantia de sua execução e manutenção, inclusive com financiamento estatal. Nesses casos, quando não couber a privatização, buscar-se-á a publicização, que trata de transferi-las para o setor público não estatal.

A criação da palavra publicização busca solidificar um terceiro espaço, que não o estatal e o privado, mas aquele que é *público não estatal*. Esses espaços, quando não voltados ao lucro, mas ao interesse dos cidadãos, não deveriam, segundo a proposta de reforma do Estado, ser considerados privados.[22] E, como seus funcionários não seriam compostos de funcionários públicos, seriam *instituições públicas não estatais*. Entretanto, apesar de necessitarem de repasses estatais, seriam "diretamente controladas pela sociedade através de seus conselhos de administração [...] diretamente controlada pela sociedade que a financia e a dirige" (Bresser-Pereira, 1997, p. 27). Nessa linha de raciocínio, instituições de direito privado voltadas para o interesse público, e não para o consumo privado, não são privadas, mas "públicas não estatais" (p. 26).

Essa reconfiguração do espaço social, apesar de ressaltar a possibilidade de "fortalecimento" do controle social sobre o público, não se deve a um interesse em

[22] No limite desta delicada proposta, surge um silogismo: por exemplo, não existiria escola particular, visto que a educação é de interesse público, logo só haveria escolas públicas estatais e escolas públicas não estatais, de forma que o governo poderia financiar a educação pública sem criar vagas em escolas estatais, mas mediante programas de bolsas em escolas "não estatais". Atualmente, esta é uma crítica à racionalidade do Prouni, criado já nos governos presididos pelo PT.

aumentar a participação democrática: “a crise do Estado exige o reexame das relações Estado-sociedade […]”[23] (Bresser-Pereira, 1997, p. 27).

Considera-se, portanto, que a publicização consistiria em “devolver ao controle público”, diferente do controle indireto realizado pelo Estado. Como argumentaremos mais adiante, novamente aparece o argumento de que o Estado deixaria de exercer influência sobre essas instituições, agora entregues “ao controle direto da sociedade civil”. Aqui, há a proposta de que a administração pública cederia poder administrativo à sociedade civil.[24]

Sobre o crescimento exponencial das ONGs na década de 1990, o então governo afirmava: “Este crescimento decorre da maior adequação – e portanto maior eficiência – desse tipo de instituição para a realização dos serviços sociais” (Bresser-Pereira, 1997, p. 28).

A publicização, no Brasil, consistiu no processo que veio a subsidiar a constituição das organizações sociais.[25]

2.4) O processo de terceirização no bojo da reforma do Estado na década de 1990

Dentro das medidas de diminuição do tamanho do Estado, o então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado pretendia, segundo sua ótica, maximizar a eficiência do Estado em sua governança, de forma a deixar a cargo de outras instituições aquilo que não fosse a atividade essencial de sua função.

---

[23] Há, aqui, a explicitação clara da contradição, no próprio uso da dicotomia presente no termo *relação* entre Estado e sociedade, ou seja, são espaços diferentes, com existência autônoma, que se relacionam. Porém, se apenas entidades diferentes e autônomas se relacionam (Guareschi, 1996), aqui Estado estaria sendo pensado à parte de sociedade. Essa questão da configuração do Estado como estando “dentro e fora” da sociedade, bem como do mercado, nos levará à análise da tese de Giorgio Agamben (2010) acerca do paradoxo da soberania em outro capítulo.

[24] Retomaremos esta questão em discussão sobre o aumento do poder do Estado, ao invés de sua diminuição, nas atividades de flexibilização de cunho neoliberal, na qual nos pautaremos principalmente em Foucault (2005, 2008a).

[25] Constituem: “uma entidade pública de direito privado que celebra um contrato de gestão com o Estado e assim é financiada parcial ou mesmo totalmente pelo orçamento público” (Bresser-Pereira, 1997, p. 29).

A terceirização aparece como peça fundamental nesse processo, entregando ao mercado a execução de tudo que ele possa dar conta (ou melhor, de tudo que seja de interesse do mercado). Para tanto, faz-se necessária a diferenciação daquilo que é essencial e monopólio do Estado daquilo que lhe é auxiliar.

Na reforma do Estado brasileiro, são tidas como áreas exclusivas do Estado as atividades propriamente de governo, em que o poder de Estado é exercido. Aqui, tratamos as ações de legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir políticas e fomentar (Bresser-Pereira, 1997).

Porém:

> [...] para que estas funções do Estado possam ser realizadas é necessário que os políticos e a alta burocracia estatal, no núcleo estratégico, e também a média administração pública do Estado, contem com o apoio de uma série de atividades ou serviços auxiliares: limpeza, vigilância, transporte, copeiragem, serviços técnicos de informática e processamento de dados etc. Segundo a lógica da Reforma do Estado da década de 90, estes serviços devem em princípio ser terceirizados, ou seja, devem ser submetidos a licitação pública e contratados com terceiros. Dessa forma, esses serviços, que são serviços de mercado, passam a ser realizados competitivamente, com substancial economia para o Tesouro" (Bresser-Pereira, 1997, p. 29).

São diversas as noções implícitas nesse discurso, como a suposta falta de competitividade dos serviços prestados pelo governo. A terceirização aparece aqui como promessa de aumento de competitividade e qualidade de serviços.

A terceirização de atividades dentro de uma mesma instituição pública cria, necessariamente, a existência de um duplo regime jurídico: o dos estatutários e o dos empregados (ou contratados). A condição de servidor estatutário fica restrita às carreiras de Estado, enquanto que os "empregados" constituiriam, segundo os documentos da reforma do Estado, uma situação intermediária entre o servidor estatutário e o trabalhador privado.

No trecho citado há uma representação da situação do terceirizado como sendo intermediária à do servidor e à do emprego em empresa privada. Nesse caso, há uma hierarquização implícita. Os servidores públicos gozam de estabilidade de vínculo e

direitos previdenciários. Os funcionários regidos pela CLT,[26] nas empresas particulares, possuem direitos trabalhistas, mas não estabilidade de vínculo. Quando o trabalho terceirizado é apresentado como uma situação intermediária entre ambos, dá-se a impressão de que, ao menos, não haverá perdas quando comparado ao trabalho em instituições privadas. Mais ainda: há a impressão de algo mais, em direção aos direitos adquiridos pelos servidores públicos.

Porém, como veremos no próximo capítulo, mais de quinze anos após a solidificação das medidas tomadas na reforma do Estado, as falas dos trabalhadores terceirizados deixam claro que a vivência dessa situação não seria assim avaliada.

Por exemplo, segundo Joana:

> *Pra mim tudo isso aqui é temporário. Eu estava numa empresa de distribuição e ela fechou, lá não era terceirizada não, era funcionária mesmo. Entrei aqui, mas estou procurando emprego, outra coisa mais fixa* […] *porque aqui eles mesmos falam que não sabem se vai ter contrato* [se a empresa vai vencer novamente a licitação para prestação de serviços quando o tempo do atual contrato licitado vencer, ao final de 2014]. (Joana, funcionária da limpeza, trabalhadora terceirizada Speed há 1 ano)

Nessa fala, claramente não vemos narrada uma condição entre o servidor público e o trabalhador regulado pela CLT. Vemos a descrição do trabalho terceirizado como sendo "subemprego", e mais: o trabalho terceirizado caracterizado como "emprego temporário", precarizado em termos de vínculo, expectativas de carreira e geração de renda de forma a permitir ao trabalhador tecer planos para seu futuro. Segundo Castel (2013), conforme veremos no capítulo 4, o que distingue a condição de proletário da de integrante da classe operária é, justamente, a possibilidade de planejar o futuro, de forma a se ter a liberdade de viver para além da perspectiva de se ganhar o necessário diário para sobreviver.

---

[26] CLT refere-se à Consolidação das Leis do Trabalho, originada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda a legislação trabalhista existente no Brasil e regulando as relações individuais e coletivas de trabalho.

Cap.3) Os terceirizados e as relações humanas fraturadas no ambiente de trabalho

Nesse capítulo objetivamos a apresentação de algumas das relações concretas entre os trabalhadores da IES, campo desta pesquisa, para posterior aprofundamento e análise em demais capítulos. Não é possível ou mesmo cabível a transcrição de todas as entrevistas, conversas e vivências, formais e informais, que tivemos no campo pesquisado. Devido a isso, optamos por trazer alguns dos momentos mais significativos para o tema pesquisado, bem como as caracterizações necessárias para situar de forma adequada o leitor desses resultados. Também não restringimos a este capítulo a apresentação dos fatos acompanhados, de forma que também serão apresentados trechos de entrevistas em outros capítulos. Ressaltamos o cuidado minucioso em manter os nomes das empresas e dos trabalhadores totalmente anônimos.[27]

3.1) Caracterização da empresa terceirizadora de mão de obra

A Speed[28] constitui-se em uma empresa privada com foco em terceirização de mão de obra para instituições públicas. Atuante em diversas cidades do estado, a empresa se inscreve para concorrer em pregões abertos para contratação de empresas terceirizadoras. Caso ganhe o contrato de licitação, ela verifica quantos funcionários serão necessários e contrata-os exclusivamente para a instituição licitada. A Speed, como diversas outras empresas do segmento, dá preferência à contratação de trabalhadores que já trabalharam na instituição

[27] Convém assinalar que, mesmo com a garantia de anonimato, diversas conversas com funcionários terceirizados não foram autorizadas a serem utilizadas. As entrevistas eram aceitas e realizadas, porém o uso das falas não. Nesses casos, as entrevistas não foram apresentadas, mas constituíram importante fonte de informação para situar o pesquisador sobre o histórico das relações profissionais no local. Retornaremos a essa dificuldade no capítulo sobre política, cotidiano e trabalho.

[28] Nome fictício para preservar o anonimato da empresa acompanhada.

alvo por empresas terceirizadoras anteriores. No caso da IES acompanhada, o grupo de trabalhadores era composto por cerca de cinquenta funcionários.

A Speed completou dois anos de prestação de serviços em setembro de 2014 e obteve prorrogação de contrato pela atual direção da universidade. Nos quatro anos anteriores, a IES conviveu com quatro empresas terceirizadoras diferentes, sendo que duas delas abriram falência e não pagaram as rescisões trabalhistas dos funcionários.

Caracterização geral dos funcionários terceirizados

Os trabalhadores que prestam serviço na IES, cerca de 35 mulheres e 15 homens, possuem em média 40 anos de idade. A escolaridade dos trabalhadores vai do ensino fundamental ao médio completo. Todos os trabalhadores já foram empregados com carteira assinada e grande parte já foi funcionário terceirizado na própria IES pesquisada, com contratos junto às empresas terceirizadas anteriores à Speed.

Em geral, os funcionários da Speed são oriundos de cidades pequenas, com menos de 40 mil habitantes e de áreas rurais.

Atividades da empresa Speed

As atividades realizadas pelos funcionários terceirizados remetem a:

- limpeza
- manutenção elétrica e hidráulica
- serviços de pedreiro
- jardinagem

3.2) O privado dentro do público: contradições explícitas

Durante as conversas com os funcionários terceirizados foi fundamental a mediação de Solange, funcionária terceirizada que ocupa o cargo de chefia na Speed frente aos funcionários terceirizados na IES pesquisada.

Apesar de ter conversado diversas vezes com Solange, somente após meses de negociação todo o trâmite ligado ao Comitê de Ética para autorização pela empresa Speed

havia sido finalizado. Dentre diversos pontos abordados, retomarei neste momento apenas os que contribuem para compreendermos sua perspectiva enquanto uma trabalhadora ímpar no ambiente de trabalho, pois mesmo sendo terceirizada, portanto submetida a todas as vulnerabilidades dos demais, ao estar numa posição acima das colegas, ela não é integrada pelos outros terceirizados enquanto uma "companheira".

Outra questão que torna essa funcionária uma das protagonistas deste trabalho de campo é o fato de as funcionárias terceirizadas da Speed estarem trabalhando na IES há anos, mesmo que a Speed esteja há apenas dois anos na IES. Dessa forma, há uma assimilação de Solange com a própria empresa Speed, de forma que ela é referida, costumeiramente pelas terceirizadas, como sendo "a Speed", e não uma colega. Esse fato é importante, pois ao analisarmos as falas das funcionárias terceirizadas, veremos que as empresas anteriores à Speed deram calotes e não pagaram os direitos trabalhistas, histórico este que permitirá compreendermos o porquê de Solange ser tratada como "um predador à espreita" em alguns relatos de colegas terceirizados.

Na primeira entrevista após o aceite da empresa, comentei que também gostaria de entrevistar as outras funcionárias para saber como elas encaravam as questões de saúde no trabalho, o que foi aceito, porém com o alerta de que as colegas "falariam mal dela". Eu comentei que isso era esperado e que ela poderia se colocar frente às críticas, garantindo o anonimato das outras terceirizadas entrevistadas.

Segundo Solange, o fato de haver um histórico complicado de empresas terceirizadoras na instituição seria um complicador das relações entre ela e seus colegas: "*Elas acham que sou dona da empresa, que eu não vou perder o emprego como todas elas se o contrato acabar*".

Ou seja, os funcionários terceirizados não visualizariam adequadamente as especificidades do sistema e focariam as dificuldades na "pessoa" da chefia, sem perceberem que a chefe deles, nesse caso a própria Solange, também se tratava de uma empregada terceirizada. Solange comentou que o dono da empresa, sediada em uma cidade a 500 km, havia visitado a unidade do campus pesquisado e as funcionárias pediram para conversar com ele em particular. Segundo ela, o dono disse que, após duas horas de conversa, todas as empregadas a criticaram, a não ser por duas que afirmaram ter sido bom o fato de ela ajudar os funcionários aprenderem a bater o cartão de ponto nos horários certos e de lutar por uniformes melhores.

Outra questão que apareceu em nossas conversas consistia na "percepção de injustiça" pelas funcionárias terceirizadas. Diversos comentários de Solange apresentavam um cotidiano com grande incidência de conflitos. Em suas falas, ficava claro que o trabalho terceirizado, dentro de um espaço como uma IES pública, cheia de trabalhadores servidores públicos com direitos e benefícios muito diversos dos terceirizados, gerava um ambiente onde algumas contradições do mundo do trabalho se revelavam de forma muito contrastante, o que podia ampliar a irritação de suas funcionárias e aumentar os conflitos.

As entrevistas prévias com Solange indicavam que o trabalho terceirizado dentro de uma instituição pública tendia a ter mais desconfortos e conflitos do que dentro de uma empresa privada: haveria uma maior percepção de "companheirismo" dentre trabalhadores celetistas e terceirizados de uma empresa privada, pois ambos os grupos poderiam "ser demitidos". Essa situação contrasta com a disparidade encontrada entre terceirizados e servidores. Por mais que os funcionários regidos pela CLT da empresa privada tenham mais estabilidade do que os terceirizados, a distância entre eles era menor do que a distância entre os terceirizados e os servidores públicos.

Como exemplo da disparidade entre servidores e trabalhadores terceirizados, Solange comentou que a Speed possui contato com um servidor especificamente designado para poder pegar os "chamados".[29] Segundo ela, esse servidor teria tido repetidas faltas, o que além de acarretar problemas para a prestadora de serviços Speed, demonstrava o quanto "o outro lado", no caso os servidores públicos, a falta era algo corriqueira (e efetivamente aceita) entre eles.

Em uma de nossas conversas, por exemplo, um servidor encarregado de trazer os "chamados abertos" lhe trouxe alguns protocolos preenchidos às 17h. Na ocasião, Solange recebeu-os e afirmou que não havia mais tempo hábil para a execução e ressaltou que os chamados estavam assinalados como tendo sido expedidos pela manhã. O servidor confirmou o fato e imediatamente se retirou da sala de Solange. Nesse momento, Solange colocou as mãos sobre a cabeça e, demonstrando muito descontentamento, afirmou: "*Não basta eu ter que ensinar minhas funcionárias à trabalhar, eu também tenho que ensinar os da*

---

[29] O "chamado" é uma ordem se serviço aberta e comunicada à própria Solange para que ela então designe os funcionários em número e momento oportunos para sua realização.

universidade!". Essa questão, da contradição entre os tempos e fluxos dentro de uma empresa particular frente aos da empresa pública era uma "bomba", segundo Solange, que sempre estourava do lado da terceirizada.

A empresa terceirizada Speed registra em relatórios todos os processos de trabalho que operacionaliza, e era nítido o esforço de Solange para organizar os chamados em execução. Pela ótica da administração tradicional de uma empresa privada, a empresa terceirizada era uma "empresa padrão de mercado", catalogando tudo o que acontecia em relatórios e buscando fazer o máximo possível em menos tempo. Comparando-os à universidade pública, claramente eles possuíam um nível de pressão por resultados muito mais elevado do que os outros trabalhadores que conviviam dentro da IES, inclusive segundo relatos de servidores entrevistados para esta pesquisa. Para Solange, a pressão comumente relatada pelos trabalhadores terceirizados não se originava apenas pelos fatores "comuns" da empresa privada (pressão e vínculo instável de trabalho), mas também por lidar com servidores públicos que não compartilhavam com eles a angústia extrema de mostrar resultados e, mesmo assim, correr o risco de demissão a qualquer momento.

Essa perspectiva apareceu em outras falas durante o trabalho de campo: a Speed era percebida, por alguns trabalhadores terceirizados, como uma "ilha" dentro da universidade.

Nesse sentido, os desconfortos de Solange com os servidores públicos que não realizavam adequadamente suas atividades e, devido a isso, de alguma forma impactavam o andar dos trabalhos na Speed, era visível e descrito como enormemente penoso para ela.

Para Solange, a Speed consistia num "*exemplo a ser seguido*" dentro da IES, pois o cumprimento de horários e relatórios era realizado com exatidão. Ressaltando os esforços em qualificar o trabalho de seus funcionários, Solange afirmou existirem cursos de desenvolvimento de pessoas oferecidos esporadicamente, como a palestra sobre "Como portar-se no trabalho",[30] destinada aos trabalhadores terceirizados. Solange afirmara que o dono da empresa, em visita à unidade pesquisada, havia considerado que durante o ano de 2014 teriam ocorrido poucas palestras e que ela poderia cuidar para que houvessem mais eventos desse tipo. Após a indicação, ela entrou em contato com uma empresa na cidade que faz palestras do tipo e pediu temas ligados à "*saber se portar no ambiente profissional*".

---

[30] Apresentaremos detalhadamente este evento adiante.

Sobre a diferença de posições entre terceirizados e servidores, Solange comentou que os funcionários terceirizados usavam argumentos como: "*Eles* [os servidores] *fazem isso, por que eu também não posso fazer? Por que não posso me vestir como eles?*". Prova de que o comportamento deles, apesar de não ser adequado, era realizado naquele ambiente por pessoas da instituição de ensino. Porém, segundo Solange, essa não seria uma comparação viável, pois os docentes e funcionários concursados possuem suas chefias e estas deveriam zelar pelo ambiente, o que, se não ocorria, por outro lado não tornaria essas práticas ou comportamentos adequados. Quando questionei exemplos de "comportamentos inadequados", ela deu o exemplo de roupas curtas, atrasos, pedidos para sair mais cedo devido a questões de saúde e atender telefonemas durante a jornada de trabalho.

Para Solange, a diferença de tratamento dos trabalhadores terceirizados e servidores públicos era uma contínua fonte de indagações por parte de seus funcionários. Exemplos recorrentes durante as conversas junto ao campo remetiam a falar em telefone celular durante a jornada e à liberdade em se escolher a roupa para trabalhar. Nesses casos, a contradição de trabalhadores terceirizados frente aos servidores públicos parecia mais explícita. Segundo Solange, caso estivessem dentro de uma empresa privada, como um supermercado, por exemplo, os trabalhadores não terceirizados também seriam constrangidos a não falar em celular, de forma que a disparidade entre terceirizados e CLTs não seria tão evidente e nem tão "*humilhante*".

Em algumas conversas com os trabalhadores terceirizados, a disparidade aparecia de forma brutal. Em uma das ocasiões de conversa informal, por exemplo, escutamos de uma funcionária da limpeza que em seu emprego anterior o convívio era "*mais fácil*" porque "*era todo mundo trabalhador*", numa clara alusão de não identificação dos servidores públicos, por ela, como companheiros de um mesmo mundo de trabalho assalariado.

3.2.1) Trabalhos informais durante a jornada de trabalho "oficial"

Solange, em um dos momentos em que procurava explicitar a relação entre os terceirizados e os docentes, descreveu um conflito atualmente existente na empresa. Segundo esta gestora, alguns professores assumiram uma área de laboratórios e decidiram organizá-la, visto que havia trabalhos de alunos há mais de dez anos estocados num galpão

dentro da universidade. Para tanto, iniciaram uma grande faxina no galpão. Segundo Solange, foram enviados três trabalhadores em um dia, dois em outro e quatro no dia da entrevista em que relatou a questão. Devido ao fato de que o galpão voltaria a ser utilizado, inclusive em aulas, com cadeiras e mesas, o espaço deveria ser limpo rotineiramente, o que não acontecia há anos. Os funcionários terceirizados que atuavam na área ficaram revoltados, segundo a entrevistada. Questionaram a gestora sobre qual havia sido o pedido do professor e, quando ela respondeu que havia confirmado ao docente que existiam funcionários com tempo disponível para as tarefas, a gestora narrou ter sido xingada e ofendida. Teria escutado "*como assim temos tempo, então somos vagabundos?*".

Solange relatou ter explicado que não os considerava dessa forma e que sabia, por andar pela universidade o tempo todo, que as tarefas deles encerravam-se antes do horário final da jornada e que costumeiramente via-os conversando, sem ter trabalho a fazer, no meio da tarde. Segundo ela, eles afirmaram que não tinham tempo livre para a Speed, pois faziam serviços específicos para pós-graduandos, como regar plantas de experimentos específicos. Ela reafirmou que isso não fazia parte das atividades da empresa e a discussão só foi encerrada quando ela perguntou de onde vinha o material utilizado para adubar ou dedetizar as plantações dos experimentos, e os funcionários afirmaram utilizar material da universidade sem consentimento.

Os funcionários terceirizados realizam estes serviços para pós-graduandos em suas atividades científicas e, segundo Solange, recebem dinheiro em troca. Segundo ela, eles chegam a manusear agrotóxicos sem proteção, o que faz mal à saúde deles, nessas atividades particulares dentro da jornada de trabalho. Esse é um fator que apareceu também em outras entrevistas: pós-graduandos de mestrado e doutorado, principalmente os que possuem pesquisas em laboratórios e utilizam plantações experimentais, criam demanda para os terceirizados enquanto "auxiliares" de pesquisa, o que acaba por atrapalhar o andamento da execução dos chamados abertos. Os alunos e professores, como o exemplo dado por Solange, não querem ir à universidade aos finais de semana para regar e aplicar os compostos experimentais nas plantas e "contratam" funcionários terceirizados para isso, pois eles possuem as chaves dos laboratórios.

Em conversa com docente de um dos cursos, foi afirmado que os servidores públicos (docentes e técnicos) que trabalham nesses laboratórios recebem adicional por insalubridade, devido à notoriedade dos danos que aquele ambiente gera para a saúde de quem trabalha

nesses locais.[31] Obviamente, os trabalhadores terceirizados não somente não recebem adicional de insalubridade como não sabem que a atividade extra causa danos à sua saúde.

3.2.2) Servidores públicos e terceirizados: dois pesos, duas medidas

Em um dos dias combinados para que eu pudesse acompanhar as atividades da Speed, logo ao chegar vi Solange com feições de quem estava prestes a chorar. Solange, sem nem conseguir dar "oi", explodiu:

> *Hoje estou tendo um dia muito difícil. Hoje me ligaram na hora do almoço pra limpar e arrumar três salas para um evento. Eu disse que não tinham agendado, não havia ordem de serviço, mas ficaram falando que era urgente, que não sabiam que tinha que fazer ordem de serviço... Eu mesma* [administradora] *fui até as salas, no meu horário de almoço, limpei e arrumei tudo. Eles não podem fazer isso, não podem pedir favor pra quem trabalha, pra trabalhar na hora do almoço. Estou com o braço doendo, não era pra fazer isso com essa pressa.* (Solange, funcionária terceirizada)

Como chefe das terceirizadas, cabe à Solange, e somente a ela, o contato com as ordens de serviço. As ordens precisam ser cadastradas, e então Solange verifica a disponibilidade de pessoal e designa os responsáveis pela execução. O fato de as ordens de serviço não seguirem a "*lógica profissional de trabalho*", mas virem dispersas em "*pedidos e combinados*", práticas frequentes "*no lado dos servidores públicos*", como ela mesma aponta, lhe traz diversos problemas quando é cobrada pela sede da empresa na capital do estado.

> *Olha este pedido aqui* [disse-me, mostrando uma folha de ordem de serviço, na qual havia a aprovação para execução de duas cópias de chaves]. *O funcionário* [servidor público responsável] *me trouxe e disse "São cinco chaves que eu quero". Eu olhei e disse que no papel estava autorizado apenas duas chaves, que se ele alterar o pedido dele mesmo, eu posso fazer. Mas ele se recusou e disse "eu sei que devia fazer outro pedido, mas como eu quero pra amanhã, é urgência, então estou pedindo aqui mesmo". Poxa, eu tive que explicar, novamente, porque é sempre isso, que eu trabalho numa*

[31] Retomaremos esta questão de saúde dos trabalhadores terceirizados mais adiante, em capítulo sobre o trabalho terceirizado e a lógica biopolítica.

> *empresa que confere tudo. Eu não posso fazer cinco chaves e ter um pedido de duas, entende? Ele não sabe trabalhar. Eu ensino minhas funcionárias, ensino qualquer coisa, se for pra amarrar o sapato, eu ensino. Agora como que eu vou ensinar um concursado daqui, que não sabe trabalhar. Que acha que pode me dizer "é urgência" que aí eu sou obrigada a obedecer? Isso não pode, não faz sentido! Eles não sabem trabalhar!* (Solange, funcionária terceirizada)

Algo que paulatinamente apareceu junto ao trabalho de campo e que mostra o desnível abissal de empoderamento entre terceirizados e servidores dentro da instituição refere-se a práticas como a descrita, em que um servidor projeta-se sobre um funcionário terceirizado e o trata como se fosse subordinado direto.

Sobre a dificuldade em conciliar trabalhadores terceirizados em meio a servidores públicos, Solange apresentou o caso de um pedreiro, servidor público da universidade há décadas, que se tornou funcionário antes da proibição de cargos como esse. A existência de um pedreiro "funcionário público" gerava algumas incógnitas para os terceirizados.

Segundo Solange, o pedreiro se recusava a receber ordens da empresa terceirizada, responsável pela execução das ordens de serviço. Foi necessário criar um fluxo burocrático à parte, pois ele não aceitava ser tratado como os demais trabalhadores terceirizados: "*achava humilhante*", segundo Solange.

A questão levanta ainda mais nuances sobre como os terceirizados se reconhecem nesse ambiente de trabalho. A existência de um mesmo cargo, porém com vínculos tão drasticamente opostos – pedreiro servidor público e pedreiros terceirizados – explicitava a diferença de tratamento a trabalhadores de mesma função.

Se, durante a maior parte do tempo, os funcionários terceirizados descreviam que a terceirização acometia aos menos "estudados" e que não poderiam concorrer a uma vaga em concurso, a contradição é explícita. Podiam se reconhecer em Walter, o pedreiro. Era possível a identificação com esse trabalhador, tal como apareceu em uma conversa com um dos jardineiros:

> *Tem um pedreiro que tá afastado, se fosse eu tava demitido. Mas ele tá doente, então tá afastado. Quer dizer, ele pode ficar doente, né, mas daí que ele faz aqui eu também faço. Eu podia ter isso tudo também, mas acaba sendo injusto.* (Caio, jardineiro terceirizado)

Quando questionado sobre o porquê de ele não ser demitido, Caio respondeu: *"Ele não é da Speed, é da universidade mesmo"*. A percepção de Caio é fulminante: "*ele pode ficar doente*".[32]

3.3) O nada invisível capital social das trabalhadoras terceirizadas

Após ter combinado com Rosa, funcionária da copa e trabalhadora *na* IES há cerca de quatro anos, de conversarmos sobre seu trabalho, precisei aguardar longamente, na copa onde os professores tomam café, o momento em que não houvesse mais ninguém. Os funcionários terceirizados entrevistados, em geral, demonstravam esse tipo de constrangimento: "conversar" na hora do trabalho. Porém, como Rosa não podia nem chegar antes de seu horário nem permanecer após o término de sua jornada, utilizamos os momentos onde seu ambiente direto de trabalho estava vazio. Chegando lá, estavam Rosa, Berenice e Sandra, também copeiras.

Perguntei há quanto tempo Rosa trabalhava e ela disse que estava lá há quatro anos. É importante notar que a empresa Speed está há dois anos, mas as funcionárias, quando vão dizer há quanto tempo trabalham, dizem o tempo total "*na IES*". A identificação é, para essa resposta, a *instituição*, e não a *empresa terceirizadora* de mão de obra. Ela disse que atualmente era a terceira empresa que ela estava, apesar de estar sempre na mesma função. Segundo Rosa, outras empresas sumiram e não pagaram os direitos trabalhistas de rescisão de contrato de trabalho. Na primeira, ela trabalhou por cinco meses e, quando conseguiu a carteira de trabalho, ela não estava assinada.[33]

---

[32] Sobre a constatação, pelos terceirizados, de que a alguns existe o direito de adoecer e a outros não, voltaremos a analisar de forma mais aprofundada em capítulo sobre a biopolítica.

[33] Segundo um servidor da administração da universidade, a empresa recebe cerca de R$ 2.250,00 por trabalhador, paga cerca de R$ 760,00 e deveria ficar com R$ 350,00 de lucro, com o restante sendo destinado ao pagamento de direitos trabalhistas e impostos. Nesse caso, onde a funcionária não havia sido registrada, a empresa ficava com R$ 1.500,00 e pagava à funcionária R$ 760,00, efetivamente roubando dela seus direitos e mais que quadruplicando o seu lucro por cada trabalhador.

Essa empresa tem sido chamada pela Justiça do Trabalho, e, segundo Rosa, foi a juíza quem assinou sua carteira, comprovando que ela então tinha tempo de trabalho para contar para a aposentadoria:

> *Não sei como ela fez, mas ela assinou e hoje minha carteira tem esse registro. E não fui só eu, muita gente não pegava a carteira de volta, estava tudo em uma gaveta pelo que contaram pra gente. Jogaram numa gaveta e ficou lá. Pra mim, que precisava trabalhar, queria entrar logo e receber o salário. Eu venho de outro estado e lá só tive um trabalho de carteira assinada, então sei que tem trabalho assim mesmo* [sem carteira assinada]. *Eles vão pagando o salário, isso não é o problema. O problema acontece quando acaba o contrato deles com a faculdade. Porque daí eles não pagam nada, eles somem. É aí quando dá problema. A outra empresa, que estava antes* [da Speed]*, fez a mesma coisa, mas tinha assinado a carteira. Quando acabou o contrato, ela sumiu e estão chamando na Justiça aos poucos. É um dinheiro que vem, mas você não sabe quanto e nem quando, você não pode fazer uma conta pensando que vai receber em um mês, sabe? Não dá pra saber, mas acaba vindo. E cada caso é um caso, então teve gente que recebeu 15 mil reais e teve a outra que trabalha aqui comigo que recebeu dois; o caso é o mesmo, tudo a mesma empresa, mas a gente não sabe como é que isso funciona. A que recebeu quinze pegou 12 mil, porque o advogado ficou com 3 mil de pagamento pra ele. Olha só, 12 mil! Imagina!* [este valor, atualmente, é compatível a cerca de um ano de salário de uma funcionária da Speed]. *Mas não dá nem pra saber quanto que vai ganhar, não pode ficar contando*. (Rosa, trabalhadora terceirizada)

Quando questionada sobre como é ficar na IES e ver as empresas terceirizadoras "passarem", Rosa afirmou:

> *Olha, tem um lado que é a gente saber que se trocar a empresa a gente é bem capaz de continuar. Então a gente fica mais tranquila, mas quando dá setembro é um desespero. Porque é quando faz o contrato, aí a gente não sabe se renova. Da empresa que estava antes para essa* [atual]*, a gente ficou sem empresa e continuamos trabalhando, você acha? Ficamos dois meses sem receber. A empresa sumiu e antes da outra entrar a gente ficou dois meses sem receber. Teve um funcionário que chamou a gente e emprestou dinheiro. Faz quase dois anos, eu já paguei, mas teve gente que não conseguiu pagar ainda. Teve gente que teve que sair da casa que estava, porque quem que vai acreditar nisso, de você sair pra trabalhar de manhã e*

> *voltar de noite todo dia e depois dizer que não está recebendo? As pessoas não acreditam. Quem que vai acreditar? Quem tinha que pagar aluguel teve que sair. Esse ano o diretor* [da IES] *falou que em setembro eles não iam renovar o contrato, porque estavam atrasando nossos uniformes. Foi um desespero total, mas já acertou que vai ficar*. (Rosa, trabalhadora terceirizada)

O diretor havia falado às funcionárias, devido às reclamações delas sobre a empresa, que ele não renovaria o contrato com a Speed. É interessante notar que ele afirmou isso para as funcionárias, na perspectiva dele, de forma absolutamente solidária às trabalhadoras terceirizadas. Na ótica dele, elas ficariam contentes, pois viria outra empresa "mediar" o trabalho delas, porém proferiu o discurso sem levar em consideração o passado traumático que elas possuem frente à troca de empresas.

Na mesma época, em uma conversa com Solange, a chefe das terceirizadas, a questão havia aparecido. Solange estava reclamando por passar por momentos muito estressantes e contou que o diretor havia dito às funcionárias que o contrato não seria renovado. Solange, nessa conversa, repetia:

> *Pra que, meu Deus, pra que ele foi dizer uma coisa dessas! Elas ficaram revoltadas, porque eu dizia que ficaríamos anos aqui, que estava tudo dando certo... elas imaginaram que eu tinha mentido, sei lá... que a gente ia sumir, porque eu disse pra ficarem tranquilas e ele disse que o contrato ia acabar, deu muito problema, ainda está dando.* (Solange, chefe das terceirizadas)

Apesar de estar consciente dos direitos e das condições difíceis das trabalhadoras, o diretor, pensando agir em consonância com o desejo das funcionárias, fez eclodir uma situação de alto conflito entre os terceirizados. Por mais que exista um cumprimento atual dos contratos e de todos os direitos por parte da atual empresa – a Speed –, esses trabalhadores que, em sua maioria, já foram lesados por empresas terceirizadoras, possuem relações extremamente traumáticas com as questões burocráticas do trabalho. Pelo lado da empresa, caso o contrato não seja rompido, ele pode ser renovado por alguns anos. A chefe dizia que iriam continuar, mas quando o diretor afirmou que o contrato seria encerrado, as

trabalhadoras conceberam que estavam sendo enganadas pela empresa, pois houve informações desencontradas sobre um aspecto burocrático.

A vivência delas da burocracia exprime as contradições às quais estão expostas, principalmente porque, junto à falta de sentido de algumas questões, como por exemplo "por que a universidade não assina logo a carteira da gente?", somam-se diversos relatos de mentiras contadas por empresas terceirizadoras de mão de obra anteriores à atual. Segundo Rosa, a chefia da empresa que ficou meses sem pagar os salários (e que reteve carteiras de trabalho sem assinar) dizia todos os dias que tinha a confirmação de que o salário iria cair no dia seguinte:

> *Todo dia a gente juntava em cima dela* [chefia anterior] *e ela jurava que tinha dado problema no banco e que o dinheiro estava preso no banco e que ia cair. Todos os dias ela falava, e a gente falava isso pras pessoas que a gente estava devendo. No final, depois de um tempo, ela disse que também estava sem receber. Ela estava na mesma que a gente, não sei. De vez em quando eu vejo ela andando na rua.* (Rosa, trabalhadora terceirizada).

A condição de "estar trabalhando" é muito importante para Rosa. O salário é condição necessária, mas não condição suficiente. A referência da universidade como local de trabalho possui função de referência identitária para ela. "*As empresas passam*", mas Rosa "*trabalha na*" universidade pública da cidade. Quando questionei, acerca dos meses sem receber, se ela não quis buscar trabalho em outras empresas da região, Rosa estranhou muito a questão. Precisei repetir de duas formas diferentes até compreender que, para ela, a pergunta era desprovida de sentido. Não fazia sentido procurar outro lugar para trabalhar, pois a universidade continuava no mesmo lugar e ninguém iria fazer o trabalho dela, caso ela não fosse. Ela percebe-se com um *trabalho* plenamente constituído, porém com um *emprego* problemático. As empresas mediadoras de mão de obra criam problemas na dimensão do *emprego*, mas esses problemas não chegam a abalar suas considerações sobre a importância e necessidade de seu *trabalho*.

Legalmente, o contrato de terceirização deixa claro que Rosa trabalha *na* e *para* a Speed. Porém, a vida cotidiana assimila esta vivência com referência à concretude das relações pessoais diretas de trabalho. Segundo ela, quando há algum problema e a chefe Solange não resolve, as funcionárias vão direto falar com o diretor. Segundo o discurso delas,

diretor é o superior da chefe delas, logo, quando ela não resolve alguma questão, o indicado é dirigir-se diretamente a ele. Por lei, essa relação direta não existe nem pode existir, pois consistiria em prática ilegal: pela súmula 331 do TST, pode-se tomar prestação de serviços de vigilância e limpeza, *desde que não exista pessoalidade e subordinação direta*. A ocorrência dessa relação geraria a condição de contratação por empresa interposta.

Apesar de, *no mínimo*, essa situação de contato direto das funcionárias terceirizadas com o diretor da universidade constar como uma *irregularidade trabalhista*, o vínculo estabelecido com as pessoas no local de trabalho é constituído historicamente pelas sucessivas trocas de empresa mediadora de mão de obra, porém com a manutenção dos mesmos funcionários terceirizados. Trocam-se as chefias e os carimbos nas carteiras de trabalho, mas o trabalho continua o mesmo, no mesmo local, com as mesmas pessoas. Se, por um lado, há um entrave legal à relação direta terceirizados–servidores, por outro, é justamente essa pessoalidade que lhes sustenta um mínimo de humanização das relações no trabalho.

Constrangida, Rosa comentou sobre o fato de servidores públicos terem emprestado dinheiro aos terceirizados, enquanto não recebiam da empresa que havia "*sumido*". A contradição dos trabalhadores terceirizados é brutal: a empresa sumiu, a chefia desapareceu, mas o trabalho continua a ser necessário. Servidores colaboram com dinheiro e suporte técnico informal daqueles que possuem formação em direito, porém as trabalhadoras passam a necessitar de uma assistência que mais remete ao assistencialismo do que ao direito propriamente dito.[34]

A flexibilização dos contratos, dessa forma, impactou enormemente os vínculos sociais dentro desse ambiente de trabalho. As funcionárias vão trabalhar mesmo sem receber, inclusive sem empresa mediadora constituída, o que é claramente ilegal, pois sabem que quando outra empresa for contratada elas voltarão ao mesmo ambiente e "o que pensariam delas" caso deixassem o ambiente "abandonado"? A vergonha está presente no lado dessas trabalhadoras, até mesmo por considerarem que os servidores "*nada podem fazer*", "*é assim pra quem não estudou*" (Maria, funcionária terceirizada da limpeza). Do outro lado, o impacto

---

[34] Esta questão será profundamente trabalhada no próximo capítulo, dialogando com a teoria de Castel (2013).

é similar: vergonha. Os servidores emprestam dinheiro às trabalhadoras que estão trabalhando sem receber (e não cobram de volta) porque, em meio ao capital cultural amplamente consolidado pelos muitos anos de estudo, sabem que estão explorando coniventemente pessoas sem contrato e com pouca instrução.

A condição de vulnerabilidade dos terceirizados se confronta diariamente com a estabilidade dos servidores públicos com quem trabalham cotidianamente. A vulnerabilidade, como fica perceptível nessa fala, se estende para além dos contratos nebulosos e do "sempre desesperador mês de setembro", quando não se sabe se haverá prorrogação do contrato da empresa terceirizadora, mas atinge também a questão salarial: são vulneráveis economicamente, pois o atraso de dois meses de salário as fez sair da linha da pobreza para caírem na condição de miséria, com algumas pedindo favores inclusive sobre onde morar.

A condição operária (Castel, 2013) diferencia-se da condição proletária, pois aquela possui uma estabilização baseada num salário que permite consumo, poupança e acesso a toda uma rede de direitos e seguros trabalhistas. A terceirização dos postos de trabalho de limpeza e manutenção na universidade pública pesquisada gerou um retrocesso na inserção econômica e social dos trabalhadores afetados, levando-os a regredir da condição operária à condição proletária, como veremos no próximo capítulo.

Porém, apesar de notáveis vulnerabilidades, existe o engendramento de relações de poder muito fortes por parte dos funcionários terceirizados. Algo que apareceu na fala de Rosa, bem como na de Solange e na do próprio diretor da IES, demonstra um consolidado *capital social* (Bourdieu, 1998b) por parte de algumas funcionárias, principalmente aquelas que estão *na* IES há anos, apesar de várias empresas mediadoras de mão de obra terem por ali passado. O diretor, após tomar conhecimento das insatisfações das trabalhadoras, afirmou que romperia o contrato com a empresa terceirizada e abriria novo pregão para licitação de uma outra empresa que fornecesse melhores condições de trabalho.

Ou seja, mesmo não possuindo *capital econômico* (Bourdieu, 1995), ou mesmo *capital cultural* (Bourdieu, 1995) associado (como conhecimentos em Direito para pressionar por direitos), elas, funcionárias terceirizadas, gerariam a "demissão" da empresa. Nesse sentido, há vulnerabilidade, mas também há a geração de uma rede de relações que amplifica a

tomada de ações de intervenção drásticas no ambiente de trabalho.[35] Dessa forma, não obstante todas as contradições apontadas, resta-nos assinalarmos mais esta: burocraticamente, as trabalhadoras terceirizadas não devem possuir relações "pessoalizadas e de subordinação direta" no ambiente de trabalho, pois tratar-se-ia de terceirização ilegal (chamada de empresa interposta). Porém, o que as segura nesse trabalho e, inclusive, lhes confere, ao que parece, o maior registro identitário e de satisfação profissional é, justamente, o fato de serem tão queridas pelos servidores públicos que as acompanham: seu consolidado capital social.

3.4) Conflitos entre dilemas éticos e limites legais

Segundo o diretor da IES pesquisada, os trabalhadores terceirizados, apesar de serem os profissionais mais vulneráveis da instituição, atualmente estariam com uma empresa razoável, que se abre ao diálogo e sempre busca corresponder às demandas solicitadas.

Uma questão trazida imediatamente pelo diretor Herbert ao início de nossa primeira entrevista referia-se à tentativa de se criar um subsídio para os trabalhadores terceirizados pagarem o mesmo valor que os alunos e os funcionários pagavam no restaurante universitário. Para o diretor, os servidores públicos, que já recebiam adicional de alimentação, não necessitavam de subsídio, podendo pagar o valor "cheio" do restaurante, em torno de R$ 4,50, ao invés do valor subsidiado de R$ 2,50.

Herbert chegou a levar a proposta ao Conselho Universitário, no campus da capital do estado, em uma reunião com todos os diretores, porém esta foi negada em votação pelos diretores. Segundo Herbert, essa "luta ainda não tinha acabado", pois ele estudava a possibilidade de canalizar o dinheiro obtido com o aluguel do espaço da cantina a uma empresa privada para poder realizar o subsídio às terceirizadas.

Outra questão muito importante para o diretor correspondia à política "portas abertas" aos terceirizados. A questão, que foi inclusive alvo de críticas pela administradora dos terceirizados, era fundamental para Herbert poder acompanhar a situação destes

[35] Voltaremos a esta questão em capítulo desta tese sobre cotidiano, trabalho e política.

trabalhadores e evitar que fosse precarizada além do “inevitável”. O diretor comentou que recebeu algumas funcionárias que foram reclamar da Solange, a chefe deles dentro da IES. Comentaram que não havia equipamentos de proteção individual adequados, faltavam luvas para a limpeza, uniformes e botas novos.

Após diversas críticas, ele realizou uma reunião com os trabalhadores terceirizados e, em meados de maio de 2014, afirmou que o contrato com a Speed não seria prorrogado e que procurariam outra empresa para gerenciá-los de forma melhor. Segundo Herbert, ele disse isso como uma forma de atender ao que ele enxergava como demanda das terceirizadas: “trocar a empresa mediadora de mão de obra”. Porém, após a reunião, ele afirmou ter ficado sabendo de diversos conflitos causados por essa fala, principalmente porque diversas funcionárias haviam vivido rescisões traumáticas com as empresas anteriores e passaram a esperar justamente pelo pior: um calote da Speed.

Herbert afirmou: “Eu não tinha percebido que quando muda de empresa todo ano elas não chegam a ter férias e tem gente aqui há quatro anos que nunca tirou férias, porque como sempre muda em setembro, não dá tempo de completar os meses para se ter férias... Então elas vieram desesperadas e pediram pra manter a Speed. Como a Speed atendeu a tudo que era pedido, com uniforme etc., a gente vai manter, pra ajudar as funcionárias. Porque elas pediram pra manter.”

Herbert é diretor da IES desde maio de 2013 e não chegou a acompanhar as outras rescisões enquanto diretor. Porém é próximo a alguns trabalhadores que exercem suas funções no curso em que atua como professor e pôde presenciar os problemas vividos nos últimos anos.

O diretor concebe os trabalhadores terceirizados como sendo mais “permanentes” do que as empresas terceirizadoras de mão de obra. Ele considera que as empresas de terceirização são “mediadores de contrato” e a prioridade deve ser dada aos trabalhadores que “lutam para sobreviver” em meio ao contrato precário. A hierarquização que ele engendra é bem clara: os funcionários decidem se “a empresa fica ou se troca”, mas estes funcionários permanecem. Herbert faz parte de um grupo considerado como politicamente “de esquerda” dentro do cotidiano universitário e, certamente, seu posicionamento de amparo aos trabalhadores não era comumente encontrado nos diretores de mandatos anteriores.

Sobre esse posicionamento, Herbert comentou que, durante a reunião no Conselho Universitário, sua proposta de subsídio aos terceirizados para minimizar os danos contratuais

havia sido “massacrada” pelos outros diretores. Para ele, há uma cultura organizacional ainda muito forte no sentido de que “ceder a pedidos de trabalhadores” acaba por gerar uma desestabilização da estrutura de poder e das contas universitárias.

Para muitas das funcionárias terceirizadas que tivemos contato, o “chefe” delas é justamente o diretor Herbert. Segundo Rosa, copeira, quando querem exigir algo e Solange não responde de forma satisfatória, “vamos direto falar com o diretor”. A certeza de ser atendida pelo diretor da instituição é percebida como motivo de orgulho e de ser alguém respeitado dentro da Universidade. Porém, a prática não deixa de estar atrelada a uma postura eminentemente pessoal de Herbert. Especula-se, portanto, que quando o diretor deixar o cargo, a política de “portas abertas” não continuará a existir.

Conforme já apontado anteriormente, o relacionamento direto de Herbert com as funcionárias terceirizadas, por mais ético que possa parecer, não possui amparo legal. Pelo contrário: constitui uma relação que pode ser considerada “contratação de empresa interposta”, devido a uma interpretação de que ele estaria agindo diretamente como superior dessas trabalhadoras.

Por mais que o diretor se esforce para melhorar as condições de trabalho dos funcionários terceirizados, existem limites claros estabelecidos pelo próprio sistema legal que regulamenta os contratos de terceirização de mão de obra. Dessa forma, para além de se arriscar ao engendrar práticas irregulares, como receber as funcionárias em seu gabinete, as ações do diretor em vista da melhora de vida dos trabalhadores acabam restritas à *dinâmica do favor*, que efetivamente serão abandonadas após a troca de direção. Novamente encontramos eco na divisão de Castel (2013) entre a classe proletária e a classe operária: enquanto o operariado se distingue pelos *direitos* adquiridos, aos proletários resta a esperança de ações assistenciais, mais próximas do *favor*.

3.4.1) Entre direitos e favores: a enfermaria

A universidade conta com uma enfermaria para atender alunos e funcionários. Além da secretária, servidora pública em cargo técnico administrativo, encontra-se uma pessoa com curso superior na área da saúde, Anete, e um médico. É ela quem recebe os alunos e funcionários e realiza os atendimentos emergenciais. Durante alguns dias da semana, conta-

se com a presença de um dentista. Em geral, o médico fica ocupado realizando perícias e laudos para servidores em afastamento.

Em entrevista, Anete comentou que fazia ginástica laboral para os terceirizados, porém depois de um problema com alguns funcionários, ela deixou de realizar tal trabalho. O problema foi relacionado ao sumiço de um equipamento eletrônico que acabou gerando uma ação jurídica. Porém, com o mal-estar gerado pelo fato, Anete optou por não mais realizar as incursões pelos ambientes de trabalho dos terceirizados e convidá-los para realizar ginástica laboral.

Quando questionei sobre a existência dessa atribuição ao cargo dela, ela explicou que se tratava de um projeto pessoal dela na instituição, proposto porque ela gostava de realizar a atividade. Porém, após a situação constrangedora de conflito, ela havia decidido encerrar a disponibilização da prática aos terceirizados.

Aqui, nota-se que o acompanhamento da ginástica laboral que os terceirizados tinham, mesmo que mínimo, enquadrava-se como prática assistencial, um "favor" prestado pela servidora pública.

Outro relato da responsável pela enfermaria referia-se ao transporte de trabalhadores acidentados. Segundo Anete, até há pouco tempo, quando algum trabalhador terceirizado se machucava, como cortes ou quedas, ela mesma pegava um dos carros da instituição e levava o trabalhador ferido até o pronto-socorro da cidade. Porém, após os conflitos que viveu, essa ajuda para transporte de terceirizados não ocorre mais: "*Eu não posso negar ajuda, e, segundo a lei, minha ajuda é ligar para o Samu, o que eu faço imediatamente*" (Anete, servidora pública responsável pela enfermaria).

Como ainda veremos no decorrer desta pesquisa, eram diversos os "favores" disponibilizados aos terceirizados, contudo, sem que fosse, em algum momento, discutida a necessidade ou não de alteração dessa assistência para um status de *direito*.[36]

---

[36] Deteremo-nos sobre direitos e socorros aos trabalhadores no próximo capítulo, com a ajuda da teoria de Castel (2013).

3.5) Discursos disciplinares aos trabalhadores terceirizados[37]

Dentre as atividades acompanhadas na universidade pesquisada, a participação pelo pesquisador em um evento de "desenvolvimento de pessoas" para os trabalhadores terceirizados realizado em um final de semana na universidade trouxe à tona a dimensão pedagógica que o mundo do trabalho toyotista destina aos "colaboradores". Em nossa dissertação de mestrado (Barros, 2010), descrevemos e analisamos diversos tipos de intervenção organizacional desse tipo aos trabalhadores, que eram, prioritariamente, operadores do chamado "mundo do trabalho imaterial".

A terceirização de mão de obra faz parte do escopo do modelo japonês de produção, que possui, em sua filosofia de funcionamento, a noção de "vestir a camisa da empresa". Apesar desse objetivo em gerar comprometimento do trabalhador ser mais focado em trabalhadores que atuam em cargos gerenciais, vimos a presença da modalidade de discurso também com os trabalhadores terceirizados da IES pesquisada.

Durante o trabalho de campo, fui convidado a assistir a uma palestra que havia sido encomendada para "*estimular o comprometimento, a motivação e o desenvolvimento de uma melhor postura profissional no trabalho*", segundo explicou-me a gestora dos terceirizados.[38]

A palestra versava sobre os mais diversos temas, com duração de duas horas e sorteio de brindes ao final. Realizada em um sábado pela manhã, Solange fez questão de me informar que era uma atividade opcional para os funcionários e que eles poderiam sair 15 minutos antes do final do expediente durante vários dias, para compensar as duas horas de palestra.[39]

Segundo uma folha que a chefia dos terceirizados me entregou, como sendo uma cópia da enviada à palestrante, indicava-se os seguintes tópicos para a palestra:

---

[37] Apesar de explicitarmos o discurso proferido nesta palestra em pormenores neste capítulo e apontarmos algumas análises, seu conteúdo também será analisado em capítulos posteriores.

[38] Além das entrevistas formais, conversas informais individuais e em grupo e acesso a documentos institucionais, pude acompanhar alguns eventos como este, em que a metodologia de trabalho de campo retoma as sugestões da pesquisa qualitativa de imersão apresentadas em Ezpeleta e Rockwell (1986) e Sato e Souza (2001).

[39] Nesse sentido, o evento buscava estar ajustado de forma mais adequada à questão da jornada de trabalho, diferentemente do que vimos na maioria dos eventos pesquisados em nossa dissertação de mestrado (Barros, 2010), nos quais as intervenções eram realizadas fora do horário de trabalho, porém com obrigação de presença e sem pagamento de hora extra.

- Pontualidade, responsabilidade
- Boas maneiras, comportamento
- Higiene pessoal
- Planejamento semanal
- Alimentação correta afeta no bom humor
- Receitas rápidas e simples com custo baixo
- Descobrir o que gosta de fazer para obter vontade no trabalho
- Importância do controle financeiro com lançamento das despesas diárias
- Sorrir previne doenças
- Menor dependência do uso de remédios com sugestão de chás naturais
- Questionamento: qualidades e defeitos

Constava nesse documento de projeto de minicurso o valor de R$ 300,00 como sendo o custo total do evento.[40] A palestrante, Simone, era uma senhora que falava muito bem e com muita energia. Havia 42 funcionários assistindo, incluindo-se a chefe Solange.

Simone iniciou sua fala perguntando para os ouvintes:

> *Você é feliz no que faz? Você precisa descobrir o que te faz feliz. Se não sabe o que te faz feliz, não conseguirá procurar o que te agrada.*
>
> *É importante trabalhar em equipe, colaborarem. A colaboração é fundamental! Trabalhar como uma equipe é fundamental, e precisam sorrir. Sorrir é algo necessário, quando a gente vê um trabalhador que não sorri, sabemos de início que ele não vai sair do lugar. Precisa estar sorrindo, chegar no trabalho e dar um enorme bom-dia! Eu vi gente chegando aqui hoje, eu dei bom-dia para todos, mas alguns só me deram bom-dia porque eu dei, e deram de forma bem suspeita, "pra dentro", como se não estivesse sendo sincero. Pessoal, é aí que começa o seu trabalho, na sua atitude, na sua energia!*
>
> *Por isso perguntei e pergunto novamente: "O que te faz feliz?" Porque quando fazemos aquilo que nos faz feliz, quando fazemos o que gostamos, somos muito mais felizes!*

---

[40] Custo este incomparável com os observados em nossa dissertação de mestrado (Barros, 2010), referente às palestras para trabalhadores de empresas privadas organizadas segundo os preceitos do modelo japonês. Nesses casos, vimos eventos cerca de cem vezes mais custosos, chegando a 30 mil reais.

> *Agora, chegar no ambiente de trabalho e não conseguir nem dar um bom-dia... É muito triste, você vai sumindo... Devemos pedir a Deus para despertar em nós a vontade de trabalhar!* (Simone, palestrante)

É importante notar o tom moral do discurso proferido desde o início da palestra. Inicia-se com uma "bronca" e se acentua a "má educação" dos presentes. A seguir, veremos que esta será a tônica desse dia de "desenvolvimento de competências organizacionais" para os trabalhadores terceirizados. O discurso de *autoprodução de si* (Antunes, 2002; Gorz, 2005), vislumbrado em nossa dissertação de mestrado aos chamados operadores do trabalho imaterial (Gorz, 2005), encontramos agora disponibilizado inclusive a esses trabalhadores terceirizados da periferia[41] do setor de serviços.

Esses trabalhadores terceirizados devem, segundo tal discurso, aprender não apenas a *saber fazer*, mas também a *saber ser*, pois neste sistema ultraenxuto e flexível, são vendedores de si, por demanda (Antunes, 2002; Gorz, 2005), como se apregoa no *toyotismo sistêmico* (Alves, 2002).

> *Na minha loja, todo dia muita gente procura emprego! O que eu vejo imediatamente? Postura! Precisa ter postura! Precisa saber se vestir! Sabem por que eu gosto do frio? Porque evita de vermos trabalhadores com roupas inadequadas. No frio, pelo menos, não vemos roupas curtas demais no ambiente profissional. Por isso eu adoro uniforme, pra mim é uma coisa maravilhosa! Não dá pra contar com o bom senso das pessoas atualmente, elas não sabem se vestir! Um amigo dentista me contou que foram oito pessoas em seu consultório passar por entrevista, enviadas por agência de emprego e nenhuma prestava! Tinha atendente mascando chiclete! Tinha atendente com* piercing *na língua! Meu Deus, o que é isso?* (Simone, palestrante)

Postura: o estilo de vida é algo que pode anular a vida profissional, segundo a palestrante. Ressaltar o uso de uniformes, pois "não se pode confiar no bom senso das pessoas", inicia o direcionamento pedagógico que esse discurso precisa ter: é preciso saber produzir-se adequadamente para que se consiga vender seu produto e, tão importante

---

[41] Periferia, aqui, no sentido de longe do centro, que é centro de circulação de valores.

quanto, é saber configurar uma boa embalagem, mesmo que a mercadoria se trate do próprio trabalhador.

> *Atualmente, esta juventude não quer trabalhar! Os pais dão tudo, crescem irritadas, por isso tem tanta criança que dizem que tem falta de atenção! É culpa dos pais! Ninguém mais quer trabalhar...*
>
> *Estamos, minha gente, com os jovens da Geração Lua. Sabem por que Geração Lua? Porque não querem saber de nada, vivem no mundo da Lua! Não querem trabalhar! Tenho uma loja de produtos de cozinha e recebo noivos para montar lista de casamento. Eu pergunto pra noiva o que ela gosta de cozinhar e quase todas as jovenzinhas respondem: "Eu não cozinho". Gente... nem saber cozinhar? Como vai manter uma casa? Com comidas prontas? São uma bomba, vocês precisam aprender a cuidar mais da saúde de vocês! Vocês ficam comendo pastel* [aqui claramente aparece um pedido da Solange, pois ela não quer que as funcionárias almocem pastel na universidade e quer que passem a levar arroz e feijão para se alimentar durante a jornada de trabalho] *e vão ter muitos problemas de saúde!*
>
> *Essa é a Geração Lua, não quer trabalhar! E quando arrumam trabalho, o que fazem? Passam a empurrar com a barriga, passam a enrolar! Deve-se cooperar com a equipe!* (Simone, palestrante)

A palestrante não se apresenta apenas como alguém de sucesso, mas também como uma oportunidade: ela é dona de uma loja de artigos para o lar. Depois da palestra, conversando com uma funcionária, fui alertado para esse fato. Algumas funcionárias terceirizadas queriam causar boa impressão para depois ir até a loja e pleitear um emprego no local.

> *Já assistiram ao programa* O aprendiz *que passava na televisão? Precisam assistir! Precisamos de estratégias para sobreviver no mercado! Sabe o que vocês precisam? Três coisas: objetivo, foco e determinação!*
>
> [Pergunta para todos:] *Quem aqui tem casa própria?*
>
> [Alguns poucos levantam a mão]
>
> *Quem não tem casa própria, já tem um grande objetivo. O dinheiro pago de aluguel, quando vemos no final do ano, foi todo jogado fora. Quando vierem trabalhar, pensem na casa que querem comprar. Eu sempre olhava um prédio daqui e pensava que ia morar lá, fui economizando e agora eu moro lá! Eu economizava em tudo! Você paga dez reais para fazer a unha? Pague sim, mas pague para você! Faça a sua unha e tire dez reais da*

> *carteira e coloque na poupança. Você paga a si mesma! Não é para ir tomar um sorvete, é para guardar. Quem daqui tem poupança?* [Bem poucos levantam a mão] *Agora vão todos abrir uma poupança! Vão dizer que não sobra dinheiro, né? Mas agora vai sobrar, vão colocar nem que seja trinta reais lá!*
>
> *Ninguém faz poupança porque não pensa no futuro. Isso deve ser ensinado em casa, deve ser assunto da família. Vocês devem parar de ver novela e ler bons autores, autores que ensinam a melhorar de vida. Um autor que vocês devem ler é o Augusto Cury, ele é ótimo!*[42]*.* ***Não se ganha mal, planeja-se mal!*** *Meu filho trabalha em uma multinacional de contabilidade que presta assessoria para empresas. Ele veio ter uma conversa muito séria comigo e falou que o Brasil está um vulcão, está prestes a explodir! Igual aconteceu nos Estados Unidos há alguns anos* [2008]*, aqui como todo mundo está pagando em crédito, logo não vão conseguir pagar e vai virar um caos! Vocês não devem usar cartão de crédito, devem pagar tudo à vista se puderem. Este governo dá crédito para quem não sabe gastar e vai criar um caos no Brasil.* (Simone, palestrante, grifo nosso)

A poupança, como veremos no próximo capítulo, aparece no desenvolvimento do estado da providência com uma característica "pedagógica" de ensinar os pobres a planejarem o futuro. No caso da palestra, um dos temas pedidos era o de planejamento financeiro. A questão central girava em torno de trabalhadores que sempre reclamavam estar endividados. Dentre as asserções desse discurso, uma fala é particularmente incisiva: "*Não se ganha mal, planeja-se mal*". A internalização, por parte dos trabalhadores, da responsabilidade pela independência financeira faz parte das técnicas de *desenvolvimento do eu* do modelo japonês (Barros, 2010).

Dentre os assuntos encomendados, a alimentação era uma preocupação fundamental. A escolha da palestrante, inclusive, foi reforçada pelo fato de Simone dar cursos de culinária em sua loja. Para Solange, chefe dos terceirizados, a má alimentação das funcionárias consistia em um problema para a empresa, visto que era comum o fato de terem "queda de pressão"

---

[42] Neste momento, Simone mostrou que parte dos brindes a serem sorteados ao final eram "cofrinhos" de brinquedo para guardar dinheiro. Como afirma Castel (2013), o discurso de poupar para o futuro traz consigo algo de ideologicamente pedagógico: proteger os pobres de sua "quase inerente" dificuldade de planejamento – como veremos adiante, um discurso emaranhado em significados que constelam junto ao ideário do "mau pobre", o mítico personagem cada vez mais presente no neoliberalismo cuja pobreza seria inerente ao mau aproveitamento das oportunidades.

por falta de alimentação ou então “pressão alta”, por se alimentarem apenas de pastéis vendidos na cantina da universidade.

> *Eu trabalhei com comida por dez anos. Estes restaurantes não têm o cuidado com a comida que vocês têm em casa. Sei que muitos não têm tempo, então vou ensinar algumas coisas bem rápidas. Comprem pão baguete, comprido, coloquem queijo e presunto, cortem em três ou quatro sanduíches e enrolem em filme para freezer, que conserva. Vocês podem ir pegando um por dia e não vão mais comer pastel! O trabalho de vocês é pesado, vocês esfregam o chão, levantam mesas e cadeiras o dia todo, precisam cuidar do corpo. O corpo é o sustento de vocês, então deem um sustento adequado para ele. Comam melhor. Chega de refrigerante, eu sei que vocês adoram, mas imaginem o mal que faz ao longo do tempo.*
>
> *Há muito desperdício de comida entre nós... eu queria ter tempo para passar um filme para vocês, mas como não temos este tempo, eu trouxe aqui para mostrar a capa. Chama-se* Amor sem fronteiras*. Nele, se mostra o trabalho com crianças subnutridas da África. Vocês precisam ver! Vocês acham que estão passando dificuldade? Precisam ver o que é a vida das pessoas que não encontram nada para comer. Precisam ver este filme para acordarem para a vida. Pessoal! Acordem para a vida!* (Simone, palestrante)

O exemplo utilizado pela palestrante é especialmente chamativo: crianças famintas da África. Nota-se seu esforço em conseguir provar aos terceirizados que “poderia ser pior” ou que “reclamam de barriga cheia”, esforço que a fez ter que buscar o exemplo de “miséria pior” fora do Brasil, obviamente um complicado indicativo aos terceirizados, visto que, dentro do Brasil, provavelmente ela não tenha encontrado situação pior.

Respondendo a uma demanda de Solange sobre o uso indiscriminado de remédios dentre as funcionárias terceirizadas, Simone parte para outro tópico da palestra:

> *Gente, cuidado com o uso de remédios... Esses remédios para dor de cabeça são um veneno! Tem gente que adora reclamar que está doente, eu acho que toma remédio só pra mostrar que está doente... Cuidando da alimentação, todos esses problemas vão sumir! Eu dou curso de culinária, depois vou distribuir um folheto para vocês. Panela de ferro? Gente, não se esqueçam: vão chegar em casa e jogar o Bombril fora. Vão no supermercado comprar esponja de aço inox e, quando forem fazer comida em panela de ferro, não esfreguem. Precisam tomar muito cuidado com essas coisas, pois é isto que adoece! Pra mim depressão não existe. Isso está no seu*

> *subconsciente! Se você tem um objetivo, perseverança, você tem energia, motivação para ir além.* (Simone, palestrante)

Aqui, a culpabilização da vítima se faz presente: no limite da asserção da palestrante: só adoece quem quer ou quem "se deixa" adoecer.[43]

Sobre o tema higiene e roupas adequadas:

> *Higiene! Pessoal, não se usa maquiagem durante o dia! No máximo um batom! Depois você vai sair à noite, vai num jantar e ninguém vai perceber a diferença, pois você sempre está maquiada! Então vamos combinar, sem maquiagens durante o dia e principalmente sem maquiagens durante o trabalho! Gente, perfume é uma coisa pessoal, o que eu gosto ela pode odiar! No ônibus, pela manhã, eu tenho vontade de vomitar de tanto perfume misturado! Vocês devem usar desodorante, não perfume! Entenderam?*
>
> *Roupas discretas! Pessoal... o que são essas pessoas que compram roupas menores e fica faltando pano? Vocês devem se vestir adequadamente no local de trabalho! Não podem passar vergonha. O pior pecado no ambiente de trabalho é a fofoca. Isso destrói qualquer ambiente, seja pessoal ou profissional.* (Simone, palestrante)

As disciplinas, segundo Foucault, buscam tornar os corpos dóceis ao trabalho e à sujeição. Nesse discurso sobre "os cuidados de si", a palestrante não apenas passa o que seriam informações úteis, mas busca inscrever as funcionárias terceirizadas dentre uma prática de cuidados para si. Sua posição de "dona de loja" é especialmente vista pelas funcionárias, como uma afirmou dias depois da palestra: "*Ela escolhe gente pra trabalhar, né, ela sabe como que é melhor pra te quererem*". A autoprodução de si, orientada para o mercado, ressalta a importância deste como parâmetro de construção identitária: *o desejo primordial é ser desejada pelo mercado*.

Outro tema que estava escalado para ser debatido junto aos terceirizados consistia na questão da *motivação*. O conteúdo é intimamente articulado com noções do modelo japonês, como *liderança*, *trabalho em equipe* e a *busca por superação*:

---

[43] A esse tema, em que adoece "o fraco", retornaremos ao articularmos a biopolítica (Foucault, 2005, 2008a).

> *Você tem que pensar em ser a melhor no que faz! Se você diz "Ah! Mas eu passo pano em sala de aula!", bom, então você vai pensar "Vou ser a melhor no que eu faço! Vou ser a melhor em passar pano no chão!" E se acabou seu trabalho, você procura suas colegas para ajudar, ver o que precisam fazer. Não deve ir cada uma pra um lado, devem pensar que são uma equipe! Precisam ver o filme* Aliança mortal*! É de uma prisão onde todos os presos possuem um tipo de coleira que está ligada a outro preso, que ele não sabe quem é. Então, quando alguém se distancia, a coleira dele e do outro preso explodem* [a palestrante ri, levando os funcionários às risadas também]. *É assim, vocês estão ligadas! Não fiquem esperando para ir embora correndo. Se o seu serviço acabou, procure sua companheira!* (Simone, palestrante)

O modelo japonês articula-se com a terceirização em diversos pontos, principalmente na "flexibilidade" de enxugamento da célula de trabalho de acordo com a demanda, de forma a sempre ter trabalhadores "a 100%" de ritmo de trabalho (Antunes, 2002; E. Oliveira, 2004). Em geral, os conceitos mais "abstratos", como liderança e trabalho em equipe, são destinados a operadores do trabalho imaterial. Porém, as noções do modelo japonês encontram lugar nas *capilaridades* do sistema: apesar de improvável, tenta-se fazer com que trabalhadores terceirizados também venham a *vestir a camisa da empresa* (Antunes, 2002; Barros, 2010; E. Oliveira, 2004).

Para finalizar, o discurso desse evento retoma o empoderamento do "suposto sujeito":

> *Gente, preciso finalizar porque estourei o tempo, mas fica aqui a principal lição que eu queria trazer pra vocês: "Se olhem no espelho e digam: eu sou capaz!". Se vocês não acreditarem nisso, os outros não acreditarão. Acreditem em si.* (Simone, palestrante)

Apesar de constituir notáveis "incoerências lógicas", esse discurso é percebido como coerente pelos presentes que foram entrevistados posteriormente. Alguns disseram "ter adorado" e duas funcionárias da limpeza disseram que, apesar de não concordarem com tudo, tinha sido muito esclarecedor sobre como se portar no ambiente de trabalho. Dentro do contexto de contradições e violências cotidianas, esse discurso, por mais brutal que possa ser, vem a "*fazer sentido*" àqueles que necessitam sobreviver segundo suas regras.

O próprio cotidiano de trabalho desses trabalhadores tem mostrado numerosas inconsistências, como sobre os contratos precários, o fato de terem que "pagar" os dias de trabalho cuja ausência foi atestada por médicos etc. Nesse cotidiano em que a incoerência contratual tem sido vivida por anos, esse discurso é percebido como fazendo sentido. Caminhando com uma perspectiva foucaultiana, esse discurso é percebido como *verdade*, pois suas contradições são verdadeiramente vivenciadas no dia a dia. Afinal, após se trabalhar oito horas por dia, durante anos, em um ambiente com notáveis contradições, os preceitos do que se pode chamar de "aceitável" são, subjetivamente, necessariamente alargados. Voltaremos aos paradoxos presentes nesse discurso e seus efeitos no capítulo sobre neoliberalismo e biopolítica.

3.6) Percepções gerais dos funcionários terceirizados: reflexões sobre a indignidade

Saúde mental e desgaste

Em conversa com uma das copeiras, Sandra comentou que sua filha havia trabalhado na IES com ela, também terceirizada, mas em uma outra empresa, anterior à Speed. Porém não havia permanecido muito tempo, pois havia entrado em depressão. Segundo Rosa, sua filha teria adoecido gravemente:

> *Chorava muito antes de ir para a universidade e estava faltando, até que um médico lhe diagnosticou com depressão e lhe deu remédios muito fortes. Ela ficava "dopada" com diversos efeitos colaterais. No trabalho, ficava "avoada". Ela sofria muito no trabalho, porque tinha muita cobrança em cima dela... Estávamos com medo dela ficar viciada no remédio, porque todo mundo dizia que viciava e depois não vive mais sem... Então ela pediu as contas e tirou os remédios de uma vez, mas na época ela estava há uns meses já tomando remédio. A depressão passou, o problema era aqui. Ela não tem mais depressão e, graças à Deus não ficou viciada.* (Sandra, copeira terceirizada)

O uso de medicamentos por funcionários terceirizados, segundo depoimento de outra trabalhadora, só não era maior devido aos altos valores desses remédios, o que trazia à tona

a questão do uso de álcool entre trabalhadores de baixos salários como os terceirizados: enquanto o uso de antidepressivos e ansiolíticos tem se tornado cada vez mais frequente junto aos docentes da universidade, os terceirizados acabavam utilizando drogas mais baratas e com maior potencial de vício.

Licitação do "quem dá menos"

Em uma entrevista com duas funcionárias de limpeza antigas, que já estão na terceira empresa de terceirização na IES pesquisada, a seguinte questão foi colocada ao pesquisador:

> *Quando a gente foi reclamar da empresa pro diretor, ele disse que não são eles que escolhem a empresa, que é o pessoal do governo mesmo, do campus da capital. Ele disse que quando abre o concurso* [o pregão para licitação] *ganha quem fizer mais barato. Ganha quem fizer mais barato, entende? Se chegar alguém e falar eu vou lá e vou pagar menos, ele vai ganhar. Como é que é isso? A gente trabalha aqui e tem um negócio que a empresa que disser que vai pagar menos pra gente vai ganhar, é isso? Como é que é isso, meu Deus?* (Maria, funcionária terceirizada da área de limpeza)

Após comentar sobre a lei que rege o pregão, a licitação e ainda sobre a questão do salário mínimo, uma das funcionárias complementou:

> *Imagina então trabalhar num lugar que é impossível ganhar mais que o salário mínimo. Porque se aumentar o salário, outro vem e fala que vai pagar o mínimo e vão pegar esse outro.* (Suseth, funcionária terceirizada da área de limpeza)

Para o sociólogo Francisco de Oliveira, cabe lembrar que pensar em salário mínimo nos leva ao mínimo em subsistência:[44]

---

[44] Para comparação, o salário mínimo francês, segundo Castel (2013, p. 490): "É menos um *minimum* vital do que uma garantia de participação no desenvolvimento econômico e social. Tem-se aí o primeiro grau do pertencimento a um *status* de assalariado, graças ao qual o salário não é mais só um modo de retribuição econômica".

> Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como "salário de subsistência", isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho. (F. Oliveira, 2003, p. 37-38)

A luta pela subsistência, em que se ganha apenas o suficiente para se conseguir trabalhar no dia seguinte, é considerada por Castel como condição proletária (Castel, 2013). A condição operária, por outro lado, estabilizaria a vida dos assalariados para além da subsistência, levando à possibilidade do planejamento futuro e ao consumo. Vemos que a "modernização flexível" significou, para estas trabalhadoras, um retorno à condição proletária. O desenvolvimento da condição salarial para padrões estáveis e seu desmoronamento em meio às flexibilizações será o percurso analisado no próximo capítulo.

Cap. 4) Precarização do trabalho e desfiliação ou "o capitalismo que encolhe sociabilidades"

4.1) Sobre este capítulo

Neste capítulo abordaremos a teoria de Robert Castel (2013) sobre o colapso da sociedade salarial mediante a política neoliberal, dialogando-a com a vulnerabilidade econômica e social dos trabalhadores terceirizados no Brasil, principalmente aqueles entrevistados para esta tese. O fio condutor, neste capítulo, remete à importância da segurança no mundo dos trabalhadores assalariados e, conforme esta é fragmentada, fragmenta-se também a dignidade associada ao trabalho, o que se dá de forma clara na vida dos trabalhadores terceirizados.

Para tanto, retomaremos inicialmente alguns argumentos sobre como a condição de trabalho assalariado, tomada como degradante antes da Revolução Industrial, virou motivo de orgulho na "sociedade salarial" e, após políticas de cunho neoliberal, voltou a ser relacionada à precarização e falta de segurança. Após essa contextualização, retomaremos as entrevistas dos trabalhadores terceirizados para analisarmos os impactos dessas políticas na vida desses sujeitos. Ou seja, seguiremos inicialmente uma explicitação teórica densa sobre a argumentação de Robert Castel para posterior retomada e articulação destes conceitos com as entrevistas e trabalho de campo.

Apesar deste estilo de composição poder gerar a impressão de "quebra de ritmo" ao leitor, ele faz-se necessário para um maior aprofundamento nas análises das entrevistas, sem a qual corremos o risco de permanecer na superfície das falas dos entrevistados, articulando-as apenas em seu próprio emaranhado de significados e deixando de relacioná-las com a estrutura sócio-político-econômica que veio a permitir, propriamente, que houvesse esse espaço de fala: o lugar do "terceirizado". Sem tal aprofundamento em teorias sociais que possam ancorar as falas dos entrevistados, correríamos o risco de ficarmos presos a reducionismos, ao invés de, como objetivamos,

nos situarmos no campo da Psicologia Social de viés sociológico (Farr, 2002): relacionando a micropolítica cotidiana aos contextos macropolíticos e sócio-históricos.

Apesar de os argumentos de Castel estarem amparados no desmonte do Estado Social (nome que o autor prefere em contraposição à Estado de Bem-estar) localizado na França, guardadas as devidas proporções, são extremamente relevantes para compreendermos implicações da flexibilização trabalhista no Brasil atual.

Para Castel (2013), a condição salarial é encontrada mesmo antes da sociedade industrial, na qual ela irá se tornar o padrão de inserção social. Porém, enquanto se apresentava de forma rudimentar, a relação salarial não possuía os atributos que viria a agregar posteriormente e significava, naquele momento pré-Revolução Industrial, uma condição caracterizada pela indignidade. Durante o desenvolvimento produtivo moderno, por outro lado, veremos que a condição salarial de indigna passou a ser justamente seu contrário: ter um salário implicava em estar atrelado a um sistema de direitos e deveres, com percepção de integração social e segurança. A flexibilização neoliberal dos vínculos de trabalho e desmonte de todo um sistema de seguridade abala, desta forma, o meio pelo qual a sociedade atual veio a conceber como "um mundo seguro" àqueles que vivem do seu trabalho.

4.2) Condição salarial: da indignidade ao orgulho

No feudalismo europeu, pessoas que não dispunham de terras procuravam senhores para acessarem um meio de trabalho e proteção em que pudessem ter uma vida segura. Segundo Castel (2013), é importante notar que a condição de vassalo não imputava a este sujeito alguma condição que suscitasse vergonha, muito pelo contrário. Os contratos de vassalagem eram procurados por quem não tinha condições de se sustentar e se proteger:

> Generosidade necessária: a assistência aos carentes não é uma opção a cargo da iniciativa pessoal, mas a consequência obrigatória do lugar ocupado num sistema de interdependências. Por volta do século VIII, quando essa sociedade fundada sobre laços de vassalagem começa a impor-se, não constitui fato extraordinário que homens

> livres (proprietários de alódios) peçam voluntariamente para se tornar "homem" de um senhor: a independência ameaça-lhes a existência, porque os priva de proteções. (Castel, 2013, p. 54)

Os "proprietários de alódios" eram sujeitos considerados proprietários inalienáveis de uma terra. Ao citar que eles espontaneamente pediam para se tornar vassalos, Castel retoma a questão de que em um mundo de conflitos não basta apenas ter meios alimentícios de subsistência, *pois a falta de uma inserção social pode gerar tanta insegurança que não permite que se estabeleça um conceito de liberdade*. Dessa forma, é compreensível o porquê de alguém com terra e capacidade de subsistência ser visto como sendo "mais livre" após um contrato de vassalagem perante um senhor. O argumento de Castel é claro neste ponto: **a *segurança* é parte orgânica do conceito de *liberdade***.

As antigas corporações de ofício (carpinteiros, tecelões etc.) possuíam o monopólio da produção nas cidades, e o trabalho era extremamente regulado para que esses monopólios se mantivessem de forma estruturada na sociedade. Os mestres artesãos eram donos de suas ferramentas e possuíam dois ou três aprendizes. Os aprendizes não eram remunerados, mas havia a possibilidade de se contar com a figura do "companheiro", um artesão em condição de se tornar mestre, porém sem condições de estar oficializado neste status.[45] Os "companheiros" eram remunerados e sua condição "assalariada" remetia, na melhor das hipóteses, a um estado transitório entre aprendiz e mestre.

Mesmo o mestre artesão, que apresentava um rompimento com a condição servil presente no campo, encontrava nas cidades uma certa liberdade que devia ser pensada enquanto ligada ao ofício em si, e não tal como uma liberdade concebida para um "profissional liberal" da atualidade.

Segundo Castel (2013):

---

[45] Segundo Castel (2013, p. 202): "Na idade de ouro do artesanato urbano, o companheiro não tinha sequer o direito de se casar sem a autorização do mestre e, amiúde, devia esperar até alcançar a situação de mestre para ter tal prerrogativa de independência."

> [...] tais privilégios são prerrogativas do ofício, e não da pessoa do trabalhador. O artesão não é, absolutamente, livre em seu trabalho, não é independente senão no quadro do sistema rígido das sujeições do ofício, cujas regulamentações limitam por todos os lados suas iniciativas. Sua independência é, de fato, o usufruto de sua participação nas coerções da guilda. Ademais, enquanto inaugura uma forma fundamental de condição de assalariado, a dos companheiros, o artesanato urbano transpõe para ela um modelo de relação empregador-assalariado que permanece marcado pela tutela feudal. (p. 202).

> [...] para o companheiro, o estado de assalariado é uma forma de aluguel de sua pessoa mais do que a venda de sua força de trabalho. (p. 203)

Dessa maneira, a condição moderna do assalariado não se desenvolve a partir da noção de contrato estabelecido entre dois sujeitos livres. O assalariamento não se deriva da liberdade ou do contrato, mas da tutela eminentemente feudal, e acaba por deixar vestígios, "traços de servidão" em relações econômicas posteriores.

O trabalho assalariado estaria ligado à uma conversão da corveia[46] ao longo do tempo. A corveia, inicialmente oposta ao trabalho assalariado livre, pois gratuita e imposta, passa a dar espaço a pessoas cuja produção é insuficiente que se veem obrigadas a "liberar" parte de seu tempo a outro senhor ou comerciante de forma a obter mais recursos. Nesse sentido, o assalariado "se aluga" a alguém e disponibiliza sua força de trabalho.

> "Indigna condição de assalariado: remete a uma extrema diversidade de situações mas que caracterizam quase exclusivamente atividades sociais impostas pela necessidade e enquadradas por relações de dependência. (...) Se ela se liberta com dificuldade de antigas formas de dependência, é para encontrar outras novas" (p.205).

---

[46] A corveia é o mais tradicional modelo dentro do feudalismo, em que o senhor feudal concede ao servo a possibilidade de viver em suas terras e ter proteção. Em troca, o servo deve trabalhar para este senhor durante alguns dias por semana.

O modelo mais estável de assalariamento neste momento, condizente à condição de “companheiro” dentro da organização dos mestres artesãos, era justamente aquela que mais continha traços de servidão. Entretanto, existiam relações salariais mais “livres”, porém notadamente com menos garantias. Este seria um dos paradoxos da consolidação dessa relação salarial rudimentar: a condição salarial menos indigna é justamente aquela que conservava mais elementos de servidão. Os mais livres, entretanto, costumeiramente se apresentavam em praças públicas e ofereciam-se a quem quisesse alugá-los. O que mais se assemelhava a um “mercado de trabalho” para a época dizia respeito às praças nas cidades onde trabalhadores se apresentavam de madrugada à procura de emprego: “É o caso, em Paris, da praça de Grève, que está na origem do termo ‘grevista’ por um contrassenso: tratava-se de concentrações de operários que não trabalhavam, mas que estavam em busca de trabalho” (Castel, 2013, p. 203). **Trabalho livre e assalariado conjugava-se, neste momento, com o cotidiano lançado ao aleatório.**

A sociedade salarial, entretanto, terá também os assalariados de prestígio, caracterizados pelos funcionários públicos (Castel, 2013; Bourdieu, 2005). Porém, estes não se enquadram como “indignos”, mas, ao contrário, são condições salariais revestidas de autoridade com o decorrer do tempo.

A grande massa de assalariados ligados ao que se constituía como nascente mercado de trabalho, entretanto, sofreu diversas restrições. Segundo Castel (2013), em 1788, relatos de supervisores ressaltam que os trabalhadores eram “caprichosos” e abandonavam o trabalho quando não estavam contentes. Logo, novas regulamentações foram lançadas para “segurar” esses trabalhadores em seus devidos lugares. Assim, prolongam-se antigas formas de coerção de forma que o paradigma do trabalho forçado se mantém como uma lógica viva, mesmo perante novas formas de organização do trabalho.

> O que pode ser perfeitamente entendido: as condições de trabalho são tais nas primeiras concentrações industriais, que é preciso estar sob a mais extrema sujeição da necessidade para aceitar semelhantes “ofertas” de emprego, e os infortunados assim

> recrutados aspiram somente a deixar o mais rápido possível esses lugares de derrelição. (Castel, 2013, p. 206)

Se a coerção da miséria não bastava, regulamentos surgiam por toda a Europa para obrigar os indigentes a trabalhar. Mediante a apresentação de diversas leis, Castel (2013) demonstra que os indigentes e "vagabundos" constituíram a "questão social" durante longos períodos da Idade Média na Europa e, a partir de regulamentações, só podiam exercer sua "vadiagem" em no máximo meia légua em média de onde haviam nascido. Após esse limite territorial, eram considerados criminosos e obrigados a aceitar qualquer trabalho que lhes fosse oferecido ou então ir para a prisão ou para as galeras.[47]

4.3) Entre a ideologia liberal e o cotidiano proletário de incertezas

Ao final do século XVIII, com o comércio e a indústria sendo fomentados, o embate com as formas extremamente reguladoras de trabalho se tornava cada vez mais frequente.

No caso da França, segundo Castel (2013, p. 212):

> Esse imperativo do livre acesso ao trabalho, que é unanimidade entre os partidários e os artesãos do Iluminismo, representa de fato um precipitado instável e frágil. Mais exatamente, dá o princípio do modo de organização *econômica* que vai se impor. Mas traz também, sem que seus formuladores estejam plenamente conscientes disso, efeitos *socialmente* devastadores.

Se até então a *questão social* se traduzia nos grupos mais desfavorecidos, apontados como os indigentes inválidos e os "vagabundos", pela lógica de trabalho que se desenvolvia, aqueles seriam reinterpretados. Se a pobreza e a miséria eram frequentes na sociedade pré-industrial, elas eram tidas como *pobreza de massa*. A

---

[47] "Galeras" vem de "galé", uma embarcação movida a remadores, com fins militares ou mercantis.

noção nascente, diferentemente, trazia uma interpretação social de *vulnerabilidade de massa*, na qual a existência de grupos desfavorecidos trazia uma clara interpretação de *instabilidade social*.

Se mais da metade dos operários ganhava o suficiente apenas para se manter durante um dia, caso ficassem sem trabalho por uma semana, as cidades seriam inundadas de indigentes e a capacidade produtiva seria comprometida como um todo (Castel, 2013, p. 220). Se antes existiam as tradicionais figuras dos andarilhos, vagabundos, nômades etc., agora há uma enorme tensão social advinda daqueles que estavam estabilizados em arrendamentos no campo e que, neste novo momento, estavam dependendo de se alugar dia após dia para conseguir o pão imediato. A tensão social gerada pela vulnerabilidade desses sujeitos revela o início de uma preocupação que ia além do medo do aumento do número dos que não trabalham. *É no século XVII que surgem consistentes relatos sobre a precariedade da situação daqueles que trabalham.*

Enquanto a população medieval era regulada pela morte, com o contínuo desenvolvimento das cidades e o controle de doenças, houve um considerável incremento demográfico após o século XVIII, principalmente entre aqueles que seriam a base da vindoura "classe operária". Se o número de miseráveis efetivamente diminuiu, o de pobres nunca foi tão grande (Castel, 2013). As políticas de assistência aos indigentes passam a se deparar com uma nova realidade: deve-se socorrer a uma massa de trabalhadores que estão a um fio de mendigar, operários que não estão seguros quanto ao dia de amanhã.

Mais que a importância do trabalho, o século XVIII viu ser postulada a necessidade de liberação do trabalho. Para fundar a existência de um mercado, permitindo a livre circulação das mercadorias e a acumulação ilimitada das riquezas, Adam Smith argumentará contra a existência dos monopólios, que quebram a circulação dos produtos e o livre desenvolvimento das forças produtivas. Ao conceber que o valor de troca de um produto é a quantidade de trabalho aplicada neste, Adam Smith circunscreve a necessidade de um mercado livre, cujas trocas de produtos sejam baseadas em valor-trabalho, necessitando, para isso, que o trabalho seja ele mesmo livre. Para Adam Smith, a liberdade de troca no mercado cria uma nova economia política.

Segundo Bobbio (1986, p. 114):

> O liberalismo é, como teoria econômica, fautor da economia de mercado; como teoria política, é fautor do Estado que governe o menos possível ou, como se diz hoje, do Estado mínimo (isto é, reduzido ao mínimo necessário). As relações entre as duas teorias são evidentes. Certamente um dos modos de reduzir o Estado aos mínimos termos é o de subtrair-lhe o domínio da esfera em que se desenrolam as relações econômicas, ou seja, fazer da intervenção do poder político nos negócios econômicos não a regra mas a exceção.

O sistema que se desenvolvia, pensado numa condição de trabalho livre, opunha-se diametralmente ao mundo do trabalho regulado por corporações de ofício. Se o sujeito não podia trabalhar a não ser pelo mediador da corporação, era necessário "liberar", permitir a relação contratual.

O rompimento com os mediadores que "detinham" o controle de quem podia trabalhar representava a ruptura com a ordem medieval de controle sobre o trabalho. Nossas entrevistas junto aos trabalhadores terceirizados, entretanto, retomaram paradoxalmente essa questão.

Quando questionados sobre as diferenças entre trabalhar como "terceirizado" em comparação a ser "da empresa", foram diversas as falas sobre as melhores condições de um contratado direto ao ambiente de trabalho. Porém, para além das condições estruturais alegadas, o papel de mediador de mão de obra operado pela empresa terceirizada também foi notadamente situado como fator de impacto.

Duas das trabalhadoras terceirizadas que dialogaram com o pesquisador alegaram estar de certa forma "atreladas" a empresas terceirizadas, no sentido de precisarem desta "*corporação de ofício moderna*" para poder trabalhar. Uma comentou que, ao procurar emprego em um supermercado e em um hospital da cidade, onde haviam placas de "precisa-se", foi-lhe dito que ela precisava contatar uma empresa específica de terceirização de mão de obra para que pudesse ter acesso às vagas.

Se o liberalismo caracterizava-se, dentre outras coisas, pela liberação do trabalho, o neoliberalismo, como veremos adiante, promove uma flexibilização tamanha que reincide sobre esquemas de funcionamento característicos da hiper-

regulação de acesso ao trabalho, porém *sem a segurança* de participação em uma "comunidade de ofício", como uma guilda, por exemplo. Ou seja, o neoliberalismo consegue fazer reincidir práticas do trabalho mediado pela corporação (no caso, a empresa terceirizadora), porém sem fazer o que a guilda engendrava: o acesso a uma comunidade de segurança. O moderno, aqui, retoma o pior do medieval, estando mais para *neoprisional* do que neoliberal.

Quando analisamos o fato de que na cidade onde está localizada a IES pesquisada existem poucas empresas de terceirização dentre centenas de empresas, é possível afirmar, como falas de trabalhadoras entrevistadas corroboram, que a flexibilização neoliberal que consolida o processo de terceirização tenha, de fato, restringido sobremaneira o acesso ao trabalho por parte dessas pessoas.

Conforme afirmado por Suzana:

> *A gente que trabalha com limpeza e quer ter carteira assinada, então não quer ficar só em casa dos outros na faxina, vai nos lugares e dizem pra ir nessas outras empresas. Aqui mesmo, eu não trabalho na universidade, né* [ela e outras três ao seu lado riram nesse momento, um riso frente a algo de certa forma absurdo], *eu trabalho na Speed... podem gostar de mim aqui, quem decide se vou pra rua ou não é a Speed*. (Suzana, funcionária da Speed)

Essa é uma questão em que se explicitam as contradições modernas da flexibilização neoliberal. Em suas raízes, o liberalismo pretende, segundo Castel (2013), liberar o trabalho, pois passa também a conhecê-lo não apenas como origem de produtos, mas como fonte da riqueza. Não é necessário retomar aqui os escritos de Adam Smith e Karl Marx nesse sentido, mas esses autores apresentam o trabalho como fundamento social, e, em Marx, a própria atividade humanizadora por si. Se antes o trabalho era forçado, estando no mercantilismo ainda muito ligado à coação, de último lugar na escala social, passa a constar como o ápice de humanização, principalmente por Locke, Smith e Marx (Arendt, 2009).

> Smith quer fundar a existência de um *mercado*, permitindo a livre circulação das mercadorias e a acumulação ilimitada das riquezas.

> Para constituir semelhante mercado, é necessário que os produtos do trabalho aí sejam trocados em função de seu custo.
>
> A troca promove então o justo equilíbrio dos interesses entre os parceiros, deixa de ser uma troca desigual em que um deve levar a melhor sobre o outro. Mas com a condição de que seja um mercado livre em que os produtos sejam trocados em função de seu valor-trabalho, *produzido, ele próprio, por um trabalho livre*. (Castel, 2013, p. 231)

Apesar do notável idealismo de Adam Smith, sua proposta está baseada na liberação do trabalho, mesmo que como base para a livre circulação do mercado. Se o valor dos produtos é calculado, segundo o autor, pelo tempo de trabalho contido nele, então a circulação de produtos em um mercado livre consiste, na verdade, na circulação de trabalho. Sendo o trabalho a principal fonte de riquezas da sociedade, a raiz dessa atividade – o ser humano – deve ser alvo de proteção. Não tarda para que o trabalhador seja alvo de políticas de proteção, de forma que protegê-lo é, em suma, proteger a sociedade do trabalho. Assim, não há escapatória à contradição latente desse liberalismo, visto que a postulação de um *Estado mínimo*, para permitir a livre circulação e regulação do mercado e dos contratos choca-se com suas derivações políticas em termos de um *Estado de providência* que deve proteger os trabalhadores, justamente para garantir este mercado livre e a livre circulação de produtos.

> No dia 19 de março de 1793, a Convenção Nacional proclama: "Todo homem tem direito à sua subsistência por meio do trabalho, se é válido; por meio de socorros gratuitos se não tem condições de trabalhar". (Castel, 2013, p. 250)

A Revolução Francesa, ao romper com o Antigo Regime, recoloca a vida humana como centro da sociedade, associada ao trabalho. A reivindicação de artesãos por toda a Europa durante o Iluminismo e homologada na Revolução Francesa trazia um antagonismo que ressurgirá no século XX: a liberdade de estabelecer contratos não carecendo de mediadores e a regulação estatal para possibilitar socorro aos necessitados. Temos aqui a contradição entre uma postura econômica e um posicionamento político. A construção de um aporte de socorros públicos demandava

um Estado forte. Segundo Castel, os promotores dessas perspectivas não podiam prever o desmoronamento que aconteceria. Nesse ponto, a afirmação de Castel é absolutamente certeira, visto que somente após décadas à promulgação da lei de 1793 autores como Karl Marx puderam demonstrar a contradição instalada.

Afinal, se o trabalho estava liberado e os trabalhadores vendiam-se inclusive em praças públicas, o trabalho havia virado mercadoria. O mercado passava a atuar como força de organização que se amparava na oferta dessa mercadoria, a saber: o exército de reserva, ou seja, os desempregados que baixavam seus "preços" para poder vender sua mercadoria. Se o valor baixava muito e o trabalhador não conseguia meios de subsistência, ele deveria ser, pela ótica da assistência, socorrido pelo Estado. Porém, esse socorro não deixava de ser uma intervenção no mercado, impedindo o valor de abaixar ainda mais, como os empresários compradores de mão de obra gostariam. A assistência, como veremos, passa a ser concebida como intervenção, e mais: como um tipo de regulação sobre o próprio mercado.

Apesar de ainda não entrarmos nos meandros dos impactos do neoliberalismo, cabe ressaltar que essa percepção da intervenção estatal para socorrer os miseráveis como sendo "controle excessivo do Estado" é extremamente atual. Durante as entrevistas com um responsável por contratos com terceirizados na administração pública, houve uma referência à política de assistência social do então governo federal petista (Dilma Rousseff, 2014) chamada de Bolsa Família, como sendo um *"dificultador"* na área de limpeza, pois tornava mais difícil encontrar pessoas que "*queriam trabalhar pelo salário oferecido*".

A contradição é explícita e diversas lógicas se sobrepõem para pensar o trabalho durante os últimos séculos. Se o liberalismo traz a ideia do trabalho livre, associada ao sujeito livre, e fortalece a noção do trabalho como atividade humana fundamental e libertadora ontologicamente, é notável o quanto se mantém viva a ideia do "trabalho forçado" para impedir uma suposta "vadiagem". Entre a saúde do trabalhador livre e a "saúde do mercado", a segunda será claramente preferida. Se temos políticas de amparo ao trabalhador, como seguro-desemprego, e políticas de inserção social, como o Bolsa Família, no Brasil, essas ações políticas serão, tal como a Renda Mínima de Inserção francesa, tratadas como problemas para o mercado por diversos autores do neoliberalismo.

> A articulação, à primeira vista harmoniosa, do direito aos socorros e do livre acesso ao trabalho dissimula, desta maneira, o antagonismo entre dois princípios de governabilidade: o do Estado social e o do Estado liberal. (Castel, 2013, p. 257)

A Constituição pós-Revolução Francesa precisou dialogar com esse antagonismo. Temos, aqui, duas concepções diferentes sobre a noção de "direito". Quando se afirma que uma pessoa tem direito à assistência pública, caso não tenha capacidade de trabalhar, fica claro o que se quer dizer: ele deve ter acesso garantido ao socorro.

Porém, quando se postula que o cidadão tem direito ao trabalho, não se quer dizer com isso que todo cidadão tem o *acesso* garantido ao trabalho, vulgo "direito ao emprego". Um Estado mínimo não pode prometer isso, somente um Estado socialista, com intervenção regulatória sobre os contratos poderia fazê-lo. Seria necessário a intervenção na organização da produção, na política de contratação empresarial ou se ele mesmo se tornasse empresário, mediante "empresas estatais". Porém, como essa não é a proposta liberal, *o "livre acesso ao trabalho", ou seja, poder fazer um contrato sem intermediários, passa a valer como direito ao trabalho*.

Castel, citando Gouchet[48] (1989 *apud* Castel, 2013, p. 260), clarifica o problema ao refletir sobre a possibilidade de se equacionar posturas antagônicas, como "conciliar, de um lado, a liberdade e o direito de propriedade que favorecerão principalmente os abastados, e de outro, a igualdade e a fraternidade que são desejadas pelos que vivem sobretudo de esperanças". A indefinição entre *livre acesso ao trabalho* e *direito ao trabalho* é uma indefinição construída. O liberalismo, enquanto Estado mínimo e cujo "sujeito"[49] a ser resguardado consolida-se em torno da *entidade mercado,* notoriamente, não pode garantir o direito ao trabalho.

Como vimos na análise da reforma do Estado brasileiro, no segundo capítulo desta tese, o fortalecimento do Estado e da saúde do mercado se fez, sobretudo, pela

---

[48] M. Gouchet, La Révolution et les droits de l´homme, Paris, Gallimard, 1989, *apud* Castel, 2013, p. 260

[49] No capítulo sobre a biopolítica em Foucault, retomaremos a questão de como, no neoliberalismo, desloca-se o papel do sujeito do trabalho para a figura do mercado, como se este fosse, verdadeiramente, "o sujeito a ser protegido" e mantido saudável.

flexibilização dos direitos dos trabalhadores. O *sujeito da saúde em risco,* aqui, como ficará mais claro no próximo capítulo, trata-se do mercado, não do trabalhador. É dessa maneira que a "reivindicação do livre acesso ao trabalho parece ter sido sustentada apenas pelos 'espíritos esclarecidos', e não pelos trabalhadores." (Castel, 2013, p. 262)

Por exemplo, em abril de 1791, carpinteiros parisienses fizeram uma petição junto à prefeitura de Paris para obter um salário mínimo de cinquenta soldos por dia, pois não sobreviviam com o que era pago, recebendo do prefeito a resposta: "Todos os cidadãos são iguais em direito, mas não o são em faculdades, talentos, meios [...]" (Castel, 2013, p. 262). Segundo o prefeito de Paris, lutar coletivamente não era do interesse da categoria. O que "seria do interesse" dos trabalhadores era, entretanto, compreender a ideologia liberal de que estavam em situação de concorrência, em que o mercado remuneraria "justamente" aqueles de maior talento. Castel (2013) também retoma o exemplo de delegações de operários que, em 1792, buscam o prefeito de Havre, na França, para pedir aumento das tarifas e obtêm, como resposta, a afirmação de que eles trabalham livremente para seu empregador, de forma que qualquer questão nesse assunto era "objeto de contrato livre" entre as partes (no caso, supostamente iguais em poderes de negociação, na ótica do prefeito e, em verdade, na ótica de toda a ideologia liberal nascente).

Junto às terceirizadas acompanhadas, essa ideologia foi extremamente presente na palestra de postura profissional, conforme apresentamos no capítulo anterior. Simone, reiteradamente, afirmou durante a palestra: "*Vocês estão aqui porque querem, são livres. Se não estiverem contentes, eu apoio a busca de outro lugar, mas, por favor, fiquem em um trabalho onde estejam felizes*". E, também, na seguinte afirmação: "*Vocês têm que buscar serem as melhores, não importa no quê, se você varre, pense em ser a melhor varredora. Outras pessoas podem vir aqui e ver seu trabalho, podem 'querer seu passe' e levar você embora*" (Simone, palestrante).

A consolidação do indivíduo moderno, pela Revolução Francesa, acirra o desenvolvimento de uma lógica correlata de trabalho individualista.

> Também aqui os operários vinham, coletivamente, buscar o apoio dos poderes públicos, e cada um é devolvido a si mesmo e ao face a face com o empregador. Realmente, o "livre contrato de

> trabalho" parece ter sido imposto aos trabalhadores numa relação de dominação política. (Castel, 2013, p. 263)
>
> Pode-se supor que, de modo geral, sentiam-se mais protegidos pelas formas tradicionais do trabalho regulado do que por uma liberdade selvagem e que, na falta dessas proteções, apelavam para os poderes públicos a fim de obter novas regulações e não a liberdade do trabalho. (p. 264)

4.4) O liberalismo e o encolhimento das liberdades

O liberalismo funda-se numa frágil noção de que o contrato de trabalho servirá como o "contrato social" que sustenta uma sociedade estável. O que já se percebe é que, ao trabalhador "livre", resta o lado negativo da liberdade: a precariedade da segurança.

Sobre a contradição entre Estado social e Estado mínimo, Bobbio recoloca a questão, porém usando como referência a própria democracia:

> Liberalismo e democracia são antitéticos, no sentido de que a democracia levada às suas extremas consequências termina por destruir o Estado liberal (como sustentam os liberais conservadores) ou pode se realizar plenamente apenas num Estado social que tenha abandonado o ideal do Estado mínimo (como sustentam os democratas radicais). (Bobbio, 2000, p. 53)

A condição salarial, enquanto liberdade de trabalho, dificilmente é conjugada com a noção de direito de trabalho. Também na Inglaterra, entre os séculos XIX e XX, a incerteza se colocava mesmo aos operários mais bem pagos, encontrados na capital, Londres. Segundo Hobsbawm:

> Mesmo que tivesse maior mobilidade, o trabalhador londrino do século XIX raramente teria sido capaz de encarar a metrópole inteira como seu mercado de trabalho, pois dispunha somente de meios extremamente inadequados para descobrir os empregos que ele podia conter. […] Se não fossem especializados, tudo que se situasse fora de um círculo mínimo de conhecimentos pessoais, e

> dentro de uma distância que pudesse ser transposta a pé, era o desconhecido. (Hobsbawm, 2000, p. 200)
>
> Há dados em abundância desta pequena cadeia de distância que normalmente atrelava o trabalhador a seu local de trabalho; e com maior relevância nas ocupações ocasionais ou sem regularidade e no trabalho por empreitada, que o obrigava a estar praticamente "à disposição", sob pena de perder oportunidade de emprego. (Hobsbawm, 2000, p. 201)

Segundo Castel (2013), em 1830, a tensão social desencadeada pelo pauperismo na França toma corpo de instabilidade social. Haveria uma percepção, pela burguesia local, de uma "nação dentro de outra nação", cujo nome novo seria: "o proletariado industrial". As zonas fabris eram vistas como áreas degradadas, pois tomadas pelos necessitados. Há uma associação entre proletário e criminoso em potencial, visto que "quem não tem nada a perder pode decidir tudo ganhar". Na Inglaterra, a condição da classe operária descrita por Engels em 1844 nos mostra um quadro ainda pior (na França e no Brasil, por exemplo, a população ainda é majoritariamente rural). A vida assalariada tinha tomado nuances que permitem Castel (2013) nomeá-la de *indigna condição de assalariado*, pois, sem segurança, a liberdade se revelava "curta demais".

Da tutela do senhor feudal, o contrato surgiu como esclarecimento. Porém, a condição devastada dos assalariados no século XIX volta a clamar por uma "tutela moral": a assistência às classes trabalhadoras toma corpo mediante intervenções da Igreja Católica, grupos de caridade etc. Nas primeiras décadas de 1800, o discurso "a pobreza está para a riqueza assim como a infância está para a idade madura" (Castel, 2013, p. 305) apresentava a perspectiva que perdura até hoje, de que a pobreza carrega, de forma imanente, uma "pobreza espiritual", moral.

A palestra sobre postura no trabalho aos trabalhadores terceirizados trazia consistentemente essa noção: o individualismo exacerbado, no qual "quem quer, consegue", atuando como pano de fundo de uma história em que quem não "conseguiu segurança financeira" tinha, por isso mesmo, grande parcela de culpa. A palestra era, em suma, mais um conselho moral do que financeiro.

Para essa ideologia, se cabe ao indivíduo seu próprio destino, a desgraça é sua responsabilidade. A meritocracia se articula enquanto ideologia burguesa e fornece uma

densa explicação para a instabilidade social gerada pelo empobrecimento dos trabalhadores como sendo a própria existência desses sujeitos. Tal como no sofisma “o problema da pobreza é o pobre”, Tocqueville, no meio do século XIX, condensa tal perspectiva: “Estou profundamente convencido de que todo sistema regular, permanente, administrativo, cujo objetivo for o de prover as necessidades dos pobres, fará nascer mais miséria do que pode curar, corromperá a população que quer ajudar e consolar” (Castel, 2013, p. 321). Se, da tutela do senhor feudal, promoveu-se a transição ao liberalismo do livre contrato de trabalho, o empobrecimento da classe trabalhadora faz retornar diversas formas de tutela, pela relação de assistência desses trabalhadores por igrejas, associações etc.

No Brasil, a previdência aparece em 1888 para empregados dos Correios, mas a previdência social torna-se uma realidade a partir do Decreto nº 4.682 de 1923, quando se cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias e, depois, passa a se estender a outras profissões.

O debate existente no século XIX na Europa, que vemos retomado pelo neoliberalismo declarado no documento da reforma do Estado no Brasil, é o de que a ajuda aos necessitados deve ser realizada por instituições sociais com o “dom” da ajuda, mesmo que com financiamento do governo: seriam as ONGs e associações civis que deveriam executar essa tarefa.

O surgimento da primeira caixa de previdência em Paris em 1818 tinha um caráter moral, no sentido de obrigar o pobre a pensar em seu futuro, ao invés de “beber, em uma tarde, o ganho de uma semana” (Castel, 2013, p. 324). Dessa forma, configurava-se uma *pedagogia da previdência*, com forte papel moralizador. Segundo o autor, nos lugares onde existia certa escassez de mão de obra, a “mercadoria” trabalho tornava-se problemática, pois os trabalhadores mudavam de local de trabalho quando uma melhor oferta se apresentava. Nesse contexto, algumas empresas descobriram o enorme potencial de fixação que uma política previdenciária atrelada ao trabalho poderia ter, pois a troca de empresa fazia o operário perder suas “vantagens sociais”. A política previdenciária empresarial trazia, consigo, a noção de atrelar o trabalhador à empresa.

Se, politicamente, a questão da pobreza e precariedade dos trabalhadores não deveria ser objeto do Estado, mas da sociedade civil organizada, para as empresas que

se defrontavam com a falta de operários, a postura podia ser outra. Para o liberalismo, o contrato é específico, e as obrigações se encerram na venda de força de trabalho. Porém, o liberalismo também transforma o trabalho em mercadoria, o que pede por *políticas adicionais de fixação dos trabalhadores*.

Há, no desenvolvimento dessa relação salarial liberal, uma atitude encontrada em diversos países: há a negação do espaço público no espaço privado da fábrica. Patrões criavam regulamentos com "caráter de lei", em que a punição de funcionários era (e ainda é, em diversas localidades) uma realidade. Sobre o Brasil, entre o final da década de 1970 e a reabertura democrática, Spink (2003, p. 118) analisa:

> Entretanto, para a grande maioria das lideranças empresariais, a democracia da sociedade e o mundo dentro dos portões das fábricas eram terrenos bastante diferentes.

Castel (2013), inclusive, argumenta que o liberalismo não conseguiu encerrar com "relações absolutistas no mundo do trabalho" após a Revolução Francesa, como bem verificou Engels na Inglaterra em 1844. Se os novos patrões na era liberal conseguem mais poder e subserviência do que os antigos senhores feudais, do que se trata esta tal liberdade?

> Essas estratégias apresentam, entretanto, um caráter paradoxal. Seus porta-vozes aceitam, quanto ao essencial, o liberalismo econômico, a industrialização, a estrutura contratual do direito em geral e da relação salarial em particular. Contudo, nesse universo da modernidade, esforçam-se por reinjetar um modelo de relação tutelar que evoca o que Marx e Engels chamam, com cruel ironia, "o mundo encantado das relações feudais" (Castel, 2013, p. 334).

Nessa perspectiva, o liberalismo, enquanto proposta de Estado mínimo, acaba por substanciar uma proposta correlata de sociedade mínima, com um encolhimento do espaço público para dar lugar ao privado, que, como veremos adiante, será retomado com toda a força pelo neoliberalismo. O assistencialismo paternalista, de um lado, só

poderia se distanciar cada vez mais de uma classe operária que se tornava progressivamente consciente.

É preciso retomar experiências fora do Brasil pois, neste momento, o país se encontra numa condição muito diferente, de caráter agrário, e, apesar de contar com indícios de discursos liberais, as práticas escravagistas são a realidade material pela qual o capitalismo daqui se move. Alfredo Bosi, ao explicitar a dialética da colonização brasileira, relata como a escravidão era forçadamente aceita no discurso liberal daqui:

> Para entender a articulação de ideologia liberal com prática escravista é preciso refletir sobre os modos de pensar dominantes da classe política brasileira que se impôs nos anos da Independência e trabalhou pela consolidação do novo Império entre 1831 e 1860 aproximadamente.
>
> O que atuou eficazmente em todo esse período de construção do Brasil como Estado autônomo foi um ideário de fundo conservador; no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível. (A. Bosi, 1996, p. 195)

Porém, é notável o quanto o pensamento que se dizia liberal podia coexistir paradoxalmente com a referência à escravidão. Bosi (1996) cita uma fala de Eusébio de Queirós à Câmara em 1952,[50] na qual afirma-se que, *se todos fazem no Brasil, então a posse de escravos não pode ser considerada crime, pois, se o fosse, não seria feita*. Ou seja, a inversão ideológica entre verdade–utilidade se apresenta mesclada ao discurso liberal, mesmo no que tange ao trabalho não livre.

Diferentemente da vivência europeia, aqui o liberalismo se definia mais como direito à livre propriedade do que ao livre trabalho:

---

[50] "Senhores, se isso fosse crime, seria um crime geral no Brasil; mas eu sustento que, quando em uma nação todos os partidos políticos ocupam o poder, quando todos os seus homens políticos têm sido chamados a exercê-lo, e todos são concordes em uma conduta, é preciso que essa conduta seja apoiada em razões muito fortes; impossível que ela seja um crime, e haveria temeridade em chamá-la um erro" (Eusébio de Queirós, fala à Câmara em 1852, citada em Bosi, 1996, p. 194).

> O par, formalmente dissonante, escravismo-liberalismo, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo verbal. O seu consórcio só se poria como contradição real se se atribuísse ao segundo termo, liberalismo, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia. (A. Bosi, 1996, p. 195)

4.5) Propriedade social e segurança

O estado de bem-estar ou, como Castel (2013) prefere, estado social[51], supõe a existência do antagonismo de classes. Sua proposta, diferente de socialismos orientais, é contorná-lo, propiciando uma vida satisfatória sem uma necessária revolução comunista frente aos meios de produção. A proposta é de extrema complexidade, pois se dá no seio do desenvolvimento liberal. Ou seja: como poderia o governo melhorar as condições da classe trabalhadora sem intervir diretamente na propriedade privada e na economia?

Sem mexer na noção de propriedade, o Estado poderia tomar para si a atuação como um "gestor" dos riscos que pudessem atingir à coletividade. Um exemplo interessante remete ao acidente de trabalho:

> Por exemplo, o acidente de trabalho não é só uma infelicidade que atinge um operário. É também um fato de sociedade a respeito do qual os representantes do interesse geral podem se questionar se é aceitável, a que preço, sob que formas: se é um fato que pode ser administrado do modo mais racional possível em nome do interesse comum. Alguns indivíduos estão particularmente expostos aos riscos enquanto seu trabalho representa um interesse para todos: a solidariedade e a interdependência entre as partes do todo social tornam legítima a previsão de compensações para eles. (Castel, 2013, p. 383)

---

[51] A noção inicial, inclusive, de Estado providência, era utilizada como expressão pejorativa.

Nesse tipo de situação, a indenização da vítima ou da família adquire caráter de justiça, pois assume-se a perspectiva da justiça social reparativa, necessária à manutenção da solidariedade que sustenta essa sociedade.

O Estado social assume e zela por fenômenos sociais para além do contrato social de trabalho livre. Inicialmente, exemplos na Europa demonstram como a assistência aos trabalhadores era realizada em analogia à assistência aos miseráveis, ou seja, ainda considerada apenas como uma atividade moralmente requisitada. A própria caixa de pensão, em diversas empresas, teve seu início com um intuito moral de fazer com o que operário fosse obrigado a pensar em seu futuro, tal como uma pedagogia da previdência.

Porém, com a estabilidade social cada vez mais atrelada à população operária, o bem desta pode ser considerado como função pública. A ideologia liberal, ao sustentar que o Estado devia ter sua função restrita à manutenção da paz externa e interna, bem como manutenção de propriedade e contratos, acaba por paradoxalmente abrir espaço para os fundos públicos de ajuda aos trabalhadores: dessa política dependeria a paz interna da nação.

A segurança contra os riscos da vida era pensada associada à propriedade, ou seja, se a pessoa tinha ou não meios para se manter em caso de doença ou velhice. Com a mudança da atuação do Estado, mesmo não tendo propriedades, uma pessoa poderia estar segura, desde que tivesse trabalho. Aqui, algo de enorme importância acontece que subsidiará a construção da subjetividade ao longo do século XX: numa sociedade que se organiza em torno da condição salarial, é o trabalho que irá conceder ao indivíduo a possibilidade de seguridade antes só atrelada à propriedade.

Se, em dado momento, a condição salarial trazia o aleatório como cotidiano, a insegurança como o outro lado da moeda da liberdade, agora é essa condição salarial, dada sua importância na coletividade, que vai elevar a condição do operário à de “alguém que deve ter condições asseguradas de existência”.

O complexo desenvolvimento dessa questão levará à percepção do seguro como sendo um direito do trabalhador, e não mais atrelado a uma noção de assistência “de bom tom moral”. Se esse seguro é financiado pela coletividade, seus membros possuem uma propriedade que, apesar de não ser transferível, pertence a eles.

A noção de *propriedade social* é fundamental, pois fornece ao cidadão a percepção de estar seguro e de estar ligado a uma coletividade. A propriedade social, juntamente com os serviços públicos, "representa, desse modo, a realização do programa solidarista contra o individualismo-egoísmo do liberalismo clássico" (Castel, 2013, p. 397).

Se a divisão da sociedade estava se constituindo mediante a divisão simples entre "proprietários" e "não proprietários", *a estabilização da condição salarial surgirá como uma terceira possibilidade que perderá seu status de indignidade, pois será atrelada a uma rede de segurança e direitos*. Mais ainda: *a condição salarial deixa de ser sentida, pelo trabalhador, como uma condição provisória, que deve ser superada em direção à propriedade.*

Se, por um lado, a constituição de toda uma rede de direitos consolidou a relação salarial como sendo digna, a "flexibilização desses direitos" parece ter fragmentado essa dignidade: nossas conversas com funcionárias terceirizadas demonstram que a interpretação delas sobre sua condição atual de trabalho assalariado remete a uma noção de precariedade. Precariedade esta não por estar relacionada ao assalariamento, mas por não se sentir segura, por não ter, no contrato de trabalho, a mínima percepção de vínculo.

Para as trabalhadoras entrevistadas há a percepção de que o trabalho terceirizado está entre a ociosidade e o emprego: "*Eu estou aqui, então depois que saí da outra empresa eu não fiquei parada, né, porque eu tô aqui. Mas como aqui tem isso de poder acabar o contrato, então eu tenho que ficar de olho* [em outras possibilidades de trabalho]*, né...*" (Francisca, funcionária da Speed). É notável como o trabalho terceirizado é vivenciado por alguns funcionários como sendo **transitório**. Se conjugarmos essa transitoriedade com a imprevisibilidade do amanhã, *temos, novamente, a vida do trabalhador lançada ao aleatório.*

O trabalho em uma empresa terceirizada, como já visto no setor de teleatendimento, pode ser enquadrado, no mercado de trabalho, como um lugar "entre" trabalhos. Tal como os operadores do modelo japonês sentem uma pressão de estarem se "autoproduzindo" mediante cursos (Barros, 2010), esses trabalhadores terceirizados da "franja produtiva e de serviços" relatam uma pressão por "mostrar que

são trabalhadores", no sentido de não ficarem parados, pelo medo de uma má avaliação moral pelas outras pessoas e, principalmente, pela "próxima empresa".

Francisca, imigrante, relata: "*O salário é baixo, né... minha filha podia me ajudar até eu encontrar outro emprego, mas aí o que eu vou dizer quando chegar na empresa? Que eu tava esperando aparecer algo bom e não fiz nada? Mas aí também eu entrei e tô ficando. Se acabar, eu saio...*".

Se o Estado social possui por princípio resguardar a classe trabalhadora, podemos dizer que esses trabalhadores não se sentem assegurados. A diferença de condição entre os assalariados da empresa terceirizada e os assalariados do Estado (os servidores públicos) constitui um ambiente no qual a contradição será tão mais explícita quanto dolorosa.

Alguns dos trabalhadores terceirizados entrevistados relataram já terem trabalhado, enquanto terceirizados, em empresas privadas. Pudemos obter, a despeito da diferença entre ser terceirizado em uma empresa privada e em uma instituição pública, três relatos que traziam a mesma percepção: na empresa privada, a condição de terceirizado é claramente tida como de menor status do que a dos CLTs da empresa. Porém, há uma percepção de companheirismo, pois todos "conversam de trabalho" no sentido de criticar os problemas do local de trabalho e se referirem a mudar de empresa. Apesar dos não terceirizados possuírem plano de carreira e, consequentemente, se identificarem permanecendo na mesma, há uma distância menor entre esses assalariados (terceirizados e CLTs locais) do que na instituição pública, onde a distância devastadora entre a condição salarial se faz pela percepção clara de que uns têm mais direitos do que outros: no ambiente pesquisado, a clivagem assalariado servidor e assalariado terceirizado se faz de forma muito mais violenta.

Leila, funcionária terceirizada, relatou: "*Aqui os terceirizados estão sozinhos, né, porque só tem a gente de trabalhador, o resto é funcionário público*". A declaração de Leila não é um equívoco: servidores, na IES pesquisada, não são identificados pelos trabalhadores terceirizados como sendo *companheiros*. A distância percebida é tamanha que, ao adentrar em uma carreira pública, para os terceirizados entrevistados, o sujeito sai da área de vulnerabilidade que, para eles, é inerente à condição do terceirizado: a imprevisibilidade do amanhã.

A complexidade da autopercepção da condição do trabalhador terceirizado é gritante: percebem-se como trabalhadores, porém, continuam "em busca de trabalho". São trabalhadores dentro da IES, porém não possuem, como afirmaram na época do 1º de maio – Dia do Trabalho, "*nem um almoço de dia do trabalhador*".

> Com efeito, é em torno do status da condição de assalariado que gira o essencial da problemática da proteção social. Acaba-se de ver que foi primeiro em suas falhas que ela se conectou para começar a tirá-lo de sua indignidade; é através de sua promoção que a proteção social vai desenvolver-se e expandir-se na sociedade salarial; enfim, é a crise da condição de assalariado que hoje fragiliza as proteções sociais. (Castel, 2013, p. 413).

Evolução-regressão na condição salarial

Para Castel (2013), algumas condições propiciaram o desenvolvimento da especificidade salarial moderna, em que os trabalhadores se identificam com o assalariamento e essa condição deixaria de ser percebida como degradante.

Dentre as modificações na condição salarial, inicialmente foi necessária a catalogação por órgãos reguladores daqueles que estavam trabalhando ativamente, de forma regulada. Em segundo lugar, a fixação do trabalhador em seu posto e sua gestão pormenorizada,[52] de forma a gerar uma massa de operários que se identificassem entre si.[53]

Em terceiro, o fato de o assalariamento permitir ao trabalhador ascender do "proletariado" à "classe operária" pela possibilidade de consumir bens para além dos gêneros ligados à mera sobrevivência. Essa questão é crucial, pois para Castel (2013),

---

[52] Aqui o taylorismo teve papel fundamental. Por mais que fosse amplamente criticado como desumano, teve consequências profundas no que diz respeito aos "registros" sobre o trabalhador. Não apenas a mensuração dos tempos e movimentos a serem realizados na tarefa prescrita (Braverman, 1987), mas também os registros sobre os trabalhadores pelos departamentos de planejamento.

[53] Ainda sobre o taylorismo, é interessante notar que a gestão do trabalhador enquanto mero "seguidor de ordens" de forma a descaracterizá-lo como ligado a algum ofício tradicional, como artesão ou ferreiro, por exemplo, propiciou uma caracterização geral da massa trabalhadora como "operários padrão" que, apesar da massificação associada, permitiu uma identificação geral dos operários entre si e a facilitação de sua articulação enquanto classe social.

diferentemente da classe operária, os proletários encontrar-se-iam numa condição de quase exclusão do corpo social, numa função (apesar de importante) de gerar filhos para manter o exército de reserva. A classe operária, por outro lado, possui "vida para além da venda de força de trabalho" e pode consumir, ainda que bens da produção de massa ou produtos da indústria cultural (Adorno; Horkheimer, 1985). Nesse caso, Henry Ford ajudou a consolidar uma perspectiva em que a classe que produz também vive a esfera de consumo, criando um círculo onde uma esfera alimenta a outra.

A quarta condição que estrutura o assalariamento como não degradante será o acesso à propriedade social e aos serviços públicos mediante a rede de assistência aos trabalhadores.

A quinta mudança na condição salarial que consolida o status ontológico do assalariado enquanto uma posição estável e autêntica, ao invés de uma "posição precária e transitória", é o estabelecimento de um aparato jurídico que reconhece o trabalhador como participante de uma coletividade. Nesse caso, a questão dos sindicatos é fundamental:

> Com efeito, a convenção coletiva ultrapassa o face a face empregador-empregado da definição liberal do contrato de trabalho. Um operário admitido a título individual numa empresa beneficia-se das disposições previstas pela convenção coletiva. (Castel, 2013, p. 435).

A diferença brutal que a classe operária terá para os "proletários" será, portanto, o acesso a uma rede de integração que trará estabilidade e segurança. A vida passa a ser maior do que o esforço para ganhá-la.

Dentre esses fatores de pertencimento, alguns são de fundamental importância: seguros sociais, seguro-desemprego, férias, ganhos salariais que permitem o consumo para além da subsistência. A classe operária, capaz de ganhar mais do que precisa para se manter viva, pode planejar o futuro. A noção de proletariado remetia a uma vulnerabilidade em todos os momentos, pois ficar sem salário durante um mês implicaria em perda de tudo e entrada imediata em situação de mendicância, por exemplo. A classe operária, mediante acesso a seguros, pode, mesmo que não tenha

poupado, ter acesso à multa de rescisão, seguro-desemprego etc., de forma a conseguir se organizar sem desestruturar-se.

A ascensão da classe operária, inclusive, vai protagonizar teses que vão debater a atenuação da força operária como motor da revolução justamente devido à melhoria da condição salarial. O fato de existir enquanto uma classe com capacidade de consumo e certa estabilidade pela "propriedade social" consolidada gerou a possibilidade de uma "vida assalariada estável", mesmo não se possuindo patrimônio. A falta de patrimônio não constitui mais a miséria, pois a condição salarial com percepção de estabilidade permite ao trabalhador prescindir de um montante patrimonial para poder enxergar o futuro com dignidade.

Para alguns autores, como Castel (2013), a estabilização em torno do salário se fez de forma tão profunda que foi possível aos sujeitos conceber uma vida de trabalho assalariado digna e próspera.

Porém, as mudanças das políticas trabalhistas e a flexibilização dos vínculos contratuais teriam feito ressurgir as condições de assalariamento precário típicas do período da Revolução Industrial. Por exemplo, o caso de trabalhadores terceirizados que estão sujeitos à exploração intensa, sem o conjunto de direitos assegurados pelas convenções coletivas dos não terceirizados, como no caso analisado pelo Dossiê Dieese-CUT (2011) sobre a terceirização nos bancos ou mesmo o grupo analisado nesta tese.

Utilizando a noção de *blocos*,[54] ao invés de *classes sociais*, a precarização se tornara parte de uma considerável parcela de trabalhadores alijados das posições salariais mais estáveis[55]. Para Castel (2013), esses precarizados corresponderiam ao *bloco periférico ou residual*:

---

[54] "Prefiro o termo bloco ao classe, não em nome de uma ideologia do consenso (não há mais classe; logo não há mais conflitos etc.), mas porque uma classe, no sentido pleno da palavra, só existe quando é tomada numa dinâmica social que a torna portadora de um projeto histórico que lhe é próprio, como pôde ser a classe operária. Neste sentido, não há mais classe operária" (Castel, 2013, p. 472, nota de rodapé).

[55] Após demitir 800 funcionários em janeiro de 2015, a Fábrica Volkswagen na cidade de São Bernardo do Campo (SP) foi alvo de uma greve comandada pelo Sindicato dos Metalúrgicos que conseguiu reverter estas demissões. Para manter o corte de gastos previstos, a fábrica aceitou demitir operários terceirizados, ao invés dos operários contratados diretos. Esta decisão foi noticiada pelo Sindicato como sendo uma grande vitória da causa operária, o que evidencia a clivagem da classe em blocos que não se identificam.

> A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato, é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitentes. Esses "trabalhadores periféricos" estão entregues à conjuntura. Sofrem prioritariamente os contragolpes das variações da demanda de mão de obra. Constituídos majoritariamente por imigrantes, por mulheres e jovens sem qualificação, por trabalhadores de uma certa idade e que são incapazes de acompanhar as "reconversões" em curso, ocupam as posições mais penosas e mais precárias na empresa, têm os salários mais baixos e são os menos cobertos pelos direitos sociais. Acampam nas fronteiras da sociedade salarial muito mais do que dela participam integralmente. (Castel, 2013, p. 475-476)

O conjunto dos trabalhadores da empresa terceirizada pesquisada pode ser compreendido pela noção de *bloco periférico*. A maioria dos 48 trabalhadores corresponde a mulheres e boa parte é constituída por imigrantes rurais. Poucos vindos de outros estados, mas existem. Porém, boa parte dos entrevistados afirmou ter nascido em cidades com menos de 20 mil habitantes e havia ido para a cidade na qual a IES estava situada em busca de melhores condições. Sobre a faixa etária, nos foi dito que grande parte dos trabalhadores possuía mais de 40 anos de idade, mesmo se tratando de trabalhos físicos.

Mesmo que não tenhamos atingido, no Brasil, uma condição de "pleno emprego" e um Estado de bem-estar social plenamente constituído, diferentemente de alguns países europeus, *a condição salarial enquanto existência social minimamente digna* também foi estabelecida por aqui, vide, por exemplo, o fato de que durante a ditadura militar no Brasil os militares, ao abordarem pessoas na rua, não pediam o RG, mas a carteira de trabalho.

Os trabalhadores terceirizados, localizados entre esse bloco residual e os assalariados, apresentam identificação com o trabalho estável, para além inclusive do salário, como pudemos verificar na fala da copeira Rosa em que relatou o fato de ela e as colegas irem trabalhar mesmo nos meses em que não recebiam salário. É dessa forma que, para Castel (2013), *estar empregado* é tão ou mais importante, enquanto caractere de identidade social, do que fazer parte da "classe operária", "classe burguesa" ou etc.

O desenvolvimento dessa sociedade salarial, que se identifica com o fato de estar assalariado, empregado, deve-se à dupla relação: desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

"A sociedade salarial é também uma sociedade em cujo cerne se instalou o Estado Social" (Castel, 2013, p. 480). No Brasil, por mais que o Estado social nunca tenha sido pleno, existe para parte da população, de forma que alguns tenham vindo a desfrutar de mais segurança e suporte, mesmo que sem qualquer registro de patrimônio ou propriedade. No ambiente pesquisado, o choque de suporte aos servidores públicos frente aos trabalhadores terceirizados explicita como existem diferentes blocos dentro da mesma classe assalariada. Além disso: a precariedade desses *assalariados sazonais* os faz analisarem diversos direitos dos servidores como sendo privilégios.

Quando questionados sobre as greves dos servidores, em 2014, os terceirizados resistiam em falar sua perspectiva. Em uma conversa em grupo com funcionárias da limpeza, permaneceram quietas por alguns momentos até que uma terceirizada brincou "*É bom... fica menos sujeira pra gente limpar*". Quando questionei o que pensavam sobre o direito de greve, uma respondeu: "*Se eles podem, então tá certo...*". Após comentar sobre o direito geral à greve, uma sorriu e disse "*Vocês podem*". Essas trabalhadoras sabiam, devido à minha apresentação, que eu também era servidor público, o que as fazia, em alguns momentos, me enquadrarem na categoria "eles", explicitada pelo uso do "vocês". Essa contraposição nós–vocês retoma a diferença de blocos entre os assalariados: terceirizados e servidores públicos são assalariados, porém com uma disparidade tão grande de suporte e segurança que não permite uma identificação mútua enquanto classe trabalhadora.

O Estado social enquanto proposta é necessariamente articulado à sociedade salarial. Apenas uma sociedade assalariada pode ter o Estado como gestor de uma cotização dos salários para um seguro geral aos trabalhadores.

> Por meio do salário indireto, 'o que conta é cada vez menos o que cada um possui e, cada vez mais, os direitos que são conquistados para o grupo a que pertence. O *ter* tem menos importância que o *status* coletivo definido por um conjunto de regras (Castel, 2013, p. 485).

Dessa forma, mesmo que os salários dos terceirizados não fossem "mínimos"[56], eles estariam configurados no bloco dos trabalhadores periféricos, devido à precariedade na própria questão do pertencimento social.

4.6) Política neoliberal: desarticulação social e individualismo

O neoliberalismo, com políticas tais como explicitadas no capítulo 2 desta tese, transformou a condição salarial em drama daqueles que sonhavam com a estabilidade do emprego em sua trajetória de vida. Mais do que isso, existe o crescimento de todo um contingente com poucas esperanças de encontrar trabalho, mesmo que precário.

A reformulação pós-1970, com exacerbado processo de enxugamento de postos e intensificação do ritmo de trabalho, como via de restaurar os ganhos produtivos do capital, gerou dois processos decorrentes.

Um é a crescente demanda de qualificação nos processos de seleção para emprego. A escassez cada vez maior de empregos estáveis gera, por sua vez, maior competição entre os sujeitos que passam a enxergar a falta de qualificação como causa do desemprego. Esse fato é apenas aparente e pode-se perceber sua falácia na realidade do mundo do trabalho, onde pessoas são, costumeiramente, empregadas em lugares que subestimam sua formação (Mészáros, 2002; Antunes, 2002 e 2007).

> Aos poucos, as situações mais favoráveis (contrato por tempo indeterminado na grande empresa) parecem reservadas aos assalariados dotados de alguma qualificação relativamente rara ou investidos de responsabilidades especiais. Às outras categorias de assalariados corresponderá uma situação mais precária (temporária, contratação por prazo determinado) ou menos favorável (assalariados de empresas terceirizadas ou filiais). (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 255)

---

[56] Conforme ressaltado como "indigno" por uma da copeiras, em fala apresentada no capítulo anterior.

A “falta” de curso de inglês, informática etc. torna-se discurso comum no Brasil, de forma a buscar no desempregado a causa de seu desemprego. Apesar de relacionada à possibilidade de se conseguir trabalho, a “falta de qualificação” não expressa toda a verdade da crise do capital pós-1970, visto que, se todos os trabalhadores fossem qualificados, mesmo assim não haveria emprego para todos.

O segundo processo dessa liofilização dos postos de trabalho (Antunes, 2002) remete justamente à formação do imenso contingente que passa a constituir o “exército de reserva”, ou seja, a massa desempregada estruturalmente condicionada pelo capitalismo moderno.

> As novas práticas das empresas conjugam seus efeitos para diversificar ao extremo a condição salarial, inclusive entre o pessoal empregado num mesmo local, cujos membros podem estar ligados a um grande número de empregadores e ser geridos segundo regras diferentes em termos de salários, horários etc” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 245)

A crise que trouxe o conjunto de medidas neoliberais como solução é, para Antunes (2002), Castel (2013) e Mészáros (2002), uma crise do capitalismo, e não uma clara crise do Estado de bem-estar social.[57]

Se o Estado social busca compensar e reequilibrar os danos de uma economia de mercado, o Estado mínimo neoliberal traria, portanto, novamente à tona a questão social de pessoas em condições precárias de sobrevivência lançadas à própria sorte.

Frente a esse fato, teríamos um enorme aumento dos blocos de trabalhadores precarizados e a necessidade de políticas de inserção e redistribuição de renda. Enquanto países como a França implantaram políticas como a Renda Mínima de Inserção, no Brasil políticas de redistribuição de renda se fizeram cada vez mais necessárias. A política social Bolsa Família, por exemplo, retoma uma postura ativa do

---

[57] Para Castel (2013), algumas condições estruturais dessa crise não poderiam ser dominadas por completo durante o desenvolvimento do Estado social. Para o autor, boa parte da “força” do estado social devia-se à questão conjuntural do crescimento produtivo, sendo que o Estado nunca chegou a “garantir” em forma de lei o emprego, mas apoiava-se no fato de que este crescia mais do que a própria população em alguns lugares.

Estado frente à necessidade de intervir na condição de pobreza, ao mesmo tempo que temos políticas de privatização e flexibilização trabalhista.

> Os deslocamentos destinados a conferir maior flexibilidade externa às empresas redundaram, para toda uma faixa da população, no desenvolvimento da precariedade associada à natureza do emprego (temporário, contrato por tempo determinado, tempo parcial ou variável), ou à sua posição nas empresas subcontratadas, que são as que mais sofrem as variações conjunturais e que são, aliás, grandes utilizadoras de trabalho precário por essa mesma razão. Essa precarização, porém, não é incompatível, por exemplo, com o aumento das despesas de formação para aqueles que não estão submetidos a essa insegurança. (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 248)

Esse é o claro paradoxo, com nítido mal-estar, do Estado social democrata capitalista. Se tomássemos como exemplo um Estado socialista, a política de flexibilização e precarização do trabalho não seria colocada como foi pelo governo brasileiro na década de 1990. Se, ao contrário, falássemos de um Estado mínimo, o paradoxo se esvaneceria pela entrega da política assistencial à “solidariedade” da sociedade civil.

Para Castel (2013), pelo fato de o Estado social estruturar-se como uma entidade integradora, houve, em países cujo seu desenvolvimento foi maior, um efeito colateral de enfraquecimento de relações de solidariedade próxima, visto que os cidadãos tinham seu medo de desagregação diminuído frente às seguranças sociais. Nesse sentido, o autor argumenta que em países de maior presença do Estado social foi visível um aumento no individualismo dos sujeitos, de forma que o próprio Estado social propiciou uma geração de pessoas menos inclinadas a ver seu valor.

Se, por um lado, o Estado social provoca esse efeito por surgir enquanto agente integrador da sociedade, por outro, sua desarticulação tem gerado justamente a desintegração de vínculos antes depositados nessa instituição, de forma que a desintegração de um Estado de bem-estar social tende a gerar comunidades menos integradas do que as encontradas antes de seu desenvolvimento.

Portanto, a consolidação de políticas neoliberais em lugares onde o Estado social teve papel integrador levou a uma maior percepção de desamparo social. Esse papel,

para Antunes (2002), Mészáros (2002), Boltanski e Chiapello (2009) e Foucault (2008a) transformou o indivíduo em presa fácil para as corporações, que passaram a se apresentar como esse elemento integrador.

A globalização possui importante papel nessa reorganização social. Após a década de 1970, passa a fazer "cada vez mais sentido" aceitar um emprego em uma multinacional em qualquer outro país, visto que a grande corporação traz mais percepção de segurança do que a permanência no próprio Estado de origem do trabalhador.

Tanto quanto o desemprego, a precarização ganha protagonismo nesse contexto. A precarização do trabalho, quando contratado em modalidades de "terceirização temporária", como é o caso das funcionárias da empresa Speed entrevistadas para esta pesquisa, apresenta um quadro que remete ao estado anterior ao da regulamentação salarial, tal como os trabalhadores que se aglomeravam em praças, à espera de serem alugados. A vida do trabalhador, nesse tipo de situação, é lançada ao aleatório e remete à "antiga" modalidade de exercício funcional que pouco agregava à constituição identitária do indivíduo.

> A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços torna-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção, uma vez que esta não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção, mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, a classe trabalhadora perde todos os referenciais materiais que lhe permitiam perceber-se como classe social e lutar como tal, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta (Chaui, 2006, p. 319-320).

Porém, a nova "questão social" não se reduz apenas a uma "periferia precária" (Antunes, 2002; Castel, 2013; Mészáros, 2002), mas a uma *desestabilização dos estáveis*. Por exemplo, durante a realização desta pesquisa, ocorreram mais de quatro meses (tempo somado) de greve nas universidades federais brasileiras. A pauta dessas greves

(2012 e 2014) recaía sobre precarização, plano de carreira e salários dos servidores públicos.

Assim, mais que o desemprego, a atual questão desestabilizadora da sociedade salarial em crise é a precarização e a insegurança. As políticas neoliberais, mais do que atacarem esses dois processos, os agenciam, pois a crise percebida não remete à condição do trabalhador e sua saúde, mas à saúde do sistema financeiro cuja acumulação entrou em crise após a década de 1970.

Temos, portanto, pessoas que não serão integradas ao sistema produtivo. Esses *supranumerários* (Castel, 2013), portanto, revivem um sofrimento que o "progresso" parecia fazer desaparecer com o desenvolvimento das forças produtivas no decorrer do século XX.

Para analisarmos a gestão desses supranumerários do sistema capitalista, bem como o crescente empoderamento das grandes corporações frente ao enfraquecimento dos estados nacionais, recorreremos à teoria do biopoder em Foucault, apresentada no próximo capítulo.

Cap. 5) Neoliberalismo e biopolítica: *o deixar morrer* de trabalhadores em um mundo sem trabalho

> *"Tem um pedreiro* [funcionário público] *que tá afastado, se fosse eu tava demitido. Mas ele tá doente, então tá afastado. Quer dizer, ele pode ficar doente."*
> Caio, jardineiro terceirizado, sobre um pedreiro servidor público

5.1) Sobre este capítulo

Em minha dissertação de mestrado (Barros, 2010), relacionei a teoria do poder disciplinar em Foucault às práticas de treinamento empresariais que buscavam moldar os corpos e a subjetividade dos trabalhadores ao ideal do envolvimento cooptado típico do modelo japonês (toyotismo) de produção.

Apesar de participar de diversos eventos e conseguir entrevistar executivos de alto escalão, mesmo na empresa pública ESB (Barros, 2010), ao tentar entrevistar os trabalhadores terceirizados desta empresa fui impedido pelos gestores que haviam autorizado a pesquisa. Naquela ocasião, discurso dos trabalhadores terceirizados era, ao pesquisador, interdito. Se, por um lado, os treinamentos e técnicas disciplinares de docilização dos trabalhadores havia provido aos gestores uma segurança quanto ao discurso que os trabalhadores iriam proferir, por outro lado os terceirizados, não expostos aos discursos de treinamentos ligados ao "vestir a camisa da empresa", eram vistos como uma possível voz dissonante frente às falas dos entrevistados.

Na ocasião da redação da dissertação, não foi possível aprofundar a análise sobre esta incidência de poder que não foca o microrrelacional, mas o macro, a "espécie", o grupo. Dessa forma, se a micropolítica é fundamental para analisar a disciplinarização individual, neste capítulo somaremos a essa dimensão a análise foucaultiana que incide sobre a macropolítica, sobre o grupo enquanto massa a ser governada para além das diferenças microindividuais.

Enquanto dispositivo de engendramento de governamentalidade – a arte de governar –, apresentaremos a noção foucaultiana de biopolítica para tentar dar conta da gestão da saúde e da vida dos trabalhadores terceirizados. Novamente, como no

capítulo anterior, apresentaremos inicialmente os conceitos necessários para a compreensão da análise que realizaremos na sequência, juntamente com a retomada do trabalho de campo e das falas dos trabalhadores entrevistados. Após o necessário aprofundamento teórico inicial, retomaremos o trabalho de campo no decorrer do capítulo para caminharmos com as análises propostas.

5.2) Do poder disciplinar à lógica biopolítica

O enfoque genealógico desenvolvido em *Vigiar e punir* (Foucault, 1997) permitiu a análise do que Foucault chamou de *sociedade disciplinar,* que teria fabricado indivíduos "dóceis e úteis".[58]

Nossa sociedade acompanhou o desenvolvimento de dispositivos para regular os corpos, mas não por meio de poderes massacrantes e explícitos, mas por micropoderes. Longe de extinguirem os macropoderes, esta microfísica de poderes lhes dá sustentação e multiplica seus efeitos.

O poder, não sendo um objeto natural – "uma coisa", aponta Machado (Foucault, 2002) –, é uma prática social constituída historicamente. Os estudos da ciência política atrelavam o poder à noção de Estado, enquanto Foucault, a partir de evidências de seu material de pesquisa, viu delinear-se uma não sinonímia entre Estado e poder.

> […] seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela: utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e feitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças. (Foucault, 1997, p. 26)

---

[58] A teoria do poder disciplinar será aqui abordada brevemente objetivando apenas situar a teoria do biopoder, visto que aquela foi objeto de estudo em pesquisa anterior para Dissertação de mestrado (Barros, 2010).

Dessa maneira, o poder é uma relação, não um objeto. É ação que se exerce e se efetua disseminando-se por toda a estrutura social sem privilegiar espaços. Não havendo exterioridade a ele, toda resistência se faz por dentro da relação, não podendo ser exercido por alguma exterioridade. “E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social” (Foucault, 2002 p. XIV). Essa perspectiva já foi utilizada na área de Psicologia do Trabalho, como por exemplo em Sato (2002) e Sato e Oliveira (2008), na qual a diluição do poder em micropoderes e situações relacionais possibilitou aos trabalhadores agir de forma a prevenir agravos à sua saúde, bem como utilizar o discurso gerencial para defesa de interesses de classe.

Nos estudos que abordavam a microfísica do poder, para Foucault, este não podia mais ser assimilado à figura do Estado que o exerce somente mediante repressões e opressões. Ao contrário, o novo tratamento dessa temática vinculou o poder prioritariamente a uma concepção positiva de ação. O poder, portanto, se exerce mais ao dizer como agir, falar e ser, ou seja, se exerce mais na positividade disciplinar de criação de certos sujeitos do que mediante a repressão de comportamentos e punições.

Esta é a lógica, por exemplo, da palestra apresentada aos trabalhadores terceirizados para “aprenderem” a se portar no trabalho. O objetivo é moldar a subjetividade, no sentido de tornar o trabalhador “disciplinado”, ou seja, adestrado mediante discursos normatizadores. Não apenas os trabalhadores terceirizados estão dispostos a este tipo de engendramento de poder na universidade pesquisada, mas toda a comunidade acadêmica. Os alunos, após constituírem uma Empresa Júnior, convidaram um palestrante, segundo relatado ao pesquisador, que ministra palestras sobre como *ser* um líder. Este palestrante empresarial é ex-policial militar do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e, dentre seus ensinamentos, foram citados diversos componentes do “CHA” do Modelo Japonês: comportamentos, habilidades e atitudes para ser um “*líder adequado ao mercado*”. Os docentes da universidade, por sua vez, relataram seminários para estimular um “comportamento mais competitivo no ambiente de publicações acadêmicas” de forma a alcançarem melhores indicadores em um *ranking* estadual de universidades públicas.

A relevância dessa noção foucaultiana para o estudo de programas corporativos de qualidade de vida no trabalho se mostrou de forma ampla ao nos depararmos com a

tendência destes em “buscar ensinar” os trabalhadores a desenvolverem um *estilo de vida* considerado empresarialmente como “saudável”. Nesse sentido, percebemos que as ações institucionais se pautavam pela positividade, ou seja, se mostravam mais interessadas em apresentar aos trabalhadores “modos de ser” valorizados (ser criativo, atento, esbelto, calmo etc.) do que em reprimir comportamentos ou atitudes.

> O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (Foucault, 2002, p. XVI)

Quando a análise sobre o poder restringe-se apenas à sua face repressiva, o poder não está totalmente esquadrinhado. Não lhe interessa mais apenas expulsar os homens da vida social ou impedir o exercício das suas atividades, pois é em sua dimensão criativa que esse dispositivo alcança o enraizamento ao “nível capilar”[59] dentre os homens para controlá-los e viabilizar sua utilização ao máximo, direcionando o desenvolvimento de suas capacidades.

> Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. (Foucault, 2002, p. XVI)

Foucault situa essa nova mecânica do poder no transcurso dos séculos XVII e XVIII, designando-o de poder disciplinar. Tal modalidade de poder incide, por meio de práticas de vigilância, diretamente sobre os corpos, extraindo deles tempo e trabalho. Segundo Foucault (2005, p. 40), esse poder disciplinar, desprovido de qualquer

---

[59] A palavra “capilar” refere-se aos vasos sanguíneos mais estreitos que se proliferam a partir dos vasos centrais. Os vasos capilares, quase invisíveis, fazem o sangue irrigar por todo o corpo, daí a analogia com o poder que, mediante relações microscópicas quase invisíveis, se espalha por todos os lados.

centralidade e marca de soberania, “foi um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativo”.

Com base no período que abrange desde o encerramento do Antigo Regime até a primeira fase do capitalismo (industrial), Foucault (2005, p. 116) passa a falar em uma *sociedade disciplinar*.[60] Essa modalidade de organização social, também chamada de *sociedade de vigilância*, representou a “idade da ortopedia social” e desenvolveu-se com base em instituições disciplinadoras, tais como prisões, hospitais e fábricas, inspiradas no *Panopticon* de Jeremy Bentham.

No capitalismo atual, as novas modalidades de gestão de pessoas ampliaram o interesse da empresa sobre o trabalhador para além do período disposto ao trabalho, acirrando seu papel disciplinador. As atividades físicas dos trabalhadores importam-lhe, pois algumas práticas fazem um funcionário render mais lucro que outras, logo, a criação de quadras esportivas e o patrocínio de competições busca disciplinar os trabalhadores acerca de quais esportes devem ser desenvolvidos em suas horas “de folga”. A gestão por competências, mediante instrumentos de seleção e, principalmente, de avaliação de desempenho, ao valorizar e pontuar alguns conhecimentos em detrimento de outros, restringe o uso do tempo livre do trabalhador a um eterno “qualificar-se”, sempre tendo em vista a “competência essencial” da empresa. As *empresas que aprendem* (Fleury e Fleury, 2000), ao anunciarem o “fim do trabalho mecanizado” do trabalhador e arguirem que agora é o tempo de trazer a criatividade de volta ao trabalho, não fazem mais que, ao perceberem a impossível prescrição total do trabalho, buscar formalizar o trabalho real visando se apropriarem do conhecimento que era, nas ranhuras do sistema, o próprio exercício de liberdade e criatividade no momento da execução.

Em nossa dissertação de mestrado (Barros, 2010), apresentamos o caso da ex-gestora de recursos humanos e consultora Tereza, que descreveu o programa de qualidade de vida da empresa em que trabalhava como um “monstro de mil tentáculos”, cuja demissão do emprego fazia os trabalhadores não terem mais referências de relações sociais, como amigos, cabeleireiro ou colegas para praticar algum esporte.

---

[60] Hardt e Negri (2004) oferecem esclarecedora definição do termo: “Sociedade Disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas”.

Nesse caso, estamos frente a um programa que, ao excluir o trabalhador de seus "tentáculos", fazia-o sentir-se estrangeiro em sua própria terra. "É na descrição de um trabalhador ao dizer que, ao perder o emprego, havia perdido 'tudo' que temos a empresa não somente enquanto Estado, mas enquanto um Estado de características fascistas" (Barros, 2010, p. 166).

> Foucault interessa-se, então, pelas formas flexíveis e sutis de controle e governo das populações e dos indivíduos, tal como elas se exercem por meio das regras da economia do mercado mundializado, para além dos domínios limitados da soberania política tradicional: "É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado".
>
> No centro de sua nova consideração sobre a biopolítica na via do neoliberalismo econômico se encontrava a fusão entre o *homo oeconomicus* e a teoria do "capital humano". A fusão entre ambos diz respeito à concepção de que o *homo oeconomicus* não é apenas um empreendedor qualquer no mercado de trocas, mas sim um empreendedor de si mesmo, tomando-se a si mesmo como seu próprio produtor de rendimentos. Já no final da década de 70, Foucault compreendera que havíamos nos transformado em agentes econômicos que precisam valorizar e amplificar continuamente nossas capacidades e habilidades profissionais a fim de nos tornarmos competitivos para o mercado de trabalho. (Duarte, 2008, p. 7)

Foucault, portanto, apresenta de forma implícita uma transição do modelo de sociedade disciplinar para o que recebeu a denominação de "sociedade de controle", noção retrabalhada por Gilles Deleuze em seu livro *Foucault*, de 1986. Essa modalidade de controle estaria mais organicamente atrelada às novas formas de trabalho imaterial, em consonância com o processo de superação da "sociedade de vigilância" – contextualizada no capitalismo industrial – pelo paradigma de produção do chamado pós-fordismo.

Segundo Hardt e Negri (2004, p. 42-43):

> Devemos entender a sociedade de controle […] como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais "democráticos", cada vez mais imanentes ao campo social,

> distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. […] A sociedade de controle pode […] ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização e de disciplinariedade que animam nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes.

Dessa forma, as empresas capitalistas dentro da ordem neoliberal passaram a representar o lócus de reprodução dos indivíduos necessários à reprodução do sistema.

Nessa mesma pesquisa (Barros, 2010) pudemos verificar que o programa de qualidade de vida aos trabalhadores da empresa ESB incidia sobre diversas ordens que não a do trabalho propriamente dito: prescrevia dispositivos direcionados ao lazer, atividades físicas, atividades culturais, conservação do meio ambiente, saúde etc. As ações, que chegavam a incumbir-se até da responsabilidade de "conscientizar os trabalhadores sobre doações", buscava não somente criar "trabalhadores sadios", mas um tipo característico de "cidadão sadio". Nessa concepção, cabe ressaltar que "sadio" é o adaptado, correto, valorado enquanto "bom e útil", tal como se essas características existissem por si mesmas, sem, entretanto, especificarem "a quem interessa esta utilidade". Da mesma forma, vimos esta dinâmica pedagógica das "práticas de si" aos trabalhadores terceirizados, conforme descrito anteriormente.

Apesar de anunciarmos uma possível relação dos programas de qualidade de vida pesquisados com a noção de biopoder, a análise acabou por não ser aprofundada na ocasião do mestrado. A opção, naquele momento, foi de trabalhar a amplitude do poder disciplinar, que incide sobre os corpos e os dociliza, nessas intervenções institucionais.

Porém, mesmo havendo uma dinâmica focada no corpo do trabalhador, as ações empresariais ultrapassavam tais objetivos. Para além do corpo, a gestão da saúde se inseria na dinâmica de "manutenção da vida".

Por exemplo, algumas trabalhadoras terceirizadas entrevistadas na IES afirmaram existir uma "política de motivação" específica com relação à saúde. Segundo elas, os trabalhadores que não faltavam ao trabalho durante o mês, inclusive em caso de falta justificada por questão de saúde, recebiam uma cesta básica de alimentos no início do mês seguinte. Aqui, há uma política institucional macro, para além das

disposições individuais. Aos trabalhadores que faltavam, mesmo por afastamento médico de direito, existia a punição em forma de retirada da cesta básica. Desta forma, estamos frente a uma política de gestão da saúde que busca, explicitamente, enfraquecer aquele que já está debilitado: uma política que, segundo a administradora, motivaria a "não adoecer", porém que, na prática, ajuda a matar aqueles que efetivamente adoeceram.

Conforme analisamos no caso da palestra Postura no Trabalho, o poder disciplinar, pedagógico e docilizante, está presente no ambiente de trabalho analisado. Porém, esta dimensão micro não exclui ou contesta esta outra, macro, sobre os trabalhadores enquanto espécie cuja vida é, "em massa", administrada: a lógica biopolítica.

5.3) Sobre o biopoder

Após o desenvolvimento das formulações de poder que articulavam sua multiplicidade, Foucault esboça, em sua última aula no Collège de France em 1976 (Foucault, 2005), uma formulação da teoria do poder político calcada na noção de "biopoder", sendo esta vinculada ao tema da governamentalidade e desenvolvida posteriormente em diversas obras, como *História da sexualidade, A vontade de saber, Segurança, território e população, Nascimento da biopolítica* e *A governamentalidade.*

Foucault trabalha a noção de biopoder a partir da compreensão histórica da formação e do desenvolvimento do respectivo regime político-jurídico (o liberalismo) que denota um novo modelo de exercício do poder (o poder sobre a vida), compreendido por meio da "arte de governar" ou "governamentalidade".

O surgimento do biopoder surge amparado pelo fenômeno da "estatização do biológico" (Foucault, 2005) e está ligado diretamente à formação das ciências humanas – entre elas psiquiatria, psicanálise e psicologia. Dessa forma, o biopoder é exercido por uma lógica biopolítica que se ocupa da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade etc.

Essa nova tecnologia de poder está menos preocupada com o disciplinamento do corpo individual, já moldado pelo trabalho parcelar, que com o controle do corpo social.

A nova lógica biopolítica se inspira no *fazer viver*, ao contrário do clássico poder soberano, que se inspirava no poder do rei de decidir sobre a morte de alguém, o "fazer morrer", ou ignorá-lo, deixando-o viver. Nesse caso, o Estado comandado pelo soberano conheceu um poder público caracterizado pelo *fazer morrer* ou *deixar viver*.

> O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como "de vida e morte" é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver. Afinal de contas, era simbolizado pelo gládio. E talvez se devesse relacionar essa figura jurídica a um tipo histórico de sociedade em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. (Foucault, 2003, p. 128)

A partir do século XIX o direito de morte tenderá a se apoiar nas exigências de um poder que gera a vida e a se ordenar em função de seus reclamos (Foucault, 2003). Porém, jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir desse século nem tão frequentes os holocaustos contra integrantes de sua própria população. Nesse momento, o poder de morte passa a se apresentar positivamente sobre a vida, "empreendendo sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto" (p. 129).

A pena de morte foi deixando de fazer vítimas, enquanto as mortes na guerra (guerras pela "sobrevivência", pela "vida") passaram a consumir parte da população.

A sagacidade de Foucault, inicialmente trabalhando a questão no primeiro volume de *História da sexualidade* (Foucault, 2003), está na percepção de que um Estado que busca gerenciar a vida enquanto *espécie* transforma essa força vital em elemento político, que deve ser administrado, regrado e normalizado. Sua análise não

aponta uma diminuição da violência, mas ao contrário: uma outra violência que se exercia na morte de uns para servir de "purificação aos que sobravam".[61]

> Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida. A longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*. (Foucault, 2003, p. 131)

A organização do poder sobre a vida se desenvolveu, portanto, a partir desse duplo feixe: as disciplinas do corpo (face anatômica, *individualizante*) e os controles populacionais (face biológica, *especificante* – pois remetida à espécie). O objetivo do controle agora não era mais matar, mas *investir* na vida, de cima para baixo.

> Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (Foucault, 2003, p. 132)

---

[61] Nossa intenção em reforçar a questão da diminuição das mortes por penas capitais, mas com aumento exorbitante de óbitos nas guerras, é fundamentar uma argumentação que será retomada onde analisaremos a lógica biopolítica "administrando vítimas" na guerra pela sobrevivência no mundo do trabalho assalariado. Nessa perspectiva, as mortes não são vistas como enfraquecimento do grupo, mas ao contrário, como fortalecimento devido a uma suposta purificação (Foucault, 2005) dos que sobraram.

Após analisar essa nova modalidade de poder em *História da sexualidade*, Foucault retoma o assunto biopoder em seu curso no Collège de France em 1976, mais especificamente em sua aula de 17 de março, publicado no Brasil com o título *Em defesa da sociedade* (Foucault, 2005). Seu exemplo inicial de Estado biopolítico é a Alemanha nazista e sua política de *racismo de Estado*. Não há, dessa forma, contradição entre uma política de gestão da vida, focada no "fazer viver" e o exercício da morte, mediante o "deixar morrer" de milhões de pessoas justamente para garantir melhores condições aos primeiros. **Segundo Foucault (2005), toda biopolítica é também intrinsecamente uma tanatopolítica.**[62]

Foucault caracteriza o biopoder comparando-o ao poder disciplinar:

> Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.
>
> Vis-à-vis com o processo de transformação do capital, que caminha para sua fase monopolista (no viés econômico) e imperialista (no viés político), no século XIX, poder disciplinar e biopoder passam a constituir uma unidade, por meio da eclosão da sociedade normalizadora, cujos mecanismos de regulação e correção produzem, avaliam e classificam as anomalias do corpo social, ao mesmo tempo em que as controlam e eliminam. (Foucault, 2005, p. 288-289)

Ambas as tecnologias de poder se somam, se sobrepõem. A microfísica do poder disciplinar se alastra ao controle social pela macrofísica dos manejos dos grupos, das massas, da "espécie". A micropolítica do discurso disciplinar encontra a macropolítica

---

[62] Do grego *thánatos*: morte. Tanatopolítica seria a governamentalidade que administra a morte como estrutural ao sistema, uma "política de gerenciamento da morte".

das políticas públicas de assistência social, da epidemiologia, da saúde coletiva, das políticas previdenciárias e da gestão governamental do desemprego.

> Se não há contradição entre poder disciplinar e biopoder, os quais têm nos processos de normalização sua base comum, não se pode deixar de notar que a introdução da biopolítica impôs uma mutação no curso das pesquisas genealógicas de Foucault. (Duarte, 2008, p.3)

Agora surge um novo personagem que nem a prática disciplinar nem o direito conheciam, pois estes lidavam com o indivíduo-corpo e com a população. Há de se lidar (e buscar gerenciar) um novo corpo: "corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de população" (Foucault, 2005, p. 292). A biopolítica lida com a população, sendo esta população um problema político, problema simultaneamente científico e político, ou seja, biológico e de poder.

Outras duas considerações muito importantes sobre a lógica biopolítica referem-se, primeiramente, sobre o caráter dos fenômenos que passam agora a ser de valioso registro: neste momento não importam mais os dados sobre os corpos individuais, mas sobre fenômenos que só ocorrem às massas, aos grupos. A partir daí essa tecnologia de poder vai implantar mecanismos diferentes do que os vistos nos aparelhos disciplinares. Na biopolítica, importam os dados e as tentativas de se prever dados gerais que recaem sobre a população, como o aumento da taxa de natalidade e a preocupação de se baixar a morbidade. Trata-se, portanto, de se estabelecer mecanismos reguladores de controle.

> Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e

> de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (Foucault, 2005, p. 294)

Dessa forma, a gestão da saúde dos cidadãos e, principalmente, da saúde dos trabalhadores, conforme iniciamos a vislumbrar em nossa dissertação de mestrado (Barros, 2010), torna-se um processo de obtenção de conhecimento sobre os funcionários e de busca a intervenções de regulação da massa trabalhadora.

Por exemplo, uma política de governamentalidade biopolítica é a gestão do tempo de trabalho em frigoríficos. As empresas frigoríficas, após se apropriarem das pesquisas de adoecimento dos trabalhadores em suas linhas produtivas, passaram a utilizar esse conhecimento sobre o tempo médio que o corpo individual do trabalhador demora para adoecer (como LER e problemas na coluna) e passaram a criar políticas de demissão baseadas nesse tempo médio. Se, em algumas funções, os trabalhadores adoecem após dois anos de trabalho, estes passam a ser *gerenciados* de forma a serem demitidos pouco antes da lesão se tornar sintomática, de forma a dificultar o estabelecimento de nexo causal entre a atividade exercida e os problemas de saúde decorrentes. Essa gestão da vida, como se pode notar, não necessariamente exclui a morte do campo de variáveis. Baseia-se em estudos individuais para, então, constituir uma política empresarial: esse é o caminho da governamentalidade biopolítica.

Se essa modalidade de controle assinalava, segundo Foucault (2005), uma recentralização dos poderes, antes descentralizados pelas instituições disciplinares, as empresas capitalistas se apropriaram dessa lógica biopolítica após o enfraquecimento do Estado social para gerenciar a saúde de seus trabalhadores. Para além da lógica disciplinar, focada no corpo, passamos a ter intervenções baseadas em controles estatísticos, focadas na massa, na *população*.

> Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e

> que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (Foucault, 2005, p. 294).

Após o sistema de poder engendrado pela soberania ter se mostrado inoperante para o controle econômico e político de uma sociedade nascente, a qual deixava escapar diversas possibilidades de ação de seus sujeitos, promoveu-se, portanto, essas duas acomodações: uma sobre o corpo individual, disciplinar, com vigilância e treinamento e a outra sobre os fenômenos globais, de população, com processos biológicos ou biossociológicos das massas humanas.

A lógica do controle disciplinar surgiu antes, no século XVII (Foucault, 1997), dentro de quartéis e hospitais, por exemplo, enquanto que a lógica biopolítica só seria melhor engendrada ao final do século XVIII (Foucault, 2008a) sobre os fenômenos globais. Ambas fazem parte de um mesmo complexo de poder, ao qual Deleuze (2005) nomeará de sociedade de controle. Apesar de dispostas a fenômenos diversos, ambas convivem coerentemente depois de implantadas.

> Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organo-disciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a bio-regulamentação pelo Estado. (Foucault, 2005, p. 298)

Contudo, não devemos ver uma oposição entre Estado e instituição. Foucault (2005, 2008a) alerta para a continuidade do engendramento do poder através dessas instâncias. O poder disciplinar e o regulamentador-biopolítico, por não se sobreporem, se complementam. Exemplos disso podem incidir sobre as campanhas para se disciplinar os cidadãos a pouparem e se vincularem a uma política de assegurar um envelhecimento sadio. O tema do biopoder surge no primeiro volume de *História da sexualidade* justamente porque a sexualidade está circunscrita tanto no corpo quanto na espécie. Disciplinar os corpos para uma suposta prática segura atrela-se à manutenção de uma população economicamente produtiva. Dessa maneira, ao retomar e ampliar estas análises em seu curso no Collège de France em 1976 (Foucault, 2005), a medicina será

analisada com uma das formas de saber-poder que incide sobre o corpo e sobre a população, tendo, portanto, efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores.

> De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a "norma". A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço […] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (Foucault, 2005, p. 302)

Porém, se a biopolítica traz também uma tanatopolítica, como compreender que um poder que busca *fazer viver* traga, dialeticamente, seu oposto, o *deixar morrer*? Para Foucault, opera nesse momento um novo funcionamento de estratificação social interno à sociedade que, inicialmente, se pauta pelo racismo. Um racismo que ele chama de *racismo de Estado* (Foucault, 2005). Isso possibilita um discurso que promove a estratificação e a subdivisão da população, se não em raças, mas em uma noção de sub-raça, subespécie ou anormalidade.

Se esse racismo de Estado tem como função primeira a divisão social em subgrupos, terá também uma função positiva, instaurando uma noção bélica interna (tal como uma guerra civil que, aliás, terá posteriormente sua nítida relação com a luta de classes). Para Foucault, passa a ser tomada como verdade a lógica expressa na norma "quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá" (Foucault, 2005, p. 305). Essa é a relação guerreira: "para viver, é preciso que você massacre seus inimigos […] se você quer viver, é preciso que o outro morra" (p. 302).

A morte do outro, nesse contexto biopolítico, não significa apenas a segurança pessoal, mas simboliza uma suposta luta que gera purificação social. Como veremos, não é por acaso que não apenas Estados totalitários possam comportar tal lógica, mas essa noção de darwinismo social existirá de forma ampla em economias de mercado.

Aqui, ao contrário do poder soberano que exerce a morte, *faz morrer*, ou *deixa viver*, vemos um Estado que vai cuidar de uns, *fazendo-os viver*, e dos demais, *deixando-os morrer*.

Conforme visto no capítulo anterior, o desamparo a trabalhadores precarizados e o fato de vivermos numa economia em que o desemprego é estrutural à manutenção do *status quo* são indícios claros de uma lógica biopolítica que opera, sem relutância, em criar bolsões de sujeitos entregues ao "*deixar morrer*".

Ao contrário do poder soberano, que demonstrava sua potência ao criar a morte, o poder biopolítico revela-se no seu inverso: não almeja controlar a morte, mas gerenciar a mortalidade. É dessa forma que a gestão da vida em ambientes de trabalho passa a ter toda uma ciência para conhecer e dominar os fenômenos de acidentes de trabalho. A empresa quer controlar a mortalidade, exercer sua potência de "fazer viver". Essa perspectiva, entretanto, não se desvincula da noção de pureza à qual Foucault (2005) articula o desenvolvimento da lógica biopolítica. Se, no racismo de Estado dos primórdios da biopolítica,[63] a morte na guerra não era vista como aquilo que enfraquecia o Estado, mas justamente o contrário – a morte dos "mais fracos" era percebida como purificação da população –, no caso das empresas capitalistas, por exemplo, vemos os acidentes de trabalho sendo concebidos como "revelação" do trabalhador que portaria em si a *propensão ao acidente* (Szasz, 1984). Nesta ótica, a retirada do acidentado deve, portanto, aumentar a sensação de segurança dos remanescentes. Mantém-se a culpa no indivíduo isolado, tomado como inferior (ou sub-raça, degenerado ou anormal). Procura-se em sua biologia a fraqueza, nesse caso a existência da suposta propensão ao acidente.

Enquanto o poder soberano medieval se fazia presente pelo "fazer morrer", ou seja, pelo direito soberano de matar ou então ignorando os sujeitos, "deixando-os viver", o estado biopolítico moderno se apresenta pelo "fazer viver" ou "deixar morrer". Na IES pesquisada apresentam-se duas "espécies", duas massas governadas de forma completamente diferente.

---

[63] Foucault retoma para tanto a questão da Alemanha nazista.

De um lado, percebe-se a preocupação em *fazer viver* pelo Estado: um grupo, composto pelos servidores públicos, possui direitos trabalhistas como estabilidade, férias, assistência médica por empresa privada, décimo terceiro salário, previdência social e os afastamentos justificados por problemas de saúde não são descontados, dentre outras condições que transformam esse grupo em uma "espécie" valorizada, que precisa ser protegida da morte.

Porém, juntamente a esse grupo, convivem neste ambiente de trabalho sujeitos expostos a uma governamentalidade cuja *norma* está suspensa, ou, pode-se dizer, *flexibilizada*. Esses sujeitos, os trabalhadores terceirizados, compõem um grupo cujas férias e décimo terceiro salário não são uma realidade há anos, devido à troca de empresa gerenciadora de mão de obra anualmente. Trabalhadores que, apesar de compartilharem o mesmo ambiente, não compartilham o mesmo mundo do trabalho: suas faltas justificadas por atestados médicos precisam ser pagas, pois a empresa terceirizadora se compromete a uma quantidade fechada mensal de "horas trabalhadas", de forma que um atestado de saúde para afastamento de um trabalhador por um dia irá gerar um déficit de oito horas ao fechamento do mês. Diversos trabalhadores permaneceram por meses sem carteira assinada, antes da vigência do contrato com a atual tomadora de mão de obra. Esse grupo, segundo a caracterização biopolítica ligada à guerra,[64] não deixa de ser tratado como grupo de subcidadãos entregues à própria sorte. "Subespécie", "sub-raça" ou mesmo "cidadãos de segunda categoria" quando comparados àqueles cuja preocupação do Estado é zelar pela vida. A estes, ao contrário, vemos a face biopolítica do "deixar morrer", ou seja, do desatrelamento de sistemas de direitos e segurança que são disponibilizados aos servidores públicos.

Se inicialmente, na argumentação de Foucault, essas segregações de simbolismo racial eram encontradas nos estados fascistas, onde uns deviam ter sua vida protegida ativamente pelo Estado enquanto outros deviam ser entregues ao acaso, vemos que os

---

[64] O tema da Biopolítica em Foucault aparece de maneira um pouco diferente de acordo com o objeto de análise. Assim acontece com a análise biopolítica da segurança previdenciária, da sexualidade e da questão racial intrínseca às guerras. Para um estudo detalhado sobre as conformações biopolíticas em Foucault, conferir Fahri Neto (2007).

Estados modernos não (oficialmente) fascistas também comportam tal racionalidade biopolítica e as operam pelo acesso diferenciado aos sistemas de segurança social e de direitos trabalhistas. Um caso relatado pelos próprios servidores da instituição pesquisada referia-se à assistência médica aos funcionários. O Estado, pelo Sistema Único de Saúde, afirma prover a todos os cidadãos assistência médica gratuita e de qualidade. Porém, na IES acompanhada, os servidores públicos concursados recebem subsídio para plano de saúde privado com uma empresa privada contratada pelo poder público. Ou seja, o Estado sabe que aquilo que disponibiliza à população pelo SUS não é adequado para "fazer viver" de fato.

5.4) Desfiliação e tanatopolítica

Retomando a argumentação de Castel (2013), as políticas neoliberais têm diminuído os lugares ocupáveis na estrutura social mediante a precarização dos empregos e pela flexibilização dos direitos trabalhistas. Segundo Castel (2013), boa parte desses *supranumerários* passa a ter "a precariedade como destino" (Castel, 2013, p. 528).

Àqueles que não conseguem encontrar empregos e não possuem condições de se entregar à extrema qualificação para, mesmo que alternadamente, se manter empregados, a desfiliação passa a ser "a questão social" propriamente dita.

> Esta inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político. Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas. […] Porém, o problema é o próprio fato de sua existência. Dificilmente podem ser considerados pelo que são, pois sua qualificação é negativa – inutilidade, não forças sociais – e em geral são conscientes disso. (Castel, 2013, p. 530)

Após uma sociedade cujo Estado foi tomando cada vez mais o papel de integrador dos indivíduos, sua fragmentação levou à precarização dos vínculos trabalhistas e sociais. Àqueles cuja estrutura relacional, principalmente familiar, não for

forte o suficiente para compensar a precariedade do trabalho, resta a ameaça da "vida ao aleatório", a ameaça da desfiliação.

Nesse sentido, a lógica biopolítica encontra nos supranumerários aqueles que ela *entrega à sua própria sorte*. As políticas de inserção, tal como a Renda Mínima de Inserção na França ou os programas de distribuição direta de renda no Brasil, mesmo que paradoxalmente, buscam minimizar a instabilidade social gerada pelas mudanças produtivas após a década de 1970.

Algumas funcionárias terceirizadas acompanhadas nesta pesquisa eram contempladas com o Bolsa Família. Nesses casos, as funcionárias haviam sido duplamente atingidas pelas mudanças das políticas econômico-sociais. A flexibilização dos contratos de trabalho gerou uma precarização que, se não fosse alvo de intervenção, geraria instabilidade social ainda maior. Logo, são vítimas da flexibilização e precarização do trabalho ao mesmo tempo que são público alvo de programa de distribuição de renda.

Porém, apesar do contexto dessa condição ser complexa, o discurso que recai sobre elas incide única e exclusivamente sobre sua "utilidade". As funcionárias que recebiam o Bolsa Família não foram diretamente entrevistadas, pois, segundo colegas, sentiam vergonha desse fato. Segundo algumas entrevistadas, a vergonha vem do discurso de que aqueles que recebem Bolsa Família o fariam por "vagabundagem". Ou seja, há um retorno às falas do "mau pobre" (Castel, 2013), culpabilizando o pobre por sua pobreza, mesmo que este trabalhe e seja, justamente, o de trabalho menos protegido.

5.5) Governamentalidade e o abandono dos terceirizados

Antes de prosseguirmos a argumentação que nos levará ao papel do atual Estado moderno na gestão da vida humana e o papel que o liberalismo terá nesse processo, torna-se necessário retomar o desenvolvimento da "arte de governar", ou governamentalidade.

Foucault (2008b) anuncia que surge nos séculos XV e XVI uma literatura anti-Maquiavel que procurava aplicar a *economia*, entendida nessa época como a arte da

gestão da família pelo chefe da casa ao utilizar-se de procedimentos que permitissem tanto gerir as pessoas, à propriedade e seus recursos.

Nesse momento, a arte de bem governar o Estado seria uma tentativa de se aplicar o modelo de gestão da família em nível macro. Para Foucault, o mercantilismo teria sido o primeiro momento em que a gestão familiar fora utilizada, porém esta haveria fracassado, pois recorria às mesmas estratégias do poder soberano para fazer-se presente, ou seja, leis e regras que buscavam ampliar o território e o poder do soberano.

No decorrer do século XVII, com a expansão demográfica, aumento da produção agrária e abundância monetária devido às colônias europeias, os Estados passaram a buscar uma nova forma de governar, agora se pautando na *economia política* (Ambrózio, 2012).

> […] a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza etc., se constituirá uma ciência que se chamará economia política, e ao mesmo tempo um tipo de intervenção característico do governo: a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (Foucault, 2008b, p. 140-141)

A derrocada da soberania como paradigma de governo e o desenvolvimento da governamentalidade apresentou, segundo Foucault, três maneiras diferentes de governar. Teremos então um período conhecido como “pastoral cristã”, um período marcado pela razão de Estado e um período caracterizado pelo liberalismo.

Na pastoral cristã, o Estado ainda não possuiria em si mesmo sua razão de existência. Presente na época medieval, teríamos duas grandes forças. A Igreja, por um lado, com a responsabilidade de cuidar da condução dos homens rumo à salvação, e o

soberano, por sua vez, encarregado da manutenção do território enquanto os homens não fizessem a passagem anunciada pela Igreja.

Entre os séculos XVI e XVII, o objetivo da pastoral perde centralidade, e o Estado passa a adquirir sua razão de ser em si mesmo, baseado na concorrência com os demais Estados. Para Foucault, existem três sustentáculos para a criação desse espaço comercial entre os Estados europeus. Em primeiro lugar, a criação de um aparato diplomático-militar, que garantiria o equilíbrio de forças entre os Estados e diminuiria a possibilidade de um deles buscar dominar os demais e constituir-se em um Império. Haveria também a ideia da balança europeia, com a função de servir como uma limitação externa à razão de Estado e, por último, a criação de uma força policial (Estado de polícia) constante e ilimitada que, diferentemente das limitações externas impostas pelos outros Estados, não conheceria, internamente, limite algum, mas objetivaria fazer crescer de dentro as forças necessárias para o fortalecimento do Estado em concorrência.

Segundo Foucault: “A limitação do objetivo internacional do governo segundo a Razão de Estado, essa limitação nas relações internacionais tem por correlato a ilimitação no exercício do Estado de polícia” (Foucault, 2008a, p. 10-11).

Após a pastoral cristã e a razão de Estado, surge o liberalismo, que traz consigo uma imanente desconfiança em relação a esse Estado, que “governa sempre demais”. A racionalidade governamental de caráter liberal, organicamente desconfiada do governo, se pauta pela exigência de justificação legal de sua legitimidade. Ou seja, volta-se a exigir que o Estado não possua um fim em si mesmo, devendo dirigir-se a um objetivo exterior.

> Desse modo, uma vez que o direito assumiu o papel de limitador da Razão de Estado, sobretudo em relação às suas políticas internas (o Estado de polícia), as questões fundamentais a serem pensadas se deram acerca do problema da legitimidade ou da ilegitimidade das ações governamentais. (Souza, 2012, p. 193)

Segundo Ambrósio (2012, p. 54), se com a razão de Estado os objetivos internos de governo eram ilimitados e necessitavam de limitadores externos, no liberalismo o ato de governar encontrará uma limitação interna. Ao dirigir-se a uma causa externa, o

liberalismo clássico colocará a sociedade civil como justificativa de sua existência e transformará o mercado no sustentáculo das intervenções do governo por parte do Estado.

> No Liberalismo Clássico, essa possibilidade de atenuar-se cada vez mais o governo da sociedade civil pelo Estado assentava-se no credo de que os indivíduos eram naturalmente materialistas e individualistas, ou seja, não haveria a necessidade de um governo da sociedade civil porque naturalmente seus indivíduos constituintes buscavam satisfazer suas necessidades por meio de um aumento de suas riquezas alcançado por meio de uma atividade individual e utilitária dos mesmos assegurando, nesse percurso, sua auto-organização, extinguindo, por conseguinte, a necessidade de uma intervenção por meio do Estado nesse nível da realidade: ao Estado, caberia apenas observar e reconhecer as leis que emanariam naturalmente daquele espaço de concorrência e abster-se de intervir para não atrapalhar o seu natural desenvolvimento". (Ambrósio, 2012, p. 55)

Em 1929, porém, vislumbrou-se que a ação descontrolada das atividades econômicas individuais não levou a um equilíbrio da sociedade civil. Dessa forma, o neoliberalismo passou a operar com uma intervenção forte do Estado sobre a sociedade civil para garantir que o mercado haja como regulador da sociedade (Ambrósio, 2012, p. 56).

Segundo Foucault (2008a), o Estado precisa intervir na sociedade para que os mecanismos concorrenciais possam ter o papel de reguladores. Essa intervenção possibilitará seu objetivo: a constituição de um regulador geral da sociedade.

> O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. **É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado**. (Foucault, 2008a, p. 165, grifos nossos).

O neoliberalismo, portanto, não deve ser caracterizado apenas pelo enxugamento das atividades governamentais perante a sociedade civil, mas "o que marca o exercício dessa estratégia de poder é seu alastrar-se pela sociedade civil produzindo essas individualidades que promovam a redução de certa regulação estatal" (Ambrósio, 2012, p. 57).

> Hardt e Negri, em suas análises do Império, insistem na dimensão produtiva do biopoder, pois o exercício do poder imperial acontece num contexto biopolítico. O sujeito é produzido dentro de um processo biopolítico de constituição social.
>
> Não existe apenas um controle sobre a vida, mas o próprio contexto biopolítico em que essa vida se desenvolve é constituído pela máquina imperial. A ontologia dessa produção mudou substancialmente na nova ordem mundial, pois não se trata mais de um controle do Estado. **Hoje são as grandes corporações industriais e financeiras que não só produzem mercadorias, mas também subjetividades**.
>
> Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico, produzindo necessidades, relações sociais, corpos e mentes ou, em outras palavras **produzem produtores do sistema**. As indústrias de comunicação jogam um papel de destaque, como legitimadoras da máquina imperial, nessa produção de subjetividades. Como fruto desse processo integrador, o Império e seu regime de biopoder tendem a fazer coincidir produção econômica e constituição política. (Junges, 2011, p. 173)

Pode-se relacionar, portanto, a diminuição do Estado, inclusive tal como proposta pela Reforma de Estado no Brasil da década de 1990, com a entrega desse espaço de legislação social, de instauração da *norma* (Foucault, 2008a), para as empresas privadas do mercado capitalista.

As empresas capitalistas, dessa maneira, passariam a exercer o poder biopolítico do *deixar morrer*, aplicando àqueles que são desempregados, precarizados ou terceirizados, como os entrevistados nesta pesquisa.

Se, no Estado de bem-estar social, haveria o perigo de aplicação dessa lógica, principalmente em casos como o dos estados fascistas, em que os "outros" (imigrantes etc.) são considerados subcidadãos (às vezes nem isso: subespécie ou sub-raça, como

no nazismo), atualmente o uso dessa lógica tem migrado às empresas de mercado pelas políticas de concessão, privatização e terceirização neoliberais.

O Estado social, agindo como elemento integrador da sociedade, ao fragmentar-se ou diminuir-se por políticas neoliberais, acaba por permitir que a prática biopolítica de "cuidar dos cidadãos" seja, progressivamente, assimilada pelas empresas: **a governamentalidade exercida pelo capital**.

De uma forma perversa, a diminuição do Estado, que corresponde a um anseio do liberalismo clássico (Foucault, 2008a), pensada inicialmente para diminuir o poder que este poderia concentrar, acabou paradoxalmente entregando esse poder a instituições que se revelaram mais déspotas do que os Estados fascistas.

> A crise do Estado de Bem-Estar leva à diminuição da esfera pública ou ao gradual desaparecimento da identidade entre bem público e direitos. Essa diminuição, na medida em que é determinada pela destinação do fundo público ao capital, significa a ampliação da esfera privada. Sob essa perspectiva*, podemos definir politicamente o neoliberalismo como encolhimento da esfera pública e ampliação da esfera privada* (Chaui, 2006, 317).

A questão que se coloca, portanto, refere-se mais ao enxugamento do espaço público do que, efetivamente, diminuição da amplitude do poder do Estado.

Isso, porém, não corresponderia a uma diminuição do Estado que viesse, portanto, a enfraquecê-lo. Se, segundo Agamben (2010), um Estado que suspende a lei e entra em estado de exceção fica mais forte ao invés de enfraquecer, pois pode fazer aquilo que constitucionalmente não lhe era permitido, aqui propomos semelhante funcionamento lógico do aparelho de Estado. A política neoliberal, para fortalecer o mercado (e governar tendo-o como fator de veridição), precisaria que todos os trabalhadores fossem "dispensáveis": mercadorias circulando no sistema. Por não poder tratar os servidores públicos, com direitos adquiridos, como dispensáveis, ele "diminui" seu tamanho e entrega essas funções às empresas terceirizadas. Dessa forma, pode flexibilizar e precarizar o trabalho daqueles que atuam em suas instituições. A analogia mais direta e cruel retoma à antiga prática de se contratar mercenários para a realização

do “trabalho sujo”: já que o Estado não pode precarizar, demitir e subcontratar pessoas, ele “*supostamente diminui*” seu tamanho para agenciar empresas privadas de terceirização que farão essas práticas para ele.

Ao abrir-se às terceirizações, o Estado diminui de tamanho, mas não diminui em termos de poder. Aliás, essa suposta diminuição de tamanho cria as “zonas de exceção”, que tendem a virar a regra (a *norma*), em que o trabalho que era realizado por servidores públicos passa a ser realizado por temporários, subcontratados e/ou terceirizados.

O exemplo do pedreiro servidor público, remanescente da década de 1980, e dos demais pedreiros terceirizados analisados nesta pesquisa traz essa situação da forma mais trágica possível: alguns trabalhadores terceirizados se questionavam sobre o que faria aquele ter direitos enquanto os atuais pedreiros não poderem sequer “ficar doentes”.

Aqui retomamos a argumentação de Agamben (2010) sobre o paradoxo da soberania: um Estado que parece retirar-se, mas que, na realidade, instaura-se de forma absolutista, podendo realizar aquilo que era justamente contra as regras que lhe dão sustentação. O Estado mínimo neoliberal, portanto, também é máximo: pode muito mais que o Estado social. Pode gerenciar trabalhadores precarizados, demitir, subcontratar e atuar como uma empresa capitalista de mercado.

> Não se trata mais de tentar reduzir as desigualdades, mas de deixar o máximo de margem ao mercado, controlando apenas as consequências mais extremas do liberalismo. (Castel, 2013, p. 540)

O Estado mínimo neoliberal minimiza-se em tamanho, mas agrega poderes empresariais de gestão pelo trabalho precário. Se o Estado social se define pelo “fazer viver”, o Estado mínimo neoliberal expressa-se, ao contrário, pela dimensão do “deixar morrer”, pela sua ausência frente aos precarizados e supranumerários, explicitando que toda biopolítica também é uma tanatopolítica.

Segundo os documentos da reforma do Estado da década de 1990, “o papel do Estado é proteger seus cidadãos” (Bresser-Pereira, 1997, p. 14).

A reforma proposta, com a precarização de grande parte da população, foi proposta para *proteger os cidadãos,* o que nos leva a duas possibilidades: ou o

documento se apresenta incoerente, pois as medidas adotadas efetivamente não protegeram os cidadãos ou, por outro lado, nem toda a população foi tomada como cidadão a ser protegido. Daí deriva-se a seguinte questão: para quem foi feita a reforma do Estado brasileiro na década de 1990? Quais os sujeitos-cidadãos a serem protegidos?

Na face biopolítica relativa à guerra, para Foucault (2008a), o racismo é um conceito chave. É na aproximação da biologia com a sociologia que surgem conceitos que biologicizam o social: *o conceito de adaptação ao meio*, cerne da "inteligência" darwinista, passa a ser tomado como saber aproveitar as oportunidades, saber reinventar-se ou a própria "competência pró-atividade" do modelo japonês: *a flexibilidade é a adaptação*. Aqui, a meritocracia, enquanto conceito necessário para a aceitação teórica do neoliberalismo, é fundamental: o mérito seria "quase biológico", pois estaríamos todos "na mesma selva". O liberalismo argumenta em prol da não intervenção do Estado quase como um clamor de justiça àqueles que estão melhor posicionados. Um Estado que "protege demais", conforme já anunciado pelo nazismo alemão, enfraquece a nação: é "melhor" que alguns fiquem para trás. A meritocracia dialoga com uma suposta purificação da espécie. Dessa maneira, o toyotismo sistêmico (Alves, 2002), que surge no pós-guerra, nunca saiu do campo de batalha e tem colocado os trabalhadores precarizados como pelotão de frente na guerra, justamente a posição que deixa menos sobreviventes.

Cap. 6) Cotidiano, trabalho e política: articulações para repolitizar o ambiente de trabalho administrado

> "Como disse Marx, qualquer criança sabe que uma formação social que não reproduzisse suas condições de produção ao mesmo tempo que as produzisse não duraria um ano." (Althusser, 1996, p. 105)

Para Althusser, toda formação social, ao mesmo tempo que produz, tem que reproduzir as condições de sua produção. Portanto, teria que reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. A reprodução da força de trabalho, nesse sentido, adquire destaque: não bastaria preparar os trabalhadores de forma a se qualificarem, estes também precisariam compreender a inevitabilidade do sistema de cargos e postos de trabalho.

A argumentação althusseriana possui grande poder analítico, porém encontra seus limites em cotidianos como o escolar ou o fabril, reduzindo-os a meros reprodutores da ideologia dominante sem possibilidade de emancipação.

No caso da pesquisa com os trabalhadores terceirizados, verificou-se um uso absolutamente tático da situação de entrevista em grupo. Quando pude conversar com as funcionárias terceirizadas, foi comum o fato de alguma trabalhadora "desautorizar" o pesquisador a utilizar o que seria dito na conversa em grupo. O motivo era tão claro quanto espontâneo: "*Olha, estou cansada e não estou conseguindo pensar bem no que estou dizendo, então essa conversa aqui você não escreve depois, tá?*", pedido este sempre acatado pelo pesquisador, conforme "contrato" estabelecido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Apesar de não trazer o conteúdo dessas conversas, esses momentos foram cruciais para o desenrolar desta tese, pois constituíram a possibilidade de compartilhar momentos cotidianos, principalmente na área da copa das funcionárias. Mais do que isso, foram momentos em que a condição de pesquisa qualitativa mostrava nuances em direção à pesquisa participante e, principalmente, pesquisa-ação.

Se esta tese pressupõe, como está claramente explicitado na introdução, um ambiente marcado pela violência do trabalho "flexibilizado" e desamparo de direitos trabalhistas, acompanhamos Montero (2008) sobre a dimensão ética presente nas

pesquisas com seres humanos em situação de injustiça, na qual toda investigação nessas circunstâncias, caso se proponha neutralidade, inevitavelmente estará optando pela manutenção da violência investigada. Nesses momentos de conversas "desautorizadas" a serem transcritas, o que mais importou, entretanto, foi sua função enquanto pequeno grupo de reflexão generalista (Heller, 1977), ou seja, um grupo em que temas gerais poderiam aparecer, para além daqueles especificamente utilitaristas necessários à manutenção do trabalho.

Se as preocupações do cotidiano "alienado" remetem à particularidade de sua reprodução, como a preparação do almoço e organização dos instrumentos de trabalho, por exemplo, as reflexões "genéricas", por outro lado, propiciavam conversas sobre aquilo que remete à generalidade da espécie humana, notadamente a política.

Foi numa dessas conversas que um debate político sobre os candidatos à presidência do Brasil ocorreu entre as funcionárias. Cada uma falou em quem estava pensando em votar ou se estava indecisa e trocaram percepções sobre os candidatos. Quando perguntei sobre o que elas sabiam da proposta de cada candidato sobre a terceirização, apresentou-se um interessante estranhamento. A terceirização era vista como dado técnico, na medida que "quem entende escolheu assim" e, portanto, não se dava enquanto *questão política*, passível de debate e diferentes perspectivas.

Nessa conversa, foi relembrado, pelas trabalhadoras, o caso de Walter, pedreiro concursado, servidor público da IES (afastado para tratamento de um grave problema de saúde nos meses de realização desta pesquisa). A questão que surgiu remetia a "quando ele entrou", qual o ano, qual a época e, consequentemente, "qual o presidente daquela época". Em seguida, se perguntaram "qual o presidente que acabou com o concurso para pedreiro" e traçaram paralelos com um dos então candidatos à presidência do Brasil, nas eleições presidenciais de 2014.

O "pequeno grupo reflexivo" (Heller, 2008) permitiu questionamentos sobre candidatos que postulavam a necessidade do Estado mínimo, inclusive com a privatização da Petrobras e a perspectiva de ampliação da terceirização nas instituições públicas.

As funcionárias que participaram dessa conversa afirmaram não ser comum esse tipo de assunto durante a jornada de trabalho, por diversas questões. Primeiro, porque estão sempre ocupadas, trabalhando. Em segundo lugar, pois caso não estejam

trabalhando, a instrução é “procurar trabalho”. Em terceiro lugar, caso o trabalho tenha acabado e não encontrem coisas a fazer, a instrução é repetir o trabalho, ou seja, limpar novamente o que já foi limpo, para mostrar serviço aos funcionários da universidade. É notável a preocupação de mostrar-se útil e necessário, devido ao constante medo de diminuição de verba e diminuição de corpo de trabalhadores terceirizados. Por exemplo, caso tudo esteja pronto, limpo e arrumado, essas trabalhadoras não se sentem à vontade de ficar na copa conversando, pois estariam demonstrando que “está sobrando trabalhador”.

Porém, a presença do pesquisador alterava a percepção da ocupação do ambiente da copa. Elas se sentiam mais à vontade de permanecer sentadas nas longas mesas debatendo junto ao pesquisador, pois estavam “ocupadas” participando da pesquisa. É importante ressaltar que o pesquisador sentava-se sempre por último, aguardando que as funcionárias designassem um “lugar vazio” a ser ocupado e este lugar era sempre o que ficava na frente da porta. Quem ali passava via, primeiramente, o pesquisador, como se fosse alguma reunião “de trabalho”.

Segundo Patto (1993), a crítica à visão da instituição social como sendo tão somente um espaço que reproduz a ideologia dominante chega ao Brasil com a leitura gramsciana, criticando as teorias crítico-reprodutivistas e buscando trazer a dialética novamente para o debate. Necessitaríamos, portanto, de uma teoria que possibilitasse o estudo das instituições como articuladas organicamente à estrutura das formações sociais, articulação esta não mecânica, mas dialética, na qual pudessem ser apreendidas como lugar de controle estatal e de apropriações desse controle pelos seus destinatários, como lugar de dominação e de rebeldia, de reflexo e de criação (Patto, 1993, p. 120).

Compreender as instituições, seja a universidade, a escola, a fábrica etc. requer o uso das grandes categorias sociais, como classes, Estado e outras, mas requer também que se evite a transferência mecânica desses conceitos para qualquer cotidiano, pois foram "elaborados e definidos como objetos de estudo pertencentes a outro nível" (Patto, 1993).

Dessa forma, os grupos de conversa e entrevista desta pesquisa atuaram como um facilitador para a reocupação do espaço de trabalho como um lugar que voltasse a comportar os assuntos gerais, políticos, temas para além das tarefas cotidianas ligadas

ao imediato. Ressaltamos também que a atitude de conversar sobre o trabalho, analisar e criticar a organização das tarefas passou a ser vista como uma atividade produtiva, criativa, ao invés de surgir carregada de culpa pela sensação de se estar "burlando" o trabalho. Se inicialmente os grupos de conversa sobre o trabalho terceirizado eram vistos como uma transgressão dentro da jornada de trabalho, nos grupos finais essa atividade já parecia mais natural às trabalhadoras, como afirmou uma funcionária terceirizada: "*Pra mim, pensar o trabalho também é trabalhar*".

Se Heller traz à tona a subjetividade do sujeito de volta ao pensamento materialista histórico, do qual havia sido banido (Patto, 1993), ela não o faz sem definir o campo de atuação desse sujeito: "este indivíduo não seria abstrato ou excepcional, mas o indivíduo da vida cotidiana, isto é, o indivíduo voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência" (p. 124).

A vida cotidiana ganha força enquanto espaço de pesquisa e ação, pois percebe-se que não existe uma separação entre uma superestrutura tal como postulada por Marx e a vida diária das pessoas. É também na segunda metade do século XX que Foucault (1997) teoriza a dissolução do Estado como centralidade de poder, e vai além: o poder não seria uma coisa a ser possuída, mas uma prática, que pode ser engendrada por qualquer um, mesmo numa posição aparentemente desprovida de poder.

Para Heller, o cotidiano é palco de submissão e rebeldia, onde se engendram essas práticas de poder desatreladas ao tradicional poder estatal. Porém, o cotidiano da sociedade capitalista dificulta sobremaneira ações de questionamento da estrutura social, pois encerra os sujeitos no que chama de "*particularidade*". Heller utiliza-se do termo *individualidade* para se referir ao indivíduo que tem liberdade de fazer escolhas, no entanto, para designar a condição oposta, utiliza-se do termo *particularidade* (Heller, 2008; Patto, 1993).

Seríamos sempre seres particulares e genéricos. Particulares, pois temos motivações particulares, necessidades particulares. Genéricos, pois temos uma participação na produção histórico-social geral dos seres humanos. Nesse sentido, o problema do cotidiano capitalista, ao invés da vida cotidiana de outras épocas, é que nosso modelo de produção alienado alastra-se para todas as dimensões da vida humana, inclusive a cotidiana, alienando-a também. Dessa forma, a vida em uma sociedade industrial capitalista geraria *a tendência* ao sujeito perder a noção da

totalidade social em que está inserido, passando a viver sua vida particular de forma naturalizada, sem uma crítica histórica.

Apesar dessa tendência, vemos no espaço administrado rupturas no cotidiano que se pretende heterônomo, com desvelamentos de consciências atentas ao processo histórico-político de que participam. Porém, para se captar tais sujeitos, o pesquisador precisa de uma metodologia de pesquisa que não reproduza a separação sujeito-objeto presente na ideologia taylorista de trabalho, em que um pensa (o sujeito/pesquisador) e outro executa (o objeto/pesquisado).

Heller é enfática ao afirmar que o cotidiano sob a sociedade industrial capitalista acaba transformando aquilo que é "útil" como sinônimo de "verdadeiro", tornando a atividade cotidiana em essencialmente pragmática (Patto, 1993, p. 126). Desse modo, a alienação gerada pelo modo de produção estaria presente não só no cotidiano capitalista, mas sendo irradiado para outras esferas, como a da ciência moderna, que ao se colocar sobre fundamentos pragmáticos, acaba por reforçar e reproduzir essa estrutura e sua ideologia.

> Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – "verdadeiro" ou "falso" (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social ("poder", "exploração") de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta.* Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*. (Žižek, 1996, p. 13, grifos do autor)

Dada a situação de assimetria entre os sujeitos nas instituições sociais, o pesquisador que almeja a posição de neutralidade, inerentemente opta por um lado. Heller (2008) contrapõe-se ao mito da neutralidade, pois a ciência seria sempre interessada. Para sair da reprodução da ideologia, o pesquisador precisa sair da sua própria particularidade e colocar-se frente ao humano-genérico, ao contexto histórico-político como um todo.

Dentro de um cotidiano administrado, os lugares organizacionais tendem a ser estabelecidos de forma rígida, impossibilitando negociações baseadas em diálogos espontâneos. “Papéis sociais” (Heller, 2008) apresentariam a reificação clara dos indivíduos. Nessa perspectiva, qualquer conflito é visto como anomalia, como problemático.

Apesar de o conflito ser tido como uma transgressão ao ambiente, os trabalhadores encontraram formas para exercerem poder, mesmo não possuindo um “lugar autorizado para tal”.

A reocupação do ambiente de trabalho de forma a possibilitar conversas sobre o trabalho de forma mais natural e com menos culpa retoma uma característica da pesquisa qualitativa que se projeta enquanto pesquisa-ação no campo: se bem sucedida, o trabalho de campo se encerra tendo a descrição do ambiente de trabalho imediatamente “ultrapassada”, pois após a saída do pesquisador de campo os impactos das entrevistas, rodas de conversa a análises sobre o cotidiano permitem que os trabalhadores acompanhados reocupem o cotidiano.

Nesse sentido, uma pesquisa com mesmo objetivo, métodos e base teórica neste mesmo ambiente encontrará resultados diversos do presente estudo. Se, para as ciências naturais, a não reprodutibilidade seria fator de dúvida, quando olhamos pela perspectiva da pesquisa ação em ciências humanas em um ambiente marcado pela opressão, vemos na não reprodutibilidade justamente a possibilidade de superação e ruptura das relações anteriormente cristalizadas.

Dessa maneira, por mais que esse bloco de trabalhadores precarizados esteja situado mais numa governamentalidade que evoca o abandono, a morte (*thánatos*), também existe o surgimento do *novo*, pela ruptura nas ranhuras do sistema em recriações de práticas cotidianas com maior dimensão reflexiva e crítica.

Cap. 7) Considerações finais

Esta tese, ao investigar relações entre políticas neoliberais e a subjetividade de trabalhadores terceirizados, optou por inserir-se num cotidiano extremamente problemático. Na ocasião do trabalho de campo de minha dissertação de mestrado, ao pesquisar Programas de Qualidade de Vida para Trabalhadores em diversas empresas, fui impedido de entrar em contato com trabalhadores terceirizados. Esta tese, portanto, encerra o desafio de adentrar num mundo do trabalho onde contradições, conflitos e interdições são a própria lógica de funcionamento.

Para uma compreensão deste fenômeno, seguimos o fio histórico da criação-deterioração do "lugar" ocupado por estes trabalhadores, bem como os discursos que sustentaram esse processo. Em contrapartida, pudemos levantar modos pessoais de compreensão de "como se vive" e de "como se explica" essa realidade pelos próprios trabalhadores mais afetados pelas mudanças estruturais do capitalismo: os trabalhadores precarizados e, em especial, os terceirizados. Compreender, portanto, impactos de políticas econômicas internacionais na subjetividade de trabalhadores e de como esta subjetividade se posiciona frente a estas políticas, numa práxis contínua, foi o mote para este estudo de Psicologia Social do Trabalho.

Logo, se a realidade estudada se caracteriza por contradição e luta, a tese resultante não poderia refletir consenso e paz.

Do macro ao micro e vice-versa

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1997b) afirma que a reforma do Estado significará, fundamentalmente, a "[...] introdução na administração pública da cultura e das técnicas gerenciais modernas" (Brasil, 1997b, p.18). Isto significou que o cidadão passou a ser compreendido e "administrado" na instituição pública tal como realizado pelas empresas de mercado: uma mercadoria. Antes *cidadão,* agora *mercadoria,* este funcionário dentro da responsabilidade da Administração Pública deveria ser capaz de "circulação". A palestra aos terceirizados chamada Postura

no Trabalho remetia diretamente a este fato: saber auto produzir-se, saber vender-se. Não basta o *saber fazer* típico do fordismo, é necessário também o *saber ser*: saber ser mercadoria. Porém, como afirmado em fala de funcionárias terceirizadas, esta mercadoria é "pechinchada", onde quem a oferece por menos, ganha o contrato de terceirização.

Se o Estado se enxuga, se minimiza, ele abre espaço de gestão à lógica financeira e permite-se funcionar mediante as tais "técnicas gerenciais modernas". As empresas capitalistas, ao contrário do Estado de Bem Estar Social, possuem um modus operandi assimilável ao poder do soberano: não possuem o dever de "fazer viver", na medida em que ativamente excluem funcionários de seu quadro. O "fazer viver" diz respeito, neste caso, à "pessoa jurídica" da entidade empresa.

Pela busca de maior capacidade de governança, portanto, o suposto fortalecimento do Estado se deu às custas da fragilização de toda uma parcela da classe trabalhadora e sua deterioração em direção à condição de proletariado.

Se a condição operária diferencia-se da condição proletária, pois possui certa estabilidade e acesso a toda uma rede de direitos e seguros trabalhistas, constatamos que a terceirização dos postos de trabalho de limpeza e manutenção na Universidade Pública pesquisada gerou um retrocesso na inserção econômica e social destes trabalhadores, levando-os a regredir da condição operária à condição proletária: trabalham para subsistir, subsistem para trabalhar.

Antes de políticas de regulação do trabalho, que vieram a permitir a trabalhadores estabelecerem contratos livres de trabalho, as Corporações de Ofício eram consideradas como sendo restritivas. Enquanto o liberalismo procurou "liberar o trabalho" e permitir o contrato livre, a segurança perante o amanhã foi comprometida e a condição assalariada foi assimilada à indignidade. Para confrontar a instabilidade gerada, redes de proteção aos trabalhadores foram sendo tecidas e o trabalho assalariado chegou a ser tomado como a porta de entrada para um mundo de estabilidade, principalmente nos lugares onde mais de estruturou formas de Estado Social.

Porém, o neoliberalismo, em práticas como a terceirização de mão de obra, acabou por retomar o trabalho intermediado que restringe o próprio acesso ao trabalho livre. Esta regressão, porém, se fez sem retomar o que a corporação de ofício fornecia

de forma compensatória: a segurança de participação em uma comunidade. Os trabalhadores terceirizados dependem, conforme os terceirizados afirmaram, de algumas poucas empresas terceirizadoras de mão de obra que possuem o controle dos empregos terceirizados na cidade. O que se constata é um neoliberalismo que se contradiz enquanto liberalismo, pois os trabalhadores são reconduzidos à tutela de corporações: a tutela das empresas terceirizadoras de mão de obra.

As regulações do trabalho e, principalmente, o estabelecimento de toda uma rede de apoio e seguros à classe trabalhadora permitiram que "ser assalariado" fosse transformado em motivo de orgulho e participação social. Mesmo sem possuir propriedades, o acesso ao mundo do trabalho garantia uma vida com razoável estabilidade e segurança.

Porém, conforme as experiências de trabalho dos terceirizados atestam, viver sob a administração neoliberal "flexibilizou" a percepção de segurança. Não por acaso, diversos trabalhadores terceirizados afirmaram que ser contratado direto, ao invés de terceirizado, era uma condição que dava muito mais segurança. O próprio contrato da empresa terceirizada com a administração pública, sempre de tempo determinado, já impossibilitaria qualquer noção de carreira (ou futuro) na função terceirizada.

Para além desta realidade contratual, temos a experiência cotidiana na universidade pesquisada, que demonstrou aos trabalhadores ser "normal" empresas abrirem falência e não pagarem verbas rescisórias ao final do contrato ou mesmo em demonstrar que o "direito a férias" é, de fato, uma exceção: a vida ganha em trabalhos terceirizados insere estes trabalhadores no *estado de exceção* das leis trabalhistas.

Se o Liberalismo minou a segurança e criou instabilidade social suficiente para que se estabelecessem políticas públicas de compensação e direitos trabalhistas, o desmantelamento destes dispositivos a uma parte da população, entretanto, não tem sido acompanhado por uma reação crítica correspondente. Os terceirizados assim resumem sua depreciação: "não estudamos", "não conseguimos nos preparar" etc. Há a aceitação da inevitabilidade do sistema, bem como a aceitação de ser mais culpado do que vítima da degradação estrutural do emprego no Brasil. Como pudemos ver pela palestra de treinamento Postura no Trabalho, há um esforço ativo para a construção de uma subjetividade nestes trabalhadores para acreditarem que "quem quer, consegue" e "o sucesso está em suas mãos".

Este exercício de poder disciplinar que busca mais dizer a como agir e pensar, do que a extinguir comportamentos, no caso destes trabalhadores precarizados, se distingue do que vislumbramos em nossa dissertação de mestrado (Barros, 2010). Naquela ocasião o disciplinamento buscava fazer os sujeitos vestirem a camisa da empresa, ou seja, a se comprometerem de corpo e alma para a instituição. Neste caso, mais que vestir a camisa da empresa de terceirização, os discursos de cunho disciplinar internalizam a inevitabilidade do sistema socioeconômico e reforçam a suposta possibilidade de mudança pelo esforço individual: nesta dimensão da precarização, a tônica é vestir a camisa da meritocracia.

Desta forma, esta microfísica de dispositivos disciplinares reafirma e dá sustentação à macrofísica de exercícios do poder político onde grupos são entregues à própria sorte sem, contudo, possuírem condições adequadas de questionar as estruturas que criam maior ou menor vulnerabilidade social.

O ambiente pesquisado, apesar de apresentar dois grupos distintos: trabalhadores terceirizados em vulnerabilidade e trabalhadores servidores públicos assegurados, está em constante modificação, como vimos pelas greves acompanhadas. Os servidores públicos, grevistas por meses durante a elaboração desta pesquisa, protestavam contra modificações no sistema previdenciário e de carreira aos novos docentes, bem como a ampliação de contratos de docentes temporários em detrimento de novas contratações de docentes efetivos. A pauta da greve era clara: “desmantelamento neoliberal da universidade pública”. Porém, o modo como a própria pauta era apresentada indicava a não assimilação dos trabalhadores terceirizados como parte da universidade pública. Escutamos de servidores que “o neoliberalismo queria entrar na universidade pública”, numa clara alusão de que este processo não estaria ainda consolidado. Daí a pertinência em se trabalhar com a noção de “blocos” que não se identificam entre si dentro da classe assalariada: trabalhadores terceirizados, quando souberam do medo pelos servidores da precarização “entrar” na universidade, demonstraram toda a sua ironia ao pesquisador.

Por um lado, se vimos *o lugar* do trabalhador precarizado na universidade pública como mais associado às mudanças estruturais da economia, por outro foi notável o quanto este lugar era ocupado de forma ímpar pelos trabalhadores que pudemos acompanhar. O fato da grande maioria destes trabalhadores permanecerem na

instituição, *apesar* das trocas de empresa mediadora, permitiu que se estruturasse um capital social poderoso, onde os próprios trabalhadores terceirizados tinham, de fato, o poder de provocar o rompimento do contrato com a empresa mediadora de mão de obra. Porém, a alteração do tutor não modificava a relação de tutela.

Esta contradição: lutar por realizar-se sujeito em um lugar socialmente desumanizado exprime o cotidiano fraturado originado por políticas neoliberais como a apresentada no segundo capítulo. O fortalecimento da governança mediante Reforma do Estado da década de 1990, portanto, se deu – e se dá, até o momento – pela exploração de uma guerra civil no mundo do trabalho em que, dada a economia de mercado, não há território para todos.

Referências bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, n. 19, p. 71-94, nov. 2002

_____. Terceirização e precarização na USP. *Revista ADUSP*, São Paulo, Universidade de São Paulo, jan. 2010.

AMBROZIO, A.; Governamentabilidade Neoliberal. *Kínesis*, Vol. IV, n° 08, dezembro, p. 40-6, 2012.

AMORIM, E. P. C.; *Terceirização do trabalho nos serviços de saúde: aspectos conceituais, legais e pragmáticos.* 2011. Monografia (Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul.-dez. 2002.

_____. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ARAÚJO, A. P.; JESUS, M. S. B.; AQUINO, M. C.; LONGHI, M. Condições de trabalho do pessoal de um serviço terceirizado de limpeza hospitalar no ano de 2007. *Saúde Coletiva*, v. 6, n. 34, p. 244-248, 2009.

ARENDT, H. *A condição humana.* 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BARROS, S. P. *A promoção de qualidade de vida para os trabalhadores: discurso, poder e disciplina.* 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Tradução de Ivone C.

Benedetti, revisão técnica de Brasílio Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORGES, A.; DRUCK, G. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 6, n. 19, 1993.

_____. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador, v. 15, n. 37, p. 111-139, jul.-dez. 2002.

BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. *Cultura brasileira: temas e situações.* 4ª ed**.** São Paulo: Ática, 1999. p.16-41.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____, P. A precariedade está por toda parte. In: _____. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a. p. 119-127.

_____, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____**.** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____**.** Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997a. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2271.htm. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Câmara da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.* Brasília: MARE, 1997b. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Enunciado 331. Contrato de prestação de serviços. Legalidade. 2003. Disponível em: http://www.dji.com.br/normas_inferiores/enunciado_tst/tst_0331a0360.htm. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado nos Anos 90: lógica e mecanismos de controle.* Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997 (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1). Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF. Acesso em: 13 jan. 2014.

CASTEL, R. A. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 10, n. 26, p. 19-40, jan.-dez. 1997.

_____. *As metamorfoses da questão social*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHAUI, M. S. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 14, n. 54, 1986.

DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins, revisão da tradução de Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIEESE; CUT. *Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha*. São Paulo: DIEESE/CUT, 2011. Disponível em: http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf. Acesso em: 20 jan. 2014.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.* São Paulo: Boitempo, 2007.

DUARTE, A. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, 2008. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm. Acesso em: 15 de junho de 2011.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1986.

FAHRI NETO, L. *Biopolítica em Foucault*. Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

FARR, R. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. *Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópio da indústria brasileira.* São Paulo: Atlas, 2000.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 16º ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal - 17ª edição, 2002.

_____. *História da sexualidade, v. I – A vontade de saber*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).* Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da sexualidade, v. II – O uso dos prazeres*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007

_____. *Nascimento da biopolítica*: *curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUARESCHI, P. Relações comunitárias, relações de dominação. In: CAMPOS, G. H. F. (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes: 1996.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARVEY, D.; *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HELLER, A. *Sociología de la vida cotidiana.* Barcelona: Ediciones Península, Barcelona, 1977.

_____. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HELOANI, J. R.; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 102-108, 2003.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados,* v. 12, n. 5, 1991.

HOBSBAWM, E. J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JUNGES, J. R. O nascimento da bioética e a constituição do biopoder. *Acta Bioethica* v. 17, n. 2, p. 171-178, 2011.

LACAZ, F. A. C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.1, p. 151-161, 2000.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 21-32, 1997.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, dez. 2005.

MIRANDA, C. R. *Ataque ao mundo do trabalho: terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador*. 2005. Disponível em: http://www.saudeetrabalho.com.br. Acesso em: 04 ago. 2011.

MONTERO, M.; *Introducción a la psicologia comunitária: desarollo, conceptos y processos* – 1ª ed. 3ª reimp.- Buenos Aires : Paidós, 2008.

MONTESANTI, B.; LINHARES, C. E quem garante o direito dos terceirizados? *Jornal do Campus*, ed. 385, 22 set. 2011. Disponível em: http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/09/e-quem-garante-o-direito-dos-terceirizados. Acesso em: 16 ago. 2013.

OLIVEIRA, E.; *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

PATTO. M. H. S.; O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em Educação. *Perspectivas*, 16(1), 119-14, 1993.

SATO, L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, set.-out. 2002.

_____; OLIVEIRA, F. Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia,* n. 27, p. 188-197, jun. 2008.

_____; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001.

SOUZA, R. F. B.; Foucault: o nascimento do liberalismo. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 03; nº. 01, 2012.

SPINK, P. K.; A perda, redescoberta e transformação de uma tradição de trabalho: a teoria sociotécnica nos dias de hoje. *Organizações e Sociedade*, 10, 28, p. 117-130, 2003.

SZASZ, A.; Accident proneness: the career of an ideological concept. *Psychology & Social Theory*, v. 4, p. 25-35, 1984.

VELHO, G. *Individualismo e cultura*: *notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ZIZEK, S.; *Um mapa da ideologia*. Organização: Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 3ª reimp. - 337p., 1996.